

Coleção Impérios Romanos
Série Estudos

As formas do Império Romano

Fábio Duarte Joly
Fábio Faversani
(organizadores)



As formas do Império Romano

Fábio Duarte Joly
Fábio Faversoni
(organizadores)



2014



Reitor | Marcone Jamilson Freitas Souza
Vice-Reitor | Célia Maria Fernandes Nunes



Diretor-Presidente | Gustavo Henrique Bianco de Souza
Assessor Especial | Alvimar Ambrósio

CONSELHO EDITORIAL

Adalgimar Gomes Gonçalves
André Barros Cota
Elza Conceição de Oliveira Sebastião
Fábio Fav ersani
Gilbert Cardoso Bouyer
Gilson Ianinni
Gustavo Henrique Bianco de Souza
Carla Mercês da Rocha Jatobá Ferreira
Hildeberto Caldas de Sousa
Leonardo Barbosa Godefroid
Rinaldo Cardoso dos Santos



Coordenador | Marco Antônio Silveira
Vice-Coordenador | Fábio Duarte Joly
Editor geral | Fábio Duarte Joly

Núcleo Editorial | Laboratório de Estudos sobre o Império Romano

Editor | Fábio Fav ersani

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Augusto Ribeiro Machado
Fábio Duarte Joly
Sérgio Ricardo da Mata

© EDUFOP – PPGHIS-UFOP

Coordenação Editorial
Gustavo Henrique Bianco de Souza

Projeto Gráfico
Joyce Mendes Luiz Corrêa

Diagramação
Eduardo Duarte Joly

Revisão
Magda Salmen, Rosângela Maria Zanetti e Fátima Lisboa

Revisão Técnica
Fábio Duarte Joly
Fábio Fav ersani

FICHA CATALOGRÁFICA

F724 As formas do Império Romano / Fábio Fav ersani, Fábio Duarte Joly, organizadores. – Mariana (MG): UFOP, 2014.
107p.: il., color.

ISBN: 978-85-288-0320-4

1. Roma - História - Império, 30 A.C.- 476 D.C. 2. Roma - Política - 30 A.C.-476 D.C. 3. Economia. 4. Cultura.
I. Fav ersani, Fábio. II. Joly, Fábio Duarte.

CDU: 94(37)

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

Todos os direitos reservados à
Editora UFOP
http://www.ufop.br e-mail: editora@ufop.br
Tel.: 31 3559-1463 Telefax: 31 3559-1255
Centro de Vivência | Sala 03 | Campus Morro do Cruzeiro
35400.000 | Ouro Preto | MG

COLEÇÃO *IMPÉRIOS ROMANOS*

A expressão “Império Romano” é de uso corrente entre os especialistas. Mas o que exatamente designa esta expressão? Grosso modo se refere a um longo período da história romana, que se estende de 31 (ou 27) a.C. a 476 d.C. (ou 1453), e a um vasto território, da Britânia ao Egito, da Lusitânia à Síria. Além disto, engloba uma população de cerca de 60 milhões de pessoas que se articulavam mediante as mais diversas formas de organização política de caráter local e regional.

A arbitrariedade implícita na unidade e amplitude desta definição é clara, e a aceitamos por mera convenção. Contudo, nos estudos concretos sobre o Império Romano, a suposta unidade desaparece, de maneira que não se trata mais de pensar em Império Romano, mas sim em “Impérios Romanos”. Trata-se então de problematizar que a noção de Império Romano como a utilizamos não nos é legada pelas fontes coetâneas; da mesma maneira que as fontes do período republicano não tratam de “toda” a República Romana, assim também as do período imperial não tratam do Império Romano como um todo.

Nesse sentido, esta coleção objetiva publicar, em sua Série Estudos, contribuições monográficas sobre temas relacionados à conceituação do Império Romano, na sua dinâmica na longa duração, bem como a sua estrutura social, econômica, política e cultural. Por sua vez, a Série Fontes se dedicará a trazer a público traduções comentadas de obras literárias latinas e gregas referentes ao Império Romano.

A Coleção Impérios Romanos vincula-se ao setor editorial do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Ouro Preto.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PREFÁCIO Norberto Luiz Guarinello	15
QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE FLÁVIO JOSEFO? Alex Degan	17
QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE MARCIAL? Alexandre Agnolon	29
QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE TÁCITO? Fábio Duarte Joly	45
QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE SÊNECA? Fábio Faversoni	55
QUEM SOMOS NÓS: QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE LUCIANO? Jacyntho Lins Brandão	63
A POLÍTICA DE NERO É A POLÍTICA DO IMPÉRIO? Mariana Alves de Aguiar	75
OS ROMANOS, O DIREITO, A IMAGEM E A MORTE Paulo Martins	81
FILÓSTRATO, O VELHO – UM OLHAR GREGO SOB ROMA Rosângela Santoro de Souza Amato	95
TÁCITO E A HISTORIA MAGISTRA VITAE: UM HISTORIADOR DO IMPÉRIO? Sarah Fernandes Lino de Azevedo	99
SOBRE OS AUTORES	106

APRESENTAÇÃO

O livro é composto por nove contribuições, selecionadas entre as que foram apresentadas e discutidas entre os dias 28 e 30 de abril de 2010, na sala de reuniões do ICHS-UFOP, em Mariana, Minas Gerais, como parte da programação do III Colóquio do LEIR-UFOP. O título do Colóquio foi “As formas do Império Romano” e reuniu pesquisadores nos mais diversos estágios de formação¹ para debater, a partir de diferentes abordagens e fontes documentais, o que se pode delimitar como sendo o Império Romano.

A expressão “Império Romano” é de uso corrente entre os especialistas. Mas o que exatamente designa esta expressão? Grosso modo se refere a um longo período da história romana, que se estende de 31 (ou 27) a.C. a 476 d.C. (ou 1453), e a um vasto território, da Britânia ao Egito; da Lusitânia à Síria. Além disto, engloba uma população de cerca de 60 milhões de pessoas que se articulam mediante as mais diversas formas de organização política de caráter local e regional. A arbitrariedade implícita na unidade e amplitude desta definição é clara, e a aceitamos por mera convenção. Contudo, nos estudos concretos sobre o Império Romano, a suposta unidade desaparece, de maneira que não se trata mais de pensar em Império Romano, mas sim em “Impérios Romanos”. Cada estudo recorta este domínio amplo, imenso, designado pela expressão “Império Romano”, mas dificilmente estabelece de forma mais precisa os limites implicados pela referida expressão. Em resumo, ninguém estuda “todo” o Império Romano, mesmo assim dificilmente delinea qual “parte” desta ampla designação é objeto de seu estudo.

A noção de Império Romano, como a utilizamos, não nos é legada pelas fontes coetâneas; da mesma maneira que as fontes do período republicano não tratam de “toda” a República Romana, assim também as do período imperial não tratam do Império Romano como um todo. Do que tratam as fontes então? Referem-se aos mesmos espaços, aos mesmos territórios, às mesmas sociabilidades (ou comunidades, ou sociedades), às mesmas épocas? São partes de um mesmo “todo Império Romano”? O problema que propomos para discussão é basicamente este: que impérios designamos sob o rótulo Império Romano? O título do nosso evento remeteu ao artigo de Norberto Luiz Guarinello, “Uma morfologia da História: As formas da História Antiga”, publicado no terceiro número da revista *Politeia*, editada pela UESB, em Vitória da Conquista-BA, em 2003.

Ao longo dos capítulos, nota-se um consenso: os autores antigos não se preocuparam em qualificar ou delimitar o que era o Império Romano. Os autores contemporâneos têm se esforçado por definir este conceito multiforme e, como a leitura deste livro deixa bastante claro, cada autor antigo estudado tem seu próprio Império Romano (ou mesmo vários deles), que não é definido estritamente, mas é simplesmente uma realidade presente e inevitável, “universalizante”, e, ao mesmo tempo, também é algo que se amolda aos mais diferentes contextos específicos, sendo que só ganha sentido no uso particular que os autores dão a ele. Através da leitura dos capítulos, então, percebemos que o Império Romano está sempre lá na tradição textual, mas nunca é o mesmo.

¹ Uma das características do Colóquio é justamente reunir pesquisadores em diferentes estágios de formação e estudiosos que são líderes de grupos de pesquisa. Sendo assim, nos Colóquios do Leir-UFOP estabelecem uma interlocução desde alunos de iniciação científica, passando por mestrandos e doutorandos, chegando até os coordenadores nacionais do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano. O livro traz exemplos de trabalhos apresentados por pesquisadores em todos estes estágios de formação.

O capítulo escrito por Alex Degan se dedica ao estudo do Império Romano de Flávio Josefo. Neste estudo, o professor de História Antiga da Universidade Federal do Triângulo Mineiro aborda o problema de forma multifacetada. O Império Romano em Josefo seria, de algum modo, uma potência político-militar ir-resistível, o maior dos Impérios. Mas seria também o produto da trajetória dos Judeus, a serviço da vontade de YHWH, algo pequeno frente à grandiosidade da eternidade e do poder divino. O Império Romano seria ainda a ambiência cultural-literária que lhe antecede e é por ele favorecido, representada pelo Helenismo. Deste modo, o Império Romano mudaria de face conforme Josefo destaca aspectos diferentes das relações entre a sua comunidade originária e as demais comunidades. Talvez se possa dizer assim que Josefo apresenta uma visão bastante particular do Império. Ainda que suas obras tenham sido escritas em Roma, permanecem como sendo uma visão construída a partir da Judéia para o mundo helenístico.

A contribuição de Alexandre Agnolon se volta para o Império Romano de Marcial. No epigramatista, a cidade de Roma, representada de maneira “quase cinematográfica”, é a capital não só do Império, mas também do epigrama. Na leitura feita pelo professor de Estudos Clássicos da Universidade Federal de Ouro Preto, o Império Romano aparece, assim, como um espaço unificado tanto de composição literária, que se insere no contexto do Helenismo no qual se inclui, como parte de uma tradição. Afinal, como provoca o autor: “A imortalidade já não é mais alada, mas aparelhada de papiro e cálam”. Mas o Império é também a unidade de experiências sociais que permite decodificar o que trazem os epigramas, especialmente referida à sociabilidade em seus espaços urbanos, tendo por centro excelente a Urbs. Os espaços apareceriam nos epigramas como palcos visíveis por todos através da dramatização de relações sociais tipificadas pelo poeta.

O capítulo de Fábio Faversoni analisa o problema geral proposto para o Colóquio a partir das obras de Sêneca. Seu estudo indica que a divisão entre Império e República, além de refletirem diferentes arranjos institucionais e a existência de um novo centro de poder, representado pelo princeps, também reflete “retratos” de momentos éticos. A República representaria um momento e o Império outro. Assim, haveria em especial por parte da aristocracia certos comportamentos imperiais ainda na República e, também, posturas republicanas de alguns aristocratas sob o Império.

No capítulo escrito por Fábio Duarte Joly temos a análise do nosso problema central a partir das obras de Tácito. O autor ressalta que parece que “se espera de Tácito uma visão do Império” (...) “onde as províncias romanas aparecem com seus contornos claramente definidos e Roma, em letras maiores, simboliza o centro do Império”. Analisando concretamente os trabalhos de Tácito, indica que a capital tem enorme peso para o desenho do Império Romano composto por este autor. Ainda quando enfoca as províncias, dá ênfase sobretudo aos exércitos e como o que ocorre fora de Roma pode interferir nos rumos da Urbs. Mais ainda, o Império Romano em Tácito se encontra profundamente ligado ao *imperium* exercido pelo Imperador. Assim, o Império Romano surge em alguma medida também como um momento em que cessa a competição intra-aristocrática uma vez que o Imperador monopoliza todas as glórias, especialmente as militares. Além disso, em termos de riqueza, o Império significa uma força centrípeta. Como nos informa Joly: “A relação entre Roma e a província é mostrada como uma relação escravista invertida, em que os dominados pagam por sua submissão.” Há tensões e descontinuidades nesta unidade representada pelo Império, mas que não encontram solução de continuidade e podem ser consideradas críticas na visão que nos apresenta Tácito. Neste capítulo, indica-se a necessidade de se dar mais importância nos estudos de Tácito aos elementos desagregadores no Império e, ainda mais, como estes elementos dispersivos e os conflitos integram e compõem a ordem imperial.

O trabalho de Paulo Martins, convidado especial do Colóquio, parte da impossibilidade de dar uma resposta única para a pergunta “Qual é a imagem de Império Romano que temos?”. Argumenta o autor que, em razão de ser fragmentária e dispersa a documentação de que dispomos para estudar a sociedade romana, são muitas e diversas as imagens que os eruditos – talvez ainda mais diversos e mais dispersos que a documentação que estudam – compuseram e virão a compor sobre esta sociedade. O autor, assim, opta por propor uma leitura das imagens da morte nesta sociedade. Desde o princípio se percebe que as fronteiras entre o que seja Romano, Greco-Romano ou Mediterrâneo não são claras. Assim, não há uma imagem da morte romana não só porque elas são muitas, mas porque elas não são também apenas romanas. Para Martins, entre os nobres romanos se desenvolveu uma *performance* retórica que recoloca os mortos entre os vivos, através de suas *representationes*, em que a memória e seus espaços constituem papel-chave. Também no caso deste estudo se constata que as fronteiras entre a memória familiar particular e aquela coletiva da Cidade são enevoadas e intrincadas. As imagens da morte revelam modelos morais que deveriam ser emulados e servem como mecanismo de promoção das famílias e de educação da Cidade. Mas, a seu ver, é a *domus* o elemento instituinte do Império em toda a sua diversidade e multiplicidade. Para o autor, “a casa (...) é o centro efetivo do poder de Roma. Dela emanam todos os modelos e todas as formas do Império Romano”.

O trabalho de Mariana Alves de Aguiar é uma das mostras que compõem o livro para representar o processo de formação dos pesquisadores do LEIR-UFOP. Na época de realização do Colóquio, esta aluna apresentou resultados de sua pesquisa de Iniciação Científica. Trata-se de um estudo sobre o general Corbulão que coloca em perspectiva a política do Império para as fronteiras do leste, particularmente no que se refere ao controle da Armênia, e as relações entre Roma e os reis-clientes. Colocando em comparação os três momentos envolvidos no relato de Tácito, ou seja, os principados de Augusto, de Nero e de Trajano, a autora discute o quanto esta política de uso de reis-clientes e a estratégia de controle da Armênia eram do Império ou se estavam ao sabor das decisões dos governantes do momento e dos interesses dos aristocratas envolvidos diretamente por estarem presentes no cenário dos conflitos ou por terem relações de patronato ou amizade de com os reis-clientes expostos ao conflito. Assim, estudando este caso particular, coloca-se em questão se havia uma política do Império para a Armênia. Talvez seja possível perguntar mesmo no geral se havia uma política do Império ou se a política exercida pelos privados, incluído aí o imperador, é que poderia ser afirmada aqui e ali como política pública, como ação do Estado.

O capítulo de Sarah Azevedo explora a obra historiográfica de Tácito em uma perspectiva mais específica. A então aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto trata da especificidade da obra historiográfica de Tácito frente à tradição expressa na fórmula ciceroniana *historia magistra uitae*. Sua análise aponta tanto continuidades entre a produção historiográfica republicana e imperial quanto particularidades que caracterizam a escrita da história sob o Império. A obra de Tácito é vista como não só produto de seu tempo, mas também uma atuação de seu autor. Neste sentido, o Império Romano poderia ser visto como uma nova ambiência para a produção historiográfica.

Rosângela Amato estuda a partir da obra de Filóstrato “a ideia do que era ser grego, ou do que se considerava ser grego no período”. Teríamos em Filóstrato pela primeira vez a utilização sistemática do termo Heleno para designar uma afiliação literária-mítico-religiosa em lugar do pertencimento a uma etnia. Ou seja, ser Heleno era ter buscado uma formação educacional e não apenas ter nascido em uma região determinada. No contexto do Império Romano, isto parece significar que, independentemente do local de nascimento, todos poderiam se fazer Helenos através da Paideia. A autora destaca o fato de os Romanos

terem em larga medida contribuído para a construção de uma ideia de Helenismo a partir do que imaginaram ser a antiga e exemplar Grécia. Segundo ela, “os romanos chegam à Grécia como filohelenos, com uma concepção preconcebida de passado que esperavam encontrar e, quando não o encontravam, lamentavam o declínio da Grécia e passavam a reconstruir a Grécia que tinham na imaginação.” Neste sentido o Império Romano, através de seu poderio, produziu uma noção de Helenismo que se universalizou uma vez que é tomada como pressuposto para a possibilidade de integrar os quadros da vida pública. O Helenismo, assim, teve um papel central na formação de uma elite “mundializada” sob o Império Romano.

Os artigos, aqui reunidos, ilustram assim a variedade de visões elaborada pelas fontes antigas sobre o Império Romano, indicando o quanto multifacetada foi esta duradoura construção política, cujo estudo permanece sempre atual pelo rico manancial de experiências humanas que nos oferece para pensarmos nossa própria sociedade.

Os organizadores

O III Colóquio do LEIR-UFOP contou com o apoio da Fapemig, CNPq, Neaspoc-UFOP e UFOP. Este livro foi financiado pela Fapemig. Agradecemos a estes apoiadores. Para a realização do III Colóquio do LEIR-UFOP foi fundamental o envolvimento dos estudantes que participam de nosso grupo de pesquisa, aos quais também agradecemos e nomeamos: Annelizi Fermino, João Victor Lanna de Freitas, Laura Zamuner Vasconcellos, Mamede Queiroz Dias, Prema Hari Perroni Campos, Lucas Almeida de Souza, Mariana Alves de Aguiar, Sarah Fernandes Lino de Azevedo, Ygor Klain Belchior e Willian Mancini Vieira, especialmente este último que colaborou intensamente com os trabalhos burocráticos que envolvem a realização de eventos.

PREFÁCIO

Norberto Luiz Guarinello

Departamento de História - USP

O Império Romano é uma coisa muito clara para nós. Talvez clara demais: poder excessivo, luxo, bons e maus imperadores, produção e domínio das leis, espaço de tirania, florescimento dos povos, liberdade de comércio, taxação excessiva, apogeu, declínio, morte. O mero enunciado que precede mostra quão complexo é, para nós, esse império, que chamamos romano, e que colocamos como tempo ou etapa ou momento na produção do Ocidente. O Império Romano ocupa um lugar especial nas narrativas sobre a História do mundo, ou da História ocidental, e Roma ainda é, a despeito dos séculos, e por conta deles, a sede de um poder universal, o da Igreja cristã, que primeiro se ergueu contra o Império para depois recolher suas ruínas. Quando pensamos no Império Romano, em que pensamos? Nos territórios conquistados pela cidade de Roma e suas aliadas nos séculos que precederam o nascimento de Jesus? Ou no vasto território controlado e governado a partir da cidade de Roma, após Augusto e que, lentamente, deixa de ser dos “romanos” para ser dos “súditos”? O livro que o leitor tem em mãos trata do Império Romano a meio caminho entre essas duas feições. Nos séculos I e II depois de Cristo, Roma era ainda a capital do mundo, o centro do poder, das artes e das letras, a residência do imperador, o palco das aristocracias. Há, nesta Roma aqui descrita, muitos dos traços que haviam marcado velhas nobrezas, velhos conquistadores, com seus séquitos de escravos, dependentes, puxa-sacos, poetas e literatos: uma riqueza nova/velha, em parte criada por Augusto, que a competição com a casa imperial varrerá para o limbo antes do famoso século II d.C. Há muito a aprender com essa Roma, para a qual afluem todas as riquezas, todos os olhares, todo o poder.

Mas esta mesma Roma parece fadada a multiplicar-se e esvanecer-se. Quantas alianças provinciais são necessárias para que se mantenha unida? Quanto esforço para que Roma seja sempre pensada como centro? Quanta tinta gasta para dar um pouco de lustre às recentes letras latinas?

As formas do Império Romano desvenda-nos um mundo em transição. Como talvez sejam todos os mundos, é certo. O que importa aqui é definir os pontos-chaves dessas mudanças. Do que se trata? Em primeiro lugar, me parece, da paz. Uma paz duramente conquistada, uma tranquilidade erguida sobre o sangue de gerações. Não é difícil minimizar o significado dessa paz! Devemos, portanto, acentuá-lo: após gerações e gerações que viram seus filhos e pais sacrificados nos altares ímpios de poderes ilegítimos, de reis a pequenos piratas quaisquer, o Império trouxe ordem, previsibilidade, paz. Tácito, muitas vezes mencionado neste livro, o afirma com cristalina clareza: “cansados todos”. O poder centralizado venceu pelo cansaço, pela promessa de apaziguar a dor, não aquela, mais moderna, de trazer prosperidade.

Não menos por isso, esses dois primeiros séculos do Império após Augusto trouxeram prosperidade para muitos. Roma brilhou por um século ao menos. O luxo invadiu a capital do Império, os campos foram transformados, grupos sociais ascenderam, muito dinheiro correu, fluiu de mãos em mãos, foi emprestado, devido, mal aplicado, mal pago, confiscado.

As formas do Império se diversificaram: não mais apenas a Itália, não mais apenas as aristocracias latinas, mas também as gregas. Uma rede de elites formou, pouco a pouco, a trama pela qual se controlava o Império, pela qual se tributava, pela qual se honrava o Imperador e pela qual benefícios atingiam todas as províncias.

Formas do Império! Quantas formas seriam possíveis? As aqui expressas, estudadas, parecem todas felizes, contentes, mesmo quando emanam pequenas reclamações, falta de mimos, falta de bons patrões. Pequenos elogios, visões de círculos restritos, murmúrios, lamúrias de pequenos riquinhos eventualmente esquecidos no jogo cruel dos favores. É disso que trata este livro. É um belo pano de fundo para a verdadeira dor dos chicoteados, dos crucificados, dos injustiçados, dos explorados e dos humilhados que mantinham e compunham esse tal Império Romano. Não é defeito ou opção dos autores, é a força das fontes de que dispomos. Os soluços e as lamentações de um Marcial, de um Luciano, de um Sêneca ou Tácito não são irrelevantes. Muito pelo contrário! São a forma desse Império como se apresenta a nós após o filtro dos séculos da tradição. E, como deixam claro os autores da obra, a prova do bolo, produzido por essa forma, é comê-lo.

1. QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE FLÁVIO JOSEFO?

Alex Degan

Introdução

Este texto é resultado de uma reflexão construída para o III Colóquio do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da UFOP, “As formas do Império Romano”. Aceitamos com gosto a proposta de pensar “qual é o Império Romano de Flávio Josefo”, preocupação que possibilitou uma leitura nova de nossas pesquisas¹. De fato, nosso foco atual se concentra em investigar o “Judaísmo de Josefo”, dedicando pouca atenção ao universo romano. Todavia, como pudemos verificar diante da reflexão colocada, é impossível separar Josefo e suas polêmicas obras das estruturas institucionais, políticas e culturais que caracterizam o Império.

O historiador e a relevância de seus escritos

Curiosamente, entre os escritores localizados no Alto Império, a posterioridade reservou um lugar de *polêmica* para Flávio Josefo.² Sacerdote fariseu, líder militar da Galileia rebelada, profeta da tomada da púrpura pelos Flavianos e historiador dos judeus, nenhum outro autor do mundo romano provocou tantas censuras, reprovações e ressalvas.³ As razões para as querelas em torno de suas obras são muitas, acentuadas quando refletimos sobre as implicações religiosas que sua história e os seus escritos obtiveram. De fato, ainda comparando Josefo com outros autores do Alto Império, seus livros merecem um lugar especial; primeiramente pela transmissão. Aparentemente ignorado pelos intelectuais gregos⁴ e desprezado pela tradição judaica da época, foram os cristãos que se encarregaram de preservar e popularizar seus livros. Se dermos crédito a Eusébio de Cesareia, que conferia grande estima e legitimidade aos seus textos, uma estátua de Josefo foi erigida em Roma, que ainda contava com exemplares de seus livros em suas bibliotecas.⁵ Por retratar com detalhes a Palestina romana do século I, especialmente suas violentas disputas políticas e distúrbios sociais, autores cristãos encontravam em seus escritos uma ambientação histórica para os primeiros movimentos do Cristianismo, sendo responsáveis pela disseminação de seus livros, principalmente entre os cristãos do Oriente. Curioso observar que os dois grandes objetivos manifestados por Josefo ao escrever (orientar e consolar as comunidades da Diáspora e informar a elite greco-romana da nobreza da História dos judeus) não foram responsáveis por sua preservação e transmissão. Apropriados pelo Cristianismo, seus livros chegaram até nós em um número comparativamente elevado de cópias e traduções.

Outra particularidade fundamental para entender a sua relevância enquanto fonte se articula dentro

1 Agradecemos os colegas que estavam no colóquio pelas colaborações relevantes que procuramos, sempre que possível, incorporar ao presente texto. Devemos um agradecimento especial ao Prof. Dr. Fábio Favarsani pelo convite e pela “provocação” proposta. Naturalmente, as ideias aqui desenvolvidas são de responsabilidade do autor.

2 FELDMAN, L. H. Josephus (CE 37 – c. 100). In: HORBURDY, W.; DAVIES, W. D.; STURDY, J. (eds.). *The Cambridge History of Judaism*. Vol. III: The Early Roman Period. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 901.

3 CHEVITARESE, A. L.; CORNELLI, G. (eds.). *Judaísmo, Cristianismo e Helenismo*. Itu: Editora Ottoni, 2003, p. 29.

4 Com a exceção de Porfírio, autor grego de um livro sobre a abstinência, que utilizou Josefo como fonte para descrever os essênios (*De abstinentia ab esu animalium*, IV, II). Suetônio (*Vespasianus*, 5, 6) e Dião Cássio (LXVI, I) relatam sua predição ao general Vespasiano e Pierpaolo Fornaro aponta paralelos entre BJ e *Histórias* de Tácito (*Flavio Giuseppe, Tacito e l'Impero (Bellum Judaicum VI 284-315; Historiae V 13*, Torino: G. Giappichelli Editore, 1980).

5 “Naquela época, foi o mais ilustre dos judeus, não somente entre os compatriotas, mas também ao lado dos romanos, de tal sorte que, na cidade de Roma, teve uma estátua erguida em sua honra e suas obras foram tidas por dignas de figurar nas bibliotecas”, *História Eclesiástica*, III, 9: 3.

dos vários e complexos movimentos religiosos, sociais e culturais que compunham o Judaísmo⁶ entre os séculos I e II. Josefo foi testemunha do colapso social⁷ que marcou a Palestina romana do primeiro século, retratando com vivas cores muitas das facções ou grupos que caracterizavam a sociedade judaica palestina. Alimentado por um “feroz espírito de classe”,⁸ que precisa ser observado quando lemos suas descrições destes grupos, seus livros revelam detalhes preciosos dos essênios, dos fariseus, dos saduceus e de grupos rebeldes, como os sicários e os zelotes. Sem suas fundamentais contribuições, o nosso conhecimento sobre a Palestina do Segundo Templo estaria muito mais fragmentado, pobre e diluído.

Na condição de cidadão em Roma, ligado intimamente aos Flavianos, Josefo escreveu quatro impressionantes obras⁹ que refletiam a situação dos judeus no Mediterrâneo romano. Em linhas gerais podemos classificá-las em duas grandes categorias:

1) Iniciativas historiográficas: *Bellum Judaicum*¹⁰ (escrita entre os anos 75 e 79) e *Antiquitates Judaicae* (escrita entre os anos 94 e 99). Ambos os livros manifestam sua ambição em ser um historiador que responde aos modelos clássicos, incorporando contribuições de historiadores gregos como Nicolau de Damasco,¹¹ Dionísio de Halicarnasso¹² e de Tucídides, mas igualmente se valendo das tradições judaicas escritas e orais. Representam também uma vontade em restituir um lugar honrado aos judeus, refutando acusações antisemitas e investindo na nobre antiguidade da História Judaica.¹³ Nestes escritos Josefo julgou ser possível construir uma visão histórica e universal do Judaísmo.

2) Iniciativas apologéticas: *Contra Apionem* (escrito entre os anos 94 e 99) e *Vita* (provavelmente um apêndice acrescido em uma segunda edição de AJ, escrito em algum lugar entre os anos 94 e 100). Livros mais militantes, polêmicos e contraditórios, profundamente dedicados aos argumentos de uma defesa pessoal e do Judaísmo, demonstrando que Israel atuava desde a origem do mundo e deveria ser considerado. *Contra Apionem* destina-se a refutar os argumentos comuns do antisemitismo da época, mostrando que historiadores egípcios e mesopotâmicos conheciam e atestavam a antiguidade dos judeus. *Vita*, ainda mais militante, preocupa-se em refutar os ataques de Justo de Tiberíades que lançaram dúvidas quanto aos movimentos de Josefo como líder na Galileia.

É importante notar que esta divisão traduz linhas gerais, sendo a obra de Josefo dotada de uma coerência impressionante. O que une seus livros encontra-se em uma genuína preocupação em registrar a capacidade de resistência e a vitalidade cultural dos judeus, restituindo nobreza à nação derrotada, e uma filiação ao Judaísmo difícil de ser desprezada. Seus escritos procuravam demonstrar a Antiguidade da História

6 Entendemos por Judaísmo uma dimensão religiosa, ética e moral, com uma doutrina e um ensinamento com regras, costumes, fronteiras culturais e hábitos cotidianos.

7 Martin Goodman apresentou uma análise profunda da complexidade social da sociedade da Judéia do século I em: *A Classe dirigente da Judéia: As origens da revolta judaica contra Roma, 66 – 70 d.C.* Rio de Janeiro: Imago, 1994.

8 VIDAL-NAQUET, P. *Il buon uso del tradimento: Flavio Giuseppe e la guerra giudaica.* Roma: Editori Riuniti, 1980, p. 30.

9 Nas últimas linhas de AJ (XX, 268) Josefo registrou o desejo de escrever outros livros sobre a doutrina judaica, a Lei e sobre a natureza de Deus. Infelizmente estes textos ou não foram concluídos ou não foram preservados.

10 Vamos adotar as seguintes abreviações dos livros de Flávio Josefo: BJ para *Bellum Judaicum*, AJ para *Antiquitates Judaicae*, Ap para *Contra Apionem*, e V para *Vita*.

11 Per Bilde (Flavius Josephus between Jerusalem and Rome: his life, his works and their importance. *Journal for the Study of the Pseudepigrapha*, Supplement Series 2, 1988, p. 203) e Arnaldo Momigliano (*Os limites da Helenização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991, p. 93) identificam a profunda dependência de Josefo nos textos de Nicolau, utilizando-o como principal fonte de informações sobre a Palestina entre os séculos I a.C. e I d.C., mas ressaltando que o uso de deus dentro de uma reinterpretação seguindo termos judaicos. Seth Schwartz (*Josephus and Judaean Politics*. New York: E. J. Brill, 1990, p. 45) aponta que o uso que Josefo fez de Nicolau foi mais profundo, retirando de suas obras toda a metodologia de Tucídides presente no *Bellum Judaicum*.

12 THACKERAY, H.. St. John. *Flavius Josephus: l'homme et l'historien.* Paris: Les Éditions du Cerf, 2000, p. 36-37.

13 Denis Lamour (*Flávio Josefo*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006, p. 128) observa que Josefo foi um historiador de uma única História: a do povo judeu. Aponta que todos os seus escritos convergem para os acontecimentos de 66-70, revelando que ele também refletiu sobre sua própria História.

judaica, conduzida por grandes líderes e invejável em suas contribuições para a civilização, reproduzindo um esforço similar ao de Berosso, em *Babiloniaca*, e Manetón com *Egipciaca*. Também se ocupou em rebater o antissemitismo literário crescente desde o último quartel do século I a.C. e presente em autores como o gramático alexandrino Apião (que, segundo Josefo, acusava os judeus de constituírem uma raça de “leprosos impuros”, CA, I, 227-232), os poetas satíricos Marcial (que ridicularizava a prática da circuncisão em *Epigramaton*, VII, 30, 35, 55, 83; XI, 94) e Juvenal (ressaltando um desprezo que os judeus teriam pelas leis romanas em *Sátiras*, XIV, 97-103), o senador Cícero, para quem os judeus eram uma etnia “nascida para a escravidão” (*De Prov. Cons.* 5.10) e o sóbrio historiador Tácito, que apontava como características judaicas o “desprezo pelos deuses e a desconsideração por sua pátria e seus pais” (*Histórias*, V, 5).

Proposta de análise e enfrentamento de um problema

Apesar de ter produzido uma obra tão rica e interessante, Josefo não escreveu um tratado específico sobre o Império Romano. Historiador do Judaísmo, Roma e os romanos estão presentes em seus textos sempre de forma secundária, o que não significa ausência de informações preciosas para a História romana. *Bellum Judaicum*, por exemplo, fornece conhecimentos raros sobre o exército romano em campanha (BJ, III, 70-110) e *Antiquitates Judaicae* problematiza a passagem dos Principados de Cláudio e Nero (AJ, XX, 148-153). Todavia, Josefo não se ocupou em construir uma reflexão particular a respeito do Império em nenhuma de suas obras. Assim sendo, a análise que propomos investiga todos os seus livros, buscando características gerais divididas em três categorias de compreensão do Império na perspectiva de Josefo. Estamos conscientes da arbitrariedade desta divisão, possível apenas em nosso exercício analítico e didático. Tais categorias estão presentes em todos os livros de Josefo (não de forma homogênea), muitas vezes unidas, interpenetradas e em diferentes graus.

As categorias propostas são:

- a) O Império Romano da percepção contemporânea (século I);
- b) O Império Romano da tradição Judaica;
- c) O Império Romano da cultura escrita Helenística.

O Império Romano da percepção contemporânea

Este recorte está mais presente nos textos do *Bellum Judaicum* e *Antiquitates Judaicae*, com descrições atentas dos meios de governança romanos, das articulações das lideranças latinas com as aristocracias da Palestina judaica (por exemplo, as inúmeras páginas dedicadas aos arranjos políticos articulados entre Herodes e líderes romanos) e as impressionantes visões dos exércitos romanos em ação.

O primeiro ponto que merece nossa consideração concentra-se no destino de Josefo: como sobrevivente do cerco a Jotapata, Yosef ben Mattitiahou ha Cohen se viu convertido em Titus Flavius Josephus. A estranheza refletida nos nomes esconde um detalhe profundo e sutil, visto que Yosef foi educado para o sacerdócio e a chefia política em Jerusalém e não para ser um historiador dos judeus em Roma. Como um dos caprichos da Fortuna, Josefo tornou-se um historiador por forças das circunstâncias.

O peso desta mudança marcou severamente seus livros, que refletiram os impasses e as consequências do levante contra Roma entre 66 e 70. Podemos supor que Josefo escreveu assombrado por ressentimentos e lembranças de lugares que não existiam mais, como o Templo e a tradicional sociedade judaica palestina, fato que ajudou a moldar sua leitura contemporânea do Império Romano, preservando este princípio. Antes de tudo, seu Império Romano foi o da força militar eficiente e organizadora, com o poder e a autoridade de seus líderes legitimada pelo carisma, pela experiência e pelos resultados exitosos. A grande cidade de Roma, sua cultura e história foram poucas vezes observadas, quase sempre atreladas a algum assunto envolvendo judeus. Em contraste, imensas foram suas descrições dos exércitos, das táticas, da honra na condução do conflito, da experiência e preparo dos líderes. Seus romanos foram apresentados como um coletivo sustentado pela força das legiões e carisma dos líderes.

Como exemplo, podemos apontar a descrição respeitosa que Josefo fez da entrada de Pompeu Magno em Jerusalém (63 a.C.), violando o recinto sagrado do Templo. Entretanto, a transgressão de Pompeu foi compensada por sua grandiosidade em respeitar o tesouro sagrado e os ofícios sacerdotais, surgindo a figura de um líder tolerante e atento aos particularismos dos povos conquistados. Para Josefo:

De todas as calamidades nenhuma agrediu tanto a nação como a de ver desvelados anteolhos estrangeiros o santuário que até então não era visto. Pompeu entrou com seu séquito na parte mais sagrada do Templo, onde somente ao Sumo Sacerdote era permitido entrar. Ali ele contemplou os objetos sacros: o candelabro, as luminárias, a mesa, os vasos para libações, os incensários, todos de ouro maciço, uma grande quantidade de fragrâncias acumuladas e o tesouro sagrado que somava dois mil talentos. Todavia, ele não tocou nestes objetos e nem em quaisquer outros do mobiliário sagrado, e no dia seguinte à tomada do Templo ordenou aos guardiões que purificassem o recinto sagrado e que dessem prosseguimento às práticas costumeiras dos sacrifícios. (BJ, I, 152-153)

Josefo apontou erros e abusos dos romanos, principalmente quando narrou as ofensas protagonizadas por procuradores¹⁴ locais como Félix (52 a 60),¹⁵ Albino (62 a 64) e Géssio Floro (64 a 66), não hesitando em atribuir aos desrespeitos protagonizados por estes indivíduos um dos elementos que provocaram os distúrbios contra Roma. Floro,¹⁶ por exemplo, foi censurado por sua ganância e por dividir rapinas com bandidos que tumultuavam a Judéia (AJ, XX, 252-257). Estas censuras, no entanto, nunca foram dirigidas ao coletivo dos romanos. Foram apresentadas em contornos individualizados e particulares, claramente vinculados aos maus imperadores e cruéis procuradores, e não aos métodos de governança latinos ou como uma característica romana. Seus romanos surgem no horizonte judaico (palestino ou da Diáspora) para arbitrar conflitos: foram as querelas sucessórias entre os Asmoneus¹⁷ que provocaram a ajuda militar dos romanos, atraindo-os para Jerusalém (AJ, XIV, 29-58). Neste ponto, a interpretação que Josefo formulou do Império Romano se distanciou dos círculos rebelados dos sicários e zelotes, como também das expectativas de uma realeza popular (AJ, XVII, 44-45) e dos textos de tradição apocalíptica,¹⁸ que tendiam a identificar Roma como o Império invasor e instrumentalizado pelo mal.

14 Além da censura que Josefo concede aos procuradores romanos na Judéia, ele retratou com muita amargura o período do Principado de Calígula (37 a 41), apontando a vaidade, a arrogância e a maldade do imperador, com atenção à determinação imperial para a construção de estátuas suas no Templo de Jerusalém (BJ, II, 184-203).

15 Tácito registrou a corrupção de Félix (*Histórias*, V, 9) e Josefo considerou seu governo como responsável por semear o mal, provocando protestos do Sumo Sacerdote Jonatas (BJ, II, 253; AJ, XX, 160-161).

16 Tácito observa a ganância de Floro, reconhecendo que a paciência dos judeus com a administração romana acabou frente aos seus abusos enquanto procurador (*Histórias*, V, 10).

17 Nome dinástico dos Macabeus, que estabeleceram uma linha real após o êxito do levante contra os Selêucidas no século II a.C.. Os Asmoneus governaram regiões da Palestina até 37 a.C., quando disputas internas pela sucessão provocaram a intervenção romana.

18 Para uma excelente análise das relações entre Josefo e a literatura judaica apocalíptica, ver: BILDE, Per. Josephus and Jewish Apocalypticism. In: MASON, Steve (ed.). *Understanding Josephus: Seven Perspectives*. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1998, p. 35-61.

Josefo não deixa de relacionar a superioridade militar romana com a grandiosidade de YHWH, relação expressa em uma passagem do BJ, quando Josefo se dirigia aos amotinados de Jerusalém. Em suas palavras:

Que regiões escaparam do poder dos romanos senão aquelas que por serem ou muito frias ou muito quentes não apresentam serventia? A Fortuna se pronunciou em seu favor em todas as partes! Deus, que faz viajar consigo o império de nação em nação, agora reside na Itália. Existe a lei essencial, tanto entre os animais como entre os homens, de ceder aos mais poderosos e reconhecer a superioridade daqueles que a adquiriam por força das armas. Por esta razão os antepassados dos judeus, que superaram vocês em alma, corpo e outras vantagens, cederam diante dos romanos. E nunca tomariam tal decisão se não houvessem confirmado que Deus estava do lado romano. (BJ, V, 366-369)

Esta íntima relação construída por Josefo entre o Império que deveria ser reconhecido como legítimo por sua “força das armas” e os desígnios divinos que passaram a “residir na Itália” nos permite refletir sobre a segunda categoria de compreensão do Império Romano presente nos livros de Flávio Josefo.

O Império Romano da tradição Judaica

O grande traço de originalidade na obra de Flávio Josefo encontra-se na dualidade de sua formação, pois ele foi judeu e romano, um verdadeiro homem intermediário¹⁹ entre fortes tradições culturais. Desta característica essencial se estruturam seus entendimentos sobre as relações entre YHWH, o Império e os judeus, introduzindo temas inéditos se o compararmos com outros historiadores do período. Mesmo escrevendo em grego e tendo por modelo autores como Tucídides e Nicolau de Damasco,²⁰ os fundamentos judaicos de sua formação deram a orientação para todos os seus livros. Como já observamos, antes de ser historiador, Josefo recebeu a educação necessária para ser sacerdote, apontada com grande orgulho (V, 1-12). Neste ciclo de estudos²¹ conheceu os textos sagrados e se familiarizou com tradições orais judaicas.²² Tomando todos os seus textos como referência, Josefo demonstrou conhecer a *Septuaginta*, os livros do *Tanach*²³ e outras tradições que circulavam na Palestina de sua época.²⁴

Por conta de sua sincera ligação com o Judaísmo, Josefo reproduziu questões fundamentais para sua tradição, como a certeza de que a História da humanidade se relacionava diretamente com YHWH, levado a atuar nela para promover o bem. Tal ação divina teria como protagonista o povo judeu, sendo as demais nações coadjuvantes nesta movimentação. A esta dimensão universal da História se junta a interferência

19 VIDAL-NAQUET, P., *op. cit.*, p. 32.

20 RHOADS, David M. *Israel in Revolution: 6-74 C.E.* Philadelphia: Fortress Press, 1976, p. 14.

21 Sobre o universo da escrita e da educação das elites hierosolimitanas do período: GOODMAN, Martin. Textos, escribas e poder na Judéia romana. In: BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. (eds.). *Cultura escrita e poder no Mundo Antigo*. São Paulo: Ática, 1998, p. 122-133.

22 A tradição judaica registrou a existência de “conhecimentos orais” que foram recebidos por Moisés e por ele transmitidos aos eruditos, sábios e profetas. Originalmente não era permitido o registro por escrito desta tradição oral, podendo apenas ser preservada com exercícios mnemônicos. Somente com a destruição do Segundo Templo e com a perseguição aos judeus palestinos é que esta proibição foi revista, dando início aos trabalhos literários do início do período rabínico que contemplariam os ensinamentos orais (a Mishná, o Midrash e o Talmud).

23 Termo mais genérico para a Bíblia Hebraica, composto pelas letras iniciais de cada uma das três divisões dos textos sagrados: Torah, Neviim (Profetas) e Ketuvim (Escritos). A História da formulação de um cânon da Bíblia Hebraica sempre esteve ligada ao Templo de Jerusalém, ocorrendo a sua formação final nas décadas posteriores ao desmantelamento da sociedade judaica palestina no século I. Para uma História da formação do Tanach: MALANGA, E. B. *A Bíblia Hebraica como obra aberta*. São Paulo: Humanitas, 2005; TREBOLLE BARRERA, J. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

24 Os relatos detalhados e ressentidos que Josefo fez dos procuradores romanos sugere que ele lançou mão de fontes judaicas para obter informações. David Rhoads (*op. cit.*, p. 15) especula sobre esta questão.

divina resultante do conflito entre os desígnios de YHWH e as respostas dos homens, em especial dos judeus, dotados de livre arbítrio. Dentro da perspectiva judaica, é esta relação que deveria ser registrada pelos cronistas, profetas e historiógrafos, uma espécie de parâmetro de seleção dos fatos da História.²⁵ As mensagens divinas e as reações judaicas alimentariam a dinâmica da advertência, do julgamento e da punição que deveriam ser seguidas pela esperança, arrependimento, redenção e salvação. Tal perspectiva não escapou da leitura de Josefo.

Outra questão essencial para a tradição judaica presente em seus livros encontra-se na centralidade que os textos sagrados do *Tanach* experimentavam dentro do Judaísmo. Eram textos de referência, capazes de situar a comunidade em sua História, com seus mitos fundadores que, no imaginário coletivo, faziam de um indivíduo concreto parte de um coletivo vivo. Tais textos também eram objeto importante na formação de uma memória²⁶ e de uma identidade, conduzindo os judeus ao duro trabalho de recordar constantemente experiências do seu passado, visto que relembrar era uma expressão de fé²⁷ (a memória seria um reconhecimento de YHWH). Josefo partilhava destes princípios, pois era fruto desta cultura, nunca escondendo o extraordinário valor que estes textos gozavam em sua vida e obra. Censurando a ignorância dos historiadores gregos frente aos assuntos judeus, Josefo apontou a nobreza dos textos hebraicos, redigidos com enorme zelo:

Só mesmo os profetas, inspirados por Deus, ensinam os fatos muito antigos e os episódios referentes a eles exatamente como aconteceram. Assim, entre nós não há milhares de livros inconsistentes e brigando entre si, mas apenas vinte e dois livros que com justiça e confiança contêm todo o registro do tempo. (Ap, I, 37-38)

Consciente da importância desta tradição escrita sagrada, Josefo registrou sua ambição em redigir a História dos judeus com as mesmas qualidades que os profetas (BJ, I, 8), tendo no exemplo de Jeremias um modelo perfeito de conduta.²⁸ O Templo foi novamente destruído por um Império estrangeiro e os judeus deveriam refletir sobre as razões de tamanha desgraça. Amparado em Jeremias, Josefo foi o narrador da derrota e da capitulação, ligando esta atividade aos mais elevados desígnios divinos.

No Judaísmo se concebe a relação entre YHWH e os seres humanos em termos de uma Aliança (*Berit*), e isto supõe precisamente a existência de dois contraentes que livremente subscrevem essa aliança cujo relacionamento não ocorre em pé de igualdade, mas sempre seguindo a lógica do intercâmbio: YHWH concede sua proteção misericordiosa ao seu povo eleito e este, por sua vez, se esforça para respeitar todas as orientações e cláusulas divinas. Esta seria a essência da História judaica, uma dialética tensa²⁹ entre obediência e rebeldia registrada pelos profetas. Os desvios da Lei deveriam ser punidos com a força da divindade, pois não se tratava de uma legislação confusa e derivada de ações humanas, mas das próprias diretrizes de YHWH. Refletindo sobre o valor das leis judaicas e sobre o papel de Moisés como o maior legislador da Antiguidade, Josefo concluiu:

São, na verdade, inúmeras as formas que os homens deram às leis e costumes, mas em resumo se pode-

25 YERUSHALMI, Y. H. *Zakhor: História judaica e Memória judaica*. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p. 31.

26 Em outro texto desenvolvemos uma análise específica das relações entre memória e as obras de Flávio Josefo: DEGAN, A. Josefo Exegeta: Memória e História. *Revista de História*. São Paulo, n. 162, 2010, p. 295-310.

27 Jacques Le Goff observa esta característica do Judaísmo, qualificando-o como uma religião "radicada histórica e teologicamente na história, uma religião da recordação" (*História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 438).

28 VIDAL-NAQUET, P. *Los judíos, la memoria y el presente*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 81-82.

29 YERUSHALMI, Y. H., *op. cit.*, p. 28.

ria dizer que, enquanto uns entregam o poder da administração pública a monarcas; outros ao comando de uns poucos; outros, ainda, às multidões, nosso Legislador não demorou os olhos sobre nenhum deles. Chamou a seu regime – permitam-me usar de uma expressão forte de teocracia, localizando em Deus o poder e a força. (Ap, II, 164-165)

Nossos trabalhos são parecidos. Uma só doutrina é a Lei que estabelece a concórdia e o respeito a Deus que, segundo Ela, tudo observa. Qualquer um poderá ouvir até das mulheres e criados que cuidados de vida, tudo, deve visar à piedade.

É por isso que alguns nos acusam de não havermos inventado nada de novo no domínio material ou espiritual. É que eles acham bonito não ficar com o tradicional e dão atestado de agudíssima sabedoria aos que ousam agredi-lo.

E nós achamos que não fazer nem pensar nada contra nossas primitivas Leis é que é prova de sabedoria e de virtude. Mas isso é claro testemunho de que a legislação foi bem proposta porque, do contrário, haveria necessariamente tentativa de recolocá-la em ordem.

Para nós, convictos desde o começo da origem divina da Lei, não seria piedoso não guardá-la. Dela o que se poderia mudar, ou como encontrar algo mais belo, ou que coisa melhor buscar nos outros? Por acaso, toda a instituição da Lei? Mas qual seria mais bela ou mais justa que a que erige Deus como líder de todas as coisas e confiou aos sacerdotes da comunidade supervisionar as coisas mais importantes e confiou a um sumo sacerdote a liderança dos outros sacerdotes? (Ap, II, 181-185)

Assim, o grande desafio dos profetas bíblicos e de Josefo foi conciliar a excelência da Lei (imutável e infalível, pois deriva da vontade de YHWH), com os acontecimentos da História judaica, especificamente os momentos de derrotas, ocupações e exílios sofridos. Afinal, os livros do *Tanach* narravam a História de um povo pequeno que conseguiu enfrentar os inimigos mais poderosos graças a sua aliança com YHWH. O que teria acontecido com esta aliança? A resposta oferecida pelos livros dos Profetas (*Neviim*), utilizada por Josefo, foi que o desvio dos mandamentos divinos pelos judeus tinha provocado uma censura da divindade. Os judeus teriam desobedecido “cláusulas” da sagrada aliança, sendo os grandes Impérios conquistadores que figuravam em sua História instrumentos de YHWH para castigar e orientar o povo judeu. Em síntese, a leitura judaica oferecia um relato histórico partindo do ponto de vista de um povo pequeno e derrotado, mas profundamente cioso de sua fé e costumes. A ascensão e queda dos Impérios fariam parte da vontade divina, assim como todos os movimentos da História judaica e universal. Seguindo com atenção este modelo, o Império Romano de Flávio Josefo se enquadrou perfeitamente nesta tradição.

Em vez de responsabilizar o destino, os deuses, os inimigos ou a fortuna pelos tristes acontecimentos, a interpretação de Josefo, tributária da tradição judaica, associou os percalços da história aos erros ou acertos na conduta moral dos judeus. Os acontecimentos sofridos pelos indivíduos e grupos foram causados unicamente pelos seus atos frente ao peso da Aliança sagrada, relacionando fortes componentes éticos e universalistas. Em uma passagem de BJ, Josefo estabeleceu claramente esta relação:

Nesses tempos proliferavam entre os judeus os crimes mais variados, sem excetuar nenhuma perversão. A imaginação mais fértil não poderia descobrir algum crime original que eles não conhecessem. Tanto em privado com em público cometiam todo tipo de maldades, se esforçando em superar uns aos outros, tanto por suas impiedades contra a divindade como pela injustiça para com o próximo (...). Os

sicários superavam a todos em maldade e crueldade, sem omitir palavras que fossem injuriosas nem crime que não cometessem em prejuízo dos que eles desejavam o mal.

No entanto, João fez que todos passarem por moderados, pois não só matou todos os que lhe deram conselhos justos, tratando os cidadãos como se fossem seus piores inimigos, como também desencadeou sobre sua nação uma infinidade de desgraças públicas, sabendo o que se poderia esperar de um homem impiedoso que se atreveu a desprezar Deus. Comia alimentos impuros, esquecendo-se da limpeza ritual dos judeus (...). E Simão, filho de Giora, de quais crimes se privou? (...) Pensavam que maltratar os estrangeiros era uma tímida ação de perversidade, mas apreciavam com ostentação as crueldades com os familiares.

Os idumeus também foram iguais e competidores nesta exibição de horrores. Estes criminosos abomináveis degolaram os grandes sacerdotes para não guardar nenhum respeito a Deus, suprimiram toda forma de governo e introduziram em todas as partes a mais completa desorganização. Nisto se diferenciam aqueles homens chamados zelotes (...). Estes se esforçavam em realizar toda classe de crimes, sem deixar de cometer nenhum dos que antes já tinham ocorrido. Todavia se deram este nome para expressar seu zelo com o bem, ou por uma ironia brutal com aqueles que eles perseguiram, ou por acreditarem que os grandes crimes passariam como virtudes. No final, todos eles encontraram o que fizeram em vida, os castigando Deus com a pena merecida. Eles aplicaram todos os tormentos que pode sofrer a natureza humana até o momento em que morreram com sofrimentos de toda índole. (BJ, VII, 259-274)

Para Josefo foram os judeus ímpios, fruto de uma geração corrompida, que no exagero de suas maldades acabaram por ofender YHWH e se desviar da aliança.³⁰ Como ocorreu no passado, avisos foram enviados pelas ações dos profetas indicando a necessidade do retorno à concórdia divina. Estas advertências ou foram ignoradas ou negligenciadas, reproduzindo o esquema presente no Deuteronômio de pecado – punição – redenção. Neste modelo Josefo explica a conquista romana, possível dentro da tradição judaica enquanto uma penalização:

Foram violados os direitos dos homens, as coisas divinas infringidas e as palavras dos profetas entendidas como se fossem falas de charlatões. As palavras dos profetas ensinam muitas coisas sobre os vícios e as virtudes. Ao trabalhar contra tais ensinamentos os zelotes contribuíram para a realização das profecias contra a nação. Existia uma antiga profecia, procedente de homens inspirados divinamente, que anunciava que a cidade [de Jerusalém] seria capturada, o santuário incendiado pela guerra e que os cidadãos manchariam o Templo divino. Os zelotes, embora não acreditassem nisso, contribuíram para seu cumprimento. (BJ, IV, 385-388)

Este é o lugar de Roma dentro da leitura judaica da História escrita por Josefo. Aos judeus palestinos não foi reservado um pequeno papel, como mais uma das muitas nações que integram o Império; ao contrário, foram os romanos que pelas faltas e crimes dos judeus se tornaram dignos de figurar na História conduzida por YHWH. Foram desejados e favorecidos pela divindade dentro de um esquema lógico que deixava aberta aos judeus a possibilidade de arrependimento e retorno, conciliando a derrota com a enorme responsabilidade de ser o povo escolhido. Seu Império Romano também foi o instrumento divino encarregado de punir as faltas de uma geração impura.

³⁰ Para as descrições que Josefo faz dos grupos de judeus palestinos rebelados, ver: HORSLEY, R. A.; HANSON, J. S. *Bandidos, profetas e messias*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 166-207; RHOADS, D. M., *op. cit.*, p. 72-93.

O Império Romano da Cultura Escrita Helenística

A última categoria proposta para analisarmos a presença do Império nas obras de Flávio Josefo se concentra nas relações que ele teceu com a cultura escrita helenística vigorosa de sua época. Não entendemos cultura escrita como um fenômeno isolado, mas como “um conjunto muito variável de habilidades na manipulação dos textos: ele pode ou não incluir a escrita e a leitura, sendo geralmente dirigido apenas a determinados tipos de texto, registros particulares da língua e, com frequência, a apenas algumas das línguas usadas por sociedades multilíngues”.³¹ Em outras palavras, a presença mais marcante do Império Romano nas obras de Josefo pode ser percebida no uso que ele fez da língua grega e de estruturas literárias comuns em sua época.

Inicialmente, cientes de nosso anacronismo, gostaríamos de destacar que o ambiente cultural, político e econômico possibilitado pelo Império Romano formulou uma espécie de “micro-globalização”³², ou melhor, acentuou os contatos e os intercâmbios de bens, pensamentos e pessoas entre as civilizações que margeavam o Mediterrâneo. Este grande fenômeno de integração, acelerado com as conquistas de Alexandre e caracterizado desde Johann Gustav Droysen como Helenização, permitiu aos diversos povos que a compunham a fabricação de um universo de circulação internacional de ideias, permanecendo grego na língua e em parte dos costumes.³³ Uma das grandes realizações do Império Romano foi aprofundar este universo, consolidando uma tradição literária e modos cotidianos de vida, assim como reconhecendo a preponderância da língua grega em relação às outras línguas do Oriente romano.³⁴

Apesar das particularidades religiosas relativas ao Judaísmo, os judeus estavam envolvidos neste processo, especificamente as comunidades da Diáspora. Sem nos olvidarmos das violências inerentes aos movimentos de expansão política e militar experimentados no Mundo Antigo, o Mediterrâneo romano também se caracterizou por ser mundo culturalmente aberto que favorecia a diversidade, inclusive dentro do Judaísmo que se apresentava múltiplo entre várias escolas de pensamento e de posturas religiosas. Deste modo, os judeus e o Judaísmo absorveram muitos aspectos desta “helenização” favorecida no Império (muitos judeus, como os de Sardes, tinham nomes gregos e latinos³⁵ e inúmeras cidades judaicas da Palestina gozavam de construções helenas como as termas)³⁶, assim como igualmente foram absorvidos (durante os primeiros séculos do Alto Império era relativamente grande o número de pessoas simpáticas a aspectos do Judaísmo, como o de prosélitos)³⁷.

Assim, as relações entre os judeus e a Helenização eram antigas, por vezes tensas, por vezes frutíferas, mas sempre complexas. Na Palestina os confrontos cotidianos eram mais comuns, ocorrendo levantes intensos de tempos em tempos. A lembrança sinistra da helenização de Jerusalém provocada pelo rei selêucida Antíoco IV Epifânio (175-164 a.C.) com ajuda do Sumo Sacerdote Joshua (conhecido pelo nome grego de Jasão) permaneceu gravada nas memórias judaicas como uma corporificação do ódio a YHWH.

31 BOWMAN, A. K.; WOOLF, G. (eds.), *op. cit.*, p. 7.

32 Concordamos com Norberto Guarinello ao afirmar que, “como mostram as tendências mais recentes da disciplina, esse ‘mundo antigo’ pode ser pensado como resultante de um longo processo de integração de povos: cidades, impérios, tribos, que povoaram as margens do Mediterrâneo e as terras continentais adjacentes, como uma ‘micro-globalização’ regional, que pode nos ajudar a pensar problemas do mundo contemporâneo”. GUARINELLO, N. L. Uma Morfologia da História: As formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 3, n. 1, 2003, p. 58.

33 MOMIGLIANO, A. *Os limites da Helenização*. Rio de Janeiro: Zahar, 1991, p. 13.

34 SARTRE, M. *El Oriente Romano*. Madrid: Akal Ediciones, 1994, p. 8-9.

35 *Idem*, p. 430.

36 Um bom estudo sobre as cidades na Palestina romana pode ser encontrado em: SPERBER, D. *The City in Roman Palestine*. Oxford: Oxford University Press, 1998.

37 GOODMAN, M. Identidade e autoridade no judaísmo antigo. In: COLLINS, J.; FUNARI, P. P. A.; NOGUEIRA, P. A. S. (eds.). *Identidades Fluidas no Judaísmo Antigo e no Cristianismo Primitivo*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 62.

Já nas comunidades da Diáspora, em especial a de Alexandria, o convívio diário com grandes grupos de povos gentios tornou esta relação mais íntima e original. Judeus espalhados por toda a bacia oriental do Mediterrâneo progressivamente deixaram de expressar suas ideias em aramaico e hebraico para adotar o grego *koiné* como língua comum.³⁸ Tais encontros entre os pensamentos judaico e heleno protagonizaram intentos grandiosos de convivência, e mesmo os judeus convencidos da superioridade de suas crenças “compararam continuamente as suas ideias com as ideias gregas e fizeram propaganda das próprias crenças, absorvendo muitos costumes e noções gregas no processo”.³⁹ O primeiro grande exercício de exprimir o pensamento hebraico para o grego se deu com a *Septuaginta* (LXX),⁴⁰ um colossal esforço judaico em traduzir os textos sagrados, que, embora estivesse direcionada aos judeus de Alexandria, poderia despertar a atenção de algum grego curioso. O Judaísmo helenófono não se colocou como um pastiche da tradição mosaica palestina, indo além da tradução dos livros da *Torah* e acrescentando cerca de cinquenta textos no processo de formação da *Septuaginta*.⁴¹ Filo de Alexandria registrou com entusiasmo a sacralidade desta tradução (*De Vita Mosis*, II, 40-42) e Josefo (AJ, XII, 110-113) legitimou a *Septuaginta* como tarefa divina.⁴² Séculos mais tarde Filo retomaria este pioneirismo de Alexandria, escrevendo em grego uma obra que empregou o método alegórico na tentativa de conciliar os pensamentos hebreu e heleno, argumentando que YHWH utilizou alegorias para se comunicar com os humanos (alegorias que poderiam ser expressas dentro das categorias da filosofia greco-romana).

Josefo também foi fruto deste universo culturalmente aberto articulado no Mediterrâneo romano e escreveu uma obra coerente ao espelhar estas características. Seus textos reagiram ao helenismo, censurando autores gregos e alexandrinos, mas para tanto se valeram de modelos de expressão formais tipicamente helenos como os postos pelos gêneros literários “História” e “Diatríbe”.⁴³ Enquanto membro da elite sacerdotal de Jerusalém recebeu atenta educação condizente com sua condição (V, 7-12), se destacando no entendimento das leis sagradas. Deveria ter um conhecimento da língua grega, pois serviu de intérprete dos romanos durante o cerco a Jerusalém. Quando já se encontrava em Roma, ocupado dos trabalhos e pesquisas para as redações de suas obras, afirmou:

Após ter recebido aulas de gramática, esforcei-me para ter acesso aos textos e disciplinas elaboradas em grego, embora eu verdadeiramente não consiga me expressar corretamente nesta língua, já que me impede a maneira peculiar de ver as coisas inerentes aos judeus. (AJ, XX, 263-264)

Mesmo se expressando com dificuldade e sotaque,⁴⁴ Josefo se esforçou para escrever em um respeitável grego *koiné*, valendo-se da ajuda de secretários. Seus textos em aramaico se perderam, permanecendo uma original obra grega que trabalhou na mesma direção de Filo e da *Septuaginta*, conciliando o pensamento judaico com o heleno e refletindo um processo de helenização cultural favorecido pelo Império Romano que não significou um abandono do Judaísmo ou sua supressão à maneira do empreendido

38 BRIGTH, J. *História de Israel*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 497.

39 MOMIGLIANO, A., *op. cit.*, p. 16.

40 Para uma boa e acessível introdução os problemas relativos ao texto e transmissão da *Septuaginta*, ver: HARL, Marguerite; DORIVAL, G.; MUNNICH, O. *A Bíblia grega dos Setenta: Do judaísmo helenístico ao cristianismo antigo*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

41 *Idem*, p. 81-83.

42 Josefo registrou que, antes do trabalho inspirado dos anciões e sábios judeus, autores gregos tentaram traduzir o texto, sendo punidos por YHWH. Teopompo enlouqueceu até abandonar o projeto e Teodectes foi subitamente acometido por um glaucoma (AJ, XII, 111-113).

43 Para uma relação entre a forma literária diatríbe e Ap, ver: IGLESIAS, L. G.. *Introducción General*. In: FLAVIO JOSEFO. *Autobiografía. Contra Apión*. Madrid: Editorial Gredos, 1994, p. 43. Para uma definição geral da forma literária, ver: STOWERS, S. K. *The Diatribe*. In: AUNE, D. E. (ed.). *Greco-Roman Literature and the New Testament: Selected forms and genres*. Atlanta: Scholars Press, 1988, p. 71-75.

44 HADAS-LEBEL, M. *Flávio Josefo: O judeu de Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1991, p. 62.

por Antíoco IV Epifânio. Enquanto historiador de sua etnia, não vacilou um momento em se filiar às mais restritas obrigações do gênero História, buscando em escritores gregos modelos para seus livros. Inspirou-se em Tucídides (reproduzindo a ideia da desarmonia social como causadora do levante dos judeus contra Roma)⁴⁵, em Nicolau de Damasco⁴⁶ (de onde provavelmente retirou a maioria das informações sobre a Palestina romana e sobre o governo de Herodes), em Dionísio de Halicarnasso⁴⁷ (são surpreendentes as semelhanças na organização formal de *AJ* e *Antiguidades Romanas*) e, no caso do *Ap*, no conhecimento de vasta literatura antissemita. Neste livro citou ou fez menção a mais de uma dezena de autores helenizados ou gregos, mencionando Homero e Platão, citando Manetón, Heródoto e Hecateu de Abdera e revelando conhecimento de escritores que nós ignoramos, como Teófilo, Teodoto e Hermógenes. Se Josefo leu todos os textos que citou ou se expressou uma erudição vazia, esta é ainda uma questão debatida.⁴⁸ O certo é que ao colocar sua erudição a serviço de uma obra polêmica, dedicada em defender a antiguidade dos judeus, não destoou das ações de eloquência e retórica dos intelectuais greco-romanos contemporâneos. Curiosa relação, pois ao desmentir as acusações dirigidas por escritores helenísticos, Josefo escreveu como um deles.

Quando trabalhou como historiador procurou seguir seus modelos gregos de perto, escrevendo como eles em nome da verdade, no estrito respeito pelos fatos e por seu encadeamento. Seu próêmio de BJ é surpreendentemente semelhante ao de Tucídides:

A guerra dos judeus contra os romanos, a maior das guerras não só de nosso tempo, mas, de certo modo, de todas aquelas que, segundo a tradição, ocorreram entre cidades e nações (...). Nestas circunstâncias, eu, Josefo, filho de Mathias, judeu de nascimento, natural de Jerusalém, sacerdote e que inicialmente tomei parte na guerra contra os romanos e posteriormente estive presente entre eles por necessidade, me propus a contar em grego essa história para uso dos que vivem sob a hegemonia dos Romanos, traduzindo a obra que anteriormente eu havia escrito no meu idioma materno para os bárbaros do interior. (BJ, I, 1-2)

Reconhecendo as especificidades do gênero História, BJ e AJ foram além do relato dos acontecimentos passados, utilizando os recursos literários próprios deste gênero. Como Tucídides fez em seu próêmio de *A Guerra dos Peloponésios e Atenenses* (Livro I, I: 1-2), Josefo evocou a grandiosidade do evento narrado, qualificando-o como “a maior das guerras”, o que legitimaria sua redação. Seguindo o exemplo de Tucídides, sua narrativa da guerra ganharia dignidade discursiva em grau superlativo,⁴⁹ pois só os eventos humanos grandiosos seriam “historiáveis”. Outra característica comum encontra-se na questão do valor-utilidade⁵⁰ de seus escritos. No tomo III, após uma detalhada descrição dos exércitos romanos, Josefo sentenciou:

Detive-me nisso tudo não com o propósito de elogiar os romanos, mas sim para consolar os vencidos e para desencorajar outras tentativas de insurreição. (BJ, III, 108-109)

45 Uma excelente análise da relação entre o conceito de stasis desenvolvido por Tucídides e a desagregação social provocada pela ação dos rebeldes tirânicos na obra de Josefo foi elaborada por: GOODMAN, M. *A classe dirigente da Judéia: As origens da revolta judaica contra Roma*. Rio de Janeiro: Imago, 1994, p. 202.

46 VILLALBA I VARNEDA, P. *The Historical Method of Flavius Josephus*. Leiden: E. J. Brill, 1986, p. 81. STERN, M. The Greek and Latin literary sources. In: SAFRAI, S. et al. *The Jewish People in the First Century*. Assen: Van Gorcum / Fortress Press, 1974, p. 21-24.

47 THACKERAY, H. St. John, *op. cit.*, p. 36-37.

48 Esta questão é muito debatida pela historiografia. Para um resumo, ver TROIANI, L. *Commento storico al Contro Apione di Giuseppe*. Pisa: Giardini, 1977, p. 39-41.

49 PIRES, F. M. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas, 1999, p. 152.

50 *Idem*, p. 181-182.

Mais um recurso literário utilizado com maestria por Josefo encontra-se nos discursos,⁵¹ sobretudo os presentes no BJ. Funcionando como construções literárias⁵² que introduziam força retórica e dramática na narrativa, foram nestes momentos que Josefo expressou suas opiniões e valores, novamente reproduzindo seus modelos clássicos. Ele também praticou *autopsia*,⁵³ privilegiando a investigação de um tema contemporâneo,⁵⁴ permaneceu atento aos processos de mudança⁵⁵ e elogiou seu próprio trabalho em detrimento de outros escritores, todas estas características próprias dos historiadores greco-romanos.

Temos então um quadro de correspondências entre os esquemas gerais de suas obras e a produção literária da época. Sob este complexo quadro intelectual de influências e originalidades, esconde-se mais uma presença do Império Romano, possibilitando um ambiente cultural propício para estas criações. Talvez seja este o comparecimento mais sutil e, ao mesmo tempo, profundo do Império em Flávio Josefo, como o ambiente intelectual formador de uma tradição literária referencial tão forte e relevante quanto a tradição bíblica.

Uma Conclusão

Acreditamos que o traço original de Josefo, possível de ser percebido neste exercício de análise, pode ser estendido como uma característica geral do Império Romano. Um universo rico e culturalmente aberto, embora tenso e violento, que favoreceu o sincretismo e o intercâmbio cultural.

Qual é então o Império Romano de Flávio Josefo? Pergunta difícil de responder. Igualmente ao historiador, híbrido, bilíngue e intermediário entre tradições culturais, sua visão do Império também é um amálgama de conhecimentos e experiências. É o Império da força, da ordem e da excelência militar que esteve registrado em sua percepção dos acontecimentos da guerra de 66-70. Igualmente é o Império desejado e orquestrado por YHWH, dono da História e infalível em punir os judeus pelos desvios dos mandamentos divinos para recuperá-los em sua misericórdia. Sobretudo, é o Império da cultura helenística, resultado de séculos de confrontos, interações e de adaptações das culturas que margeavam o Mediterrâneo e que gozou de maior vitalidade nos primeiros séculos do Império Romano.

51 VILLALBA I VARNEDA, P., *op. cit.*, p. 89-117.

52 RAJAK, T. *Josephus*. London: Duckworth, 1983, p. 80: "It is the speeches ascribed to protagonists in the history which allow an ancient author to comment personally on events. Even so austere a writer as Thucydides, whatever his professed intentions were, used speeches not so much to report, or even to try to reconstruct what was actually said on specific occasions, as to present analyses of different political positions, and to generalize about human affairs. In principle, what Josephus does is no different – the speeches are a vehicle for his thoughts. However, his thoughts are of quite a different type and quality: emotion and prejudice are obviously involved".

53 LAMOUR, D., *op. cit.*, p. 47-48.

54 MOMIGLIANO, Arnaldo. *La Historiografía Griega*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, p. 47-49.

55 *Idem*, p. 54.

QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE MARCIAL?

Alexandre Agnolon

Qual é o Império Romano de Marcial? Responder à questão é tarefa árdua, diga-se de passagem, uma vez que, a despeito do caráter fecundo da obra do poeta, não há a possibilidade de se encontrar uma delimitação unívoca de *Imperium* em Marcial. A variedade de temas e tipos, especialmente cômicos, é muito grande. Não só isso, Roma também, na qualidade de uma das grandes metrópoles do mundo antigo, nos é representada de maneira fragmentada, quase cinematográfica, para usar expressão que, ainda que anacrônica, dá conta da rapidez com que o poeta pinta seus personagens e as cenas da grande *Urbs*. Enfim, nada escapa ao olhar epigramático do poeta de BÍlbilis.

Mesmo assim, há em Marcial espécie de projeto epigramático, certa intenção de construir um grande edifício, perene e indestrutível como o *exegi monumentum* de Horácio (*Odes*, III, 30), como se pode perceber em alguns epigramas do poeta, como aquele que inicia o livro I; e nas epístolas ou, se se quiser chamar assim, nos prefácios que introduzem alguns de seus livros.¹ Marcial, no primeiro epigrama, emula Ovídio² e faz alusão ao sucesso alcançado como epigramatista. No segundo, que encerra o prefácio do livro nono, o tema, epidítico por excelência, incorpora aspecto do gênero que nos remete à sua função original, no caso, propriamente epigráfica; e o retrato, o busto romano, cujo fim primordial era tornar perene a memória daquele ali representado. Os dados materiais supostos, incorporados ao epigrama, como o livro, o busto romano, associados à agudeza do dístico final, que é *tópos* epigramático, são responsáveis por inserir Marcial, na circunstância imaginada no poema, no panteão dos grandes poetas. Ora, a fama do poeta, bem como a consequência dela, a perenidade, é fruto, paradoxalmente, do traço mais distintivo do epigrama desde época antiga: a pequenez, que não é referência somente à necessária condensação dos epigramas, mas sobretudo é metáfora para certas características do gênero que o determinam como *genus humile*. Ou seja, a pequenez refere certo recorte temático e também certa elocução que, particularmente em Marcial, bem como em grande parte da *Antologia Palatina*, caracterizam a natureza genérica dos epigramas. Essa humildade do gênero é figurada pela menção ao “livrinho”, *libellus* (I, 1, v. 3) e às “nugas”, *nugae* (IX, epigrama prefácio, v. 5), por exemplo, que desde pelo menos Catulo já prefiguram em latim poesia ligeira e derrisória. Vemos também que é justamente a brevidade a permitir que sejam seus epigramas mais lidos que os gêneros maiores – elevados, bem entendido – que são tanto maiores na invenção e elocução, quanto maiores na extensão.

1 Ver epigrama I, 1: “Este que ora lês é aquele que reclamas:/ Marcial, conhecido em todo o mundo/ por seu livrinhos argutos de epigramas:/ dedicado leitor! A glória que lhe deste, estando/ ele ainda vivo e consciente,/ raros poetas granjeiam após as cinzas.” Hic est quem legis, ille quem requiris/ toto notus in orbe Martialis/ argutis epigrammaton libellis:/ cui, lector studioso, quod dedisti/ uiuenti decus atque sentienti,/ rari pos cineres habent poetae. (tradução nossa). Ver, também, prefácio ao livro IX: “Saudações, meu Torânio, irmão caríssimo. Escrevi o epigrama, que está fora da disposição regular das páginas, para Estertínio, homem mui ilustre, que desejou colocar meu retrato em sua Biblioteca. Julguei que deveria te escrever a esse respeito, para que tu não ignorasses quem é esse chamado Avito. Adeus e prepara-me pousada. Embora não queiras, famoso vate de ânimo sublime, a quem a cinza fria oferecerá prêmios merecidos,/ que viva, para ti, este breve poema sob meu busto,/ que o juntas agora, ó Avito, aos de homens não obscuros:/ ‘Ele sou eu: segundo a ninguém no louvor de suas nugae,/ não o admiras, mas julgo eu, leitor, o amas./ Que entõem os maiores maiores cantos; a mim, que migalhas cantei,/ basta voltar sempre às vossas mãos.’” Haue, mi Torani, frater carissime. Epigramma, quod extra ordinem paginarum est, ad Stertinium clarissimum uirum scripsimus, qui imaginem meam ponere in Bybliotheca sua uoluit. De quo scribendum tibi putauit, ne ignorares Auitus iste quis uocaretur. Vale et para hospitium. “Note, licet nolis, sublimi pectore uates,/ cui referet serus praemia digna cinis,/ hoc tibi sub nostra breue carmen imagine uiuat,/ quam non obscuris iungis, Auite, uiris: /” Ille ego sum nulli nugarum laude secundus,/ quem non miraris sed puto, lector, amas./ Maiores maiora sonent: mihi parua locuto/ sufficit in uestris saepe redire manus.” (tradução nossa)

2 *Tristes*, IV, 10, vv. 1-2.

O epigrama que encerra o prefácio do livro IX, particularmente o dístico final, pode indiciar a intenção de Marcial, por se apropriar do *tópos* da perenidade da obra e do poeta, em representar Roma, e o Império, por extensão, em sua totalidade. Possibilidade supostamente aceitável somente para as grandes epopeias, como a *Eneida* de Virgílio ou as *Metamorfoses* de Ovídio. Em certo sentido, Marcial rivaliza com o canto épico. Seus quinze livros superam, em número, os doze livros da *Eneida*; igualam-se aos quinze livros das *Metamorfoses*.³ Marcial sintetiza Roma em sua totalidade, concebe Roma como o microcosmo de um vasto Império. E, em função do grande leque de temas que os epigramas engendram, compõe um mosaico que pela própria variedade dos tipos que povoam a cena é a representação mesma de uma capital cosmopolita, capital do epigrama.⁴

Trataremos de dois grandes temas em Marcial que talvez possam nos ajudar a delimitar um verossímil da representação desse Império segundo a epigramática. Primeiramente, tomando como base esse caráter cosmopolita de Roma a que referi, tratarei da representação das fronteiras do Império relativamente à poesia, aos intelectuais, aos processos de composição “literária” em voga em Roma a partir do olhar epigramático. Enfim, o que os epigramas de Marcial podem nos dizer acerca do espaço intelectual, de poesia e de poetas no Império Romano. Em segundo lugar, dos lugares, ou seja, dos locais referidos por Marcial, das situações imaginadas nos poemas, como as ruas, as termas, os balneários, os banquetes, as Saturnais, etc. que amiúde podem determinar não somente grande parte da especificidade genérica dos epigramas mas sobretudo os espaços de sociabilidade dessa Roma representada nos poemas.

A poesia em Roma, pode-se dizer, sempre esteve mais próxima das práticas intelectuais helenísticas. Não é à toa que a poesia romana, em seu início, esteja já relacionada à incorporação de valores de outra cultura. Lembremos da tradução da *Odisseia*, elaborada por Lívio Andronico no século III a.C.. Esse contato, especialmente com os gregos, só se intensificou com a expansão empreendida nos séculos seguintes, como se sabe. E o influxo da poesia grega, já filtrada pela tradição helenística, toma lugar determinante em Roma, não somente organizando seu espaço intelectual, oferecendo amplo paradigma de imitação para poetas e oradores, mas sobretudo por infundir nos limites do Império processos de composição poética, oriundos dos poetas bibliotecários de Alexandria, especialmente Calímaco de Cirene, que se baseavam em ideais de brevidade, urbanidade e refinamento, além do caráter profundamente alusivo de que era imbuída. E, por incorporar o legado da tradição conservada na Biblioteca, nos papiros, tinha como fim “cumprir o inelutável apelo à criação”, o que “significava referir, mencionar, citar o passado”.⁵ Aspectos que incluíram de vez a poesia latina naquilo de mais “moderno” que se produzia em matéria de poesia. O epigrama, em função de sua necessária brevidade para figurar originalmente na pedra tumular ou no ex-voto, em certo sentido passou a alegorizar esses valores propagados por essa poética. Ora, em Catulo, talvez o poeta romano mais calimaquiano de todos ou, pelo menos, o primeiro a fazer com que não corresse as Musas “em larga via”, figuram poemas, verdadeiros epigramas, cuja matéria e elocução, de orientação alexandrina, serão incorporadas por Marcial. Nesse sentido, embora seja notório que este último emule poetas antecessores gregos, pertencentes à tradição helenística, e mesmo epigramatistas coevos, como Lucílio e Nicarco, é notório também a presença constante do poeta de Verona nos versos de Marcial, que o alude, cita, emula.

Da mesma maneira que Catulo, Marcial também procura utilizar o epigrama como instrumento para a crítica de poesia e do próprio gênero epigramático e, com isso, circunstancia não somente o lugar

3 Cf. RIMELL, V., *Martial's Rome: Empire and the Ideology of the Epigram*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 17.

4 P. Laurens observa que “desde o gradativo declínio de Alexandria, o epigrama grego se inscreve particularmente em Roma.” (*Martial et l'épigramme grecque du Ier siècle ap. J. C. Revue de Études Latines*, n. 43, 1965, p. 318).

5 OLIVA NETO, J. A. *O livro de Catulo*; tradução, introdução e notas de J. A. Oliva Neto. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 25.

ocupado pela poesia em Roma, mas sobretudo as práticas intelectuais correntes em seu tempo. No que tange especificamente ao gênero do epigrama, Marcial atualiza a tradição anterior: epigrama é ainda sinônimo de dito pungente, engenhoso, consecução — como se sabe — de sua necessária brevidade. No entanto, Marcial parece ser o primeiro epigramatista a assumir de maneira evidente a matéria cômica, erótica e derrisória como traços genéricos dos epigramas, como podemos perceber a seguir:

III, 68

*Huc est usque tibi scriptus, matrona, libellus.
Cui sint scripta rogas interiora? Mihi.
Gymnasium, thermae, stadium est hac parte: recede.
Exuimur: nudos parce uidere uiros.
Hinc iam deposito post uina rosasque pudore,
quid dicat nescit saucia Terpsichore:
schemate nec dubio, sed aperte nominat illam
quam recipit sexto mense superba Venus,
custodem medio statuit quam uilicus horto,
opposita spectat quam proba uirgo manu.
Si bene te noui, longum iam lassa libellum
ponebas, totum nunc studiosa leges.*

Até aqui, Matrona, este livrinho foi escrito para ti.
“Para quem”, indagas, “são os seguintes?” Para mim!
Cá estão o Ginásio, as termas, os estádios. Retira-te!
Estamos despídos! Poupa-te de ver homens nus!
A partir daqui, após vinhos e rosas, já deposto o pudor,
Terpsicore, bêbada, já não sabe o que diz:
designa, não por dúbia figura, mas claramente aquilo
que a soberba Vênus acolhe no sexto mês,
que no meio da horta o camponês põe como guarda
e que a virgem pudica observa defendendo-se.
Se bem te conheço, depunhas já fatigada longo
livrinho: agora, zelosa, o lerás por inteiro.

XI, 15

*Sunt chartae mihi quas Catonis uxor
et quas horribiles legant Sabinae:
hic totus uolo rideat libellus
et sit nequior omnibus libellis,
qui uino madeat nec erubescat 5
pingui sordidus esse Cosmiano,
ludat cum pueris, amet puellas,
nec per circuitus loquatur illam
ex qua nascimur, omnium parentes,
quam sanctus Numa mentulam uocabat. 10
Versus hos tamen esse tu memento
saturnalicios, Apollinaris:
mores non habet hic meos libellus.*

Tenho escritos que a esposa de Catão
e as horríveis Sabinas deveriam ler.
Quero que este livrinho todo ria!
Que seja o mais devasso dos livrinhos!
Que se encharque de vinho e, sem vergonha,
banhe-se de perfume cosmiano!
Que brinque com meninos; as meninas
ame e sem circunlóquios fale dele –
de quem nascemos, pai de todos nós,
que o venerável Numa assim chamava:
“Caralho!” Porém, lembra: estes versinhos,
Apolinar, são todos Saturnais.
Meus costumes não tem este livrinho.

No epigrama III, 68, o poeta interpela já no primeiro verso a matrona, símbolo de moral feminina, como ocorre no epigrama seguinte, o XI, 15, na alusão às sabinas. O epigrama figura como advertência, selecionando, em termos de *ut pictura poesis*, a audiência adequada. Não significa que a matrona não vá ler o livrinho de epigramas, o que é absolutamente negado no dístico final, engenhoso pelo fim inesperado, procedimento tópico da epigramática helenística, mas o poeta se preocupa antes em educar, regular, bem entendido, a recepção de seus versos prescrevendo não somente, no que tange à invenção, a matéria de seus epigramas, claramente de caráter erótico, derrisório e convivial, mas também elocução apta, notoriamente baixa e obscena. Ora, Marcial menciona sítios, como os banhos e os ginásios, claramente associados a práticas sexuais;⁶ em seguida, como sinédoque da própria poesia epigramática, alude a Terpsícore, a “Alegra-coro”,⁷ musa da dança, vinculada, pelo contexto do epigrama, ao vinho, ao amor erótico, ao transe báquico – vale notar que as rosas podem figurar no verso como sutil alusão ao perfume que, por preparar o sujeito para o intercurso amoroso, pois é afrodisíaco, constitui-se claramente ingrediente erótico, como ocorre no poema XIII de Catulo, em que o poeta oferece a Fabulo, em paga de uma noite regada a vinho e amores, um perfume, dado à sua garota pelos Cupidos e pela Vênus em pessoa). O epigrama XI, 15, por seu turno, enumera temas semelhantes que compõem o leque de possibilidades temáticas dos epigramas: o amor erótico, a *moûsa paidiké* (a musa pederástica), o simpósio e principalmente a derrisão, cujo índice no epigrama é a menção ao riso no terceiro verso. Para tudo isso, Marcial propõe elocução, como dissemos, apta, convenientemente ínfima, sem circunlóquios: ou seja, nomeia claramente o falo, ironicamente aludido em III, 68, mas nomeado diretamente no epigrama seguinte: “Caralho!” (verso 11). O que vemos nos epigramas é índice de decoro, o que se coaduna com o que diz o poeta no prefácio de seu primeiro livro:

Livro I

Lasciuam uerborum ueritatem, id est epigrammaton linguam, excusarem, si meum esset exemplum: sic scribit Catullus, sic Marsus, sic Peto, sic Gaetulicus, sic quicumque perlegitur. Si quis tamen tam ambitiose tristis est ut apud illum in nulla pagina latine loqui fas sit, potest epistola uel potius titulo contentus esse. Epigrammata illis scribuntur, qui solent spectare Florales.

Pela lasciva franqueza das palavras, isto é, pela linguagem própria de epigramas, eu me desculparia, se meu fosse o exemplo: pois assim escreve Catulo, assim escreve Marso, assim Getúlico, assim Pedão, assim escreve quem quer que seja lido por inteiro. Se alguém for tão exibidamente grave que em sua presença não se permita falar em latim [ou seja, diretamente] em nenhuma página, que se contente com esta epístola ou com o título. Escrevem-se epigramas para aqueles que costumam assistir aos jogos Florais.

Tradução de J. A. Oliva Neto

O fragmento é muito claro: da mesma maneira que os epigramas precedentes, o poeta prescreve a devida adequação, de base aristotélica e horaciana, entre a matéria cômica, derrisória e convivial, resumidos, por sinédoque, nos jogos Florais, e léxico obsceno (*lasciuam uerborum ueritatem*). Além disso, Marcial se apóia na tradição, ou melhor, na autoridade de poetas célebres que compuseram poesia ligeira em latim, particularmente Catulo. Marcial, ao prescrever critérios não só de composição, mas sobretudo de apreensão, de fruição do gênero epigramático, também insere o epigrama nas práticas de sociabilidade correntes em Roma. Teatraliza, enfim, o Império no que tange à sua intrincada rede de relações, especialmente entre patronos e clientes:

⁶ ADAMS, J. N., *The Latin Sexual Vocabulary*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1982, p. 145-149.

⁷ Cf. HESÍODO. *Teogonia: a Origem dos Deuses*. Edição bilingue. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991, p. 109.

*Vade salutatum, pro me, liber, ire iuberis
ad Proculi nitidos, officiose, lares.
Quaeris iter? Dicam: uicinum Castora canae
transibis Vestae uirgineamque domum.
Inde sacro ueneranda petes Pallatia cliuo,
plurima qua summi fulget imago ducis.
Nec te detineat miri radiata Colossi,
quae Rhodium moles uincere gaudet opus.
Flecte uias hac qua madidi sunt tecta Lyaei
et Cybeles picto stat Corybante tholus.
Protinus a laeua clari tibi fronte Penates
atriaque excelsae sunt adeunda domus.
Hanc pete; ne metuas fastus limenque superbum:
nulla magis toto janua poste patet
nec propior quam Phoebus amet doctaeque sorores.
Si dicet: "Quare non tamen ipse uenit?",
sic licet excuses: "Quia qualiacumque leguntur
ista, salutator scribere non potuit".*

Vai, Livro, em meu lugar, prestar saudações: ordeno-te
ires, serviçal, às moradas luzidias de Próculo.
Perguntas o caminho? Direi: o templo de Castor,
vizinho de Vesta e a Casa das Virgens passarás.
De lá, te dirigirás ao Palatino venerando pela sacra colina,
onde numerosas estátuas brilham do supremo soberano.
Não te detenha a massa resplandecente do prodigioso Colosso,
que se jubila em sobrepujar o que há em Rodes.
Vira ali onde estão as moradas de Lieu ébrio
e de Cibele a cúpula que se ergue com um Coribante pintado.
Do lado esquerdo, adiante, ficam os célebres Penates
e o átrio da excelsa mansão em que deves entrar.
Aproxima-te: não temas o fasto e o limiar soberbo;
nenhuma porta se abre mais que todo seu umbral,
a nenhuma Febo e suas doutas Irmãs amam mais de perto.
Se Próculo disser: "Por que, afinal, não veio o poeta em pessoa?",
poderás desculpar-me assim: "Porque não importa como sejam
lidos estes poemas, quem saúda não poderia tê-los escrito."

No epigrama, o poeta personifica o próprio livro e o envia, na qualidade de *saluator*, para Gaio Júlio Próculo, rico patrono de Marcial. O epigrama indicia, muito sutilmente, ingredientes constitutivos do gênero do epigrama, ao mencionar Baco e Cibele; no entanto, o objetivo principal do poema, incorporando procedimentos elocutivos próprios do gênero epidítico, é saudar, louvar Próculo, que é dileto de Febo e das doutas Musas, por isso é homem culto e refinado que vê em Marcial, embora não seja dito diretamente no epigrama, um grande engenho: *similis similibus*, daí, também indiretamente, ser o poema elogio do próprio epigramatista. Além disso, com a écfrase, com a descrição do caminho que o *libellus* deve percorrer para encontrar seu patrono, o poeta perscruta as ruas, o emaranhado de templos e divindades que povoam a *Urbs*, dá conta por seu turno da grandiosidade da Cidade e, em função disso, se insere também no louvor, no culto ao *princeps*, quando, nos versos cinco e seis, alude às estátuas de Domiciano. Os templos mencionados pelo poeta, ainda que já prefigurem o olhar caleidoscópico do gênero epigramático, consequência da verdadeira *cumulatio* construída pelo poeta, que só pode ser apreendido metonimicamente, são índices de *pietas* romana, em que pese a referida amplificação das virtudes de Próculo e da divindade do *summus dux*, Domiciano. Ora, a piedade como índice do *éthos* do próprio cidadão romano, como *tópos* mesmo, já é explorada largamente por Virgílio na *Eneida* que a sintetiza amiúde na figura de Eneias, do *pious Aeneas*. É o epigrama agora elevado, pois não só incorpora matéria épica, mas sobretudo, como dissemos no início, emula, rivaliza com a epopeia. Compondo écfrase, não põe em cena o tempo breve, o *hic et nunc* da poesia lírica, da elegia amorosa e mesmo do gênero do epigrama, mas, sim, a Era, o tempo de longa duração, a aetas da poesia épica e da História. Marcial menciona, no início, o *Aedes Castoris*, o templo dos *Dioscuri*, os irmãos Castor e Pólux, situado nas proximidades do Fórum, cujo culto, segundo Tito Lívio, foi introduzido em Roma pelo ditador Aulo Postúmio após a batalha do lado Regilo, em 484 a.C.;⁸ faz referência ao *Atrium Vestae*, o templo de Vesta, também situado próximo ao Fórum, em cujo altar deveriam as virgens preservar o fogo da Deusa.⁹ Faz alusão também à estátua de cem pés de altura de Nero, situada no vestíbulo da *Domus Aurea*,¹⁰ que por sua grandiosidade sobrepunha o Colosso de Rodes.¹¹ Menciona, como vimos, o templo de Cibele, de Baco; faz referência aos Penates do Estado, lendariamente trazidos de Troia e identificados amiúde com a *gens Iulia*. Todo o epigrama culmina no dístico final que teatraliza o momento da chegada do Livro, momento em que Próculo o interpela acerca do poeta, de seu *cliens*. A agudeza do epigrama talvez resida no fato de que Marcial, enviando seu livro para cumprir os deveres da *salutatio*, ou seja, os deveres

8 *História de Roma*, II, 20, 12-13: “Os cavaleiros apressaram os cavalos para que pudessem perseguir o inimigo, seguidos pela infantaria. Então, conta-se que o ditador, que auxílio algum, divino ou humano, negligenciava, consagrou um templo a Castor e prometeu prêmios aos soldados que fossem o primeiro e o segundo a penetrar nos acampamentos dos inimigos. O entusiasmo foi tamanho que os acampamentos sofreram com a mesma violência com que os romanos derrotaram o inimigo. Assim foi o combate no lago Regilo. O ditador e o chefe da cavalaria retornaram a Roma para receberem as honras triunfais”, *Equiti admoti equi ut persequi hostem posset; secuta et pedestris acies. Ibi nihil nec diuinae nec humanae opis dictator praetermittens aedem Castori uouisse fertur ac pronuntiasset militi praemia qui primus, qui secundus castra hostium intrasset; tantisque ardor fuit ut eodem impetu quo fuderant hostem Romani castra caperent. Hoc modo ad lacum Regillum pugnatum est. Dictator et magister equitum triumphantes in urbem rediere.* (LIVY. *History of Rome*. With an English translation by B. O. Foster. The Loeb Classical Library. Cambridge, MA: Harvard University Press, vol. I, 1993; tradução nossa)

9 As vestais provinham de famílias patrícias romanas e serviam Vesta por um período de trinta anos. Caso uma vestal faltasse à castidade nesse ínterim, após sofrer o suplício, era enterrada viva numa câmara subterrânea, conhecida como *Campus sceleratus*, situado nas proximidades da porta Colina. A aplicação dessa terrível pena é descrita por Plínio, *Epistolae*, IV, 11, 8-10, “Não sei se [Cornélia, a mais ilustre das vestais] era inocente, mas certamente foi levada como se fosse. Além disso, no momento em que foi lançada naquele cubículo subterrâneo e se deteu, porque lhe pendia a estola, virou-se e a arregaçou e quando o carrasco lhe dava a mão, esquivou-se, voltou-se para trás e repeliu de seu corpo puro e casto aquele hediondo contato, como se fosse uma peste. [...] Depois, Célero, o cavaleiro romano, considerado cúmplice de Cornélia, quando foi açoitado com varas diante da multidão, repetia estas palavras: ‘Que fiz eu? Nada fiz’, [Cornelia, Vestalium illa maxima] nescio an innocens, certe tamquam innocens ducta est. Quin etiam cum in illud subterraneum cubiculum demitteretur haesissetque descendenti stola, uertit se ac recollegit, cumque ei manum carnifex daret, auersata est et resiliuit foedumque contactum quasi labem a casto puroque corpore reiecit [...]. Praeterea Celer, eques romanus, cui Cornelia obiciebatur, cum in comitio uirgis caederetur, in hac uoce perstitit: “quid feci? Nihil feci”. (PLINE, LE JEUNE. *Lettres*. Texte établi et traduit par Anne-Marie Guillemin. Paris: Les Belles Lettres. Tome II, livres IV-VI, 1955; tradução nossa)

10 Tratava-se da estátua de Nero, de cem pés de altura, localizada no vestíbulo da *Domus Aurea*. Posteriormente, Vespasiano substituiu a cabeça de Nero pelo sol, coroado de raios. No principado de Adriano, ela foi transportada para a entrada do Anfiteatro Flávio com a ajuda de 24 elefantes. Por causa desse colosso, o Anfiteatro ganhou a denominação de “Coliseu”.

11 O Colosso de Rodes, considerado uma das sete maravilhas do mundo antigo. Erguia-se à entrada do porto de Rodes e representava o deus sol, Hélios. O Colosso foi construído em homenagem à resistência dos ródios ao cerco empreendido por Demétrio Poliorcete, filho do rei Antígono I, em 304 a.C. Um terremoto no ano 220 a.C. o destruiu.

próprios do cliente, justifica o ócio que lhe é propiciado por seu patrono. Entenda-se, é o patrocínio de Próculo que permite ao poeta escrever. Assim, o livro é não só o *salutator*, mas a própria saudação: o livro é a consubstanciação do patrocínio de Próculo, amante de “Febo e das dotas Irmãs” (v. 15).

Os epigramas, incorporando elementos próprios das convenções escritas e de práticas intelectuais em grande parte delas derivadas (provenientes, como já vimos, dos meios alexandrinos), apresentam-nos relações de sociabilidade que, em função da *amicitia*, determinam também processos compositivos e se constituem por seu turno meio privilegiado para a circulação de escritos em Roma. Marcial, em vários epigramas, aponta seu sucesso como poetas de epigramas, já pudemos perceber isso no início do presente trabalho, no epigrama I, 1; entretanto, pode haver neles alusão a processos de recepção do texto poético que refundem diretamente nas circunstâncias específicas de produção dos poemas. Vejamos, por exemplo, o epigrama V, 80:

V, 80

*Non totam mihi, si uacabis, horam
dones, et licet imputes, Seuere,
dum nostras legis exigisque nugas.
'durum est perdere ferias': rogamus
iacturam patiaris hanc ferasque. 5
Quod si legeris ista cum diserto
– sed numquid sumus improbi? – Secundo,
plus multo tibi debiturus hic est
quam debet domino suo libellus.
Nam securus erit, nec inquieta 10
lassi marmora Sisyphi uidebit,
quem censoria cum meo Seuero
docti lima momorderit Secundi.*

Presenteias-me, se livre estiveres, uma hora,
não toda e – é lícito, Severo – sejas por minha conta,
enquanto minhas nugas estiveres a ler e pôr valia.
'Férias: perdê-las é duro!': peço-te
que toleres e suportes esta perda. 5
Se leres, pois, estes versos – acaso, não
estou sendo eu atrevido? – com o eloquente Segundo,
muito mais há de dever a ti
este livrinho que ao seu senhor.
Pois estará seguro e não verá
do lasso Sísifo os mármores agitados, 10
livrinho que a lima censória do douto Segundo
tenha burilado em companhia de meu Severo.

Repare-se que Marcial, interpelando um certo Severo, lhe pede que reveja, leia, corrija, ajuíze acerca dos poemas, das nugas do poeta. Ao mesmo tempo, Marcial pressupõe a prática da recitação, a leitura pública dos epigramas para uma audiência também capaz de ajuizar a respeito da qualidade dos escritos. Evidentemente, essa audiência ainda é restrita, geralmente composta de pessoas próximas ao autor, como é o caso no epigrama, pela referência a Segundo, possivelmente Plínio, o jovem. E, corrigindo os epigramas, o poeta atribui o possível sucesso de seu livrinho à correção atenta e diligente de Severo e Segundo, pois só assim o trabalho do poeta não será em vão, ou seja, “estará seguro e não verá/ do lasso Sísifo os mármoreos agitados”, *securus erit, nec inquietat/ lassi marmora Sisyphi uidebit*. Curiosamente, é Plínio, o jovem, a principal fonte romana que trata a respeito dessas práticas. Numa de suas epístolas (V, 3), endereçada a Títio Aristão, Plínio narra a discussão que se seguiu à recitação de seus próprios poemas, que infelizmente não chegaram até nós. Tratavam-se de poemas ligeiros, claramente derrisórios; e foram motivo de acirrado debate. Os presentes não censuraram exatamente os poemas, mas o autor por tê-los composto e recitado, como se a matéria dos poemets não fosse digna dele. Ora, Plínio argumenta que os poemas são decorosos em seu próprio gênero, e que homens de grande virtude, como Cícero, Cornélio Nepos, Asínio Polião, Ênio, César e Augusto compuseram também nugas e não deixaram de ser homens virtuosos. Entretanto, o importante da epístola é a maneira como a leitura pública dos poemas repercute na composição do texto que é reelaborado e corrigido.¹²

Marcial incorpora ao epigrama elementos próprios da escrita, que é dado material suposto, associado não somente à tópica da perenidade, ao *exegi monumentum*, como vimos, mas também a processos intelectuais, a práticas discursivas que pressupõem o texto, a escrita enfim como suporte material de conservação da obra poética; no limite, como suporte material da própria memória. Em Roma, Catulo, Ovídio e Marcial são exemplos da maneira pela qual a escrita alterou para sempre, desde pelo menos os autores helenísticos, os modos de composição e fruição do texto poético. A Musa para esses poetas já não é aquela de Homero e Hesíodo, que inspira, que sacraliza a poesia, “as palavras aladas”, mas outra: uma Musa douta, dependente da tradição que é conservada e transmitida nos livros. A imortalidade já não é mais alada, mas aparelhada de papiro e cálamo:

VIII, 3

*“Quinque satis fuerant: iam sex septemue libelli
est nimium: quid adhuc ludere, Musa, iuuat?
Sit pudor et finis: iam plus nihil addere nobis
fama potest: teritur noster ubique liber;
et cum rupta situ Messalae saxa iacebunt
altaque cum Licini marmora puluis erunt,
me tamen ora legent et secum plurimus hospes
ad patrias sedes carmina nostra feret.”*

12 Plínio, o jovem, *Epístolas*, V, 3, 8-10: “[...] em primeiro lugar, quem recita se aplica com muito mais atenção a seus escritos em consideração aos ouvintes e, em segundo lugar, quem tem alguma dúvida sobre algo em seus escritos resolve-a, por assim dizer, a partir da opinião implícita num conselho. 9. Ademais, muito se sugere numa reunião de muitas pessoas e, se não se sugere explicitamente, o que cada um sente transparece no rosto, nos olhos, no gesto, nas mãos, no murmúrio e no silêncio, que com sinais muito mais claros distinguem o que é opinião do que é gentileza. 10. E isto chega a tal ponto, que se acaso algum dos presentes tiver o cuidado de ler o que ouviu, perceberá que algumas passagens eu mudei ou suprimi, quem sabe até por causa de sua própria opinião, ainda que não me tenha dito nada.”, *primum quod ipse qui recitat aliquanto acrius scriptis suis auditorum reuerentia intendit; deinde quod de quibus dubitat, quasi ex consilii sententia statuit*. 9 *Multa etiam multis admonetur, et si non admoneatur, quid quisque sentiat perspicit ex uultu oculis nutu manu murmure silentio; quae satis apertis notis iudicium ab humanitate discernunt*. 10 *Atque adeo si cui forte eorum qui interfuerunt curae fuerit eadem illa legere, intelleget me quaedam aut commutasse aut praeterisse, fortasse etiam ex suo iudicio, quamuis ipse nihil dixerit mihi*. (tradução de J. A. Oliva Neto)

*Finieram, cum sic respondit nona sororum,
cui coma et unguento sordida uestis erat:
“tune potes dulcis, ingrata, relinquere nugas?
Dic mihi, quid melius desidiosus ages?
An iuuat ad tragicos soccum transferre cothurnos
aspera uel paribus bella tonare modis,
praelegat ut tumidus rauca te uoce magister
oderit et grandis uirgo bonusque puer?
Scribant ista graues nimium nimiumque seueri,
quos media miseris nocte lucerna uidet.
At tu romano lepidos sale tinge libellos:
agnoscat mores uita legatque suos.
Angusta cantare licet uidearis auena,
dum tua multorum uincat auena tubas.”*

“Cinco foram o bastante! Já seis ou sete livrinhos
é demais! Por que, Musa, gracejar te apraz ainda?
Tenhas pudor e limite! Nada mais já me pode a fama
conceder: meu livro é por toda a gente folheado;
e quando, pela vetustez, em ruínas jazerem as pedras de Messala
e quando pó se tornarem de Lícino os mármorem soberbos,
as bocas me lerão ainda e muito viajante levará
consigo meus poemas para a terra natal.”
Dissera eu, quando assim respondeu a nona das irmãs,
cujos cabelos e a veste estavam untados de perfume:
“como podes, ó ingrato, desprezar as doces nugas?
Diz-me: o que farás melhor, quando estiveres ocioso?
Apetece-te, acaso, trocar o soco por trágicos coturnos?
Ou entoar guerras ásperas em ritmos páreos
para que com voz rouca te leia tímido professor
e te odeie a rapariga ou belo menino?
Escrevam versos tais os demasiado graves e severos,
que tristes o candeeiro fita no meio da noite.
Tu, porém, salpica lépidos livrinhos com o sal romano:
que a vida leia e reconheça seus costumes.
É lícito que te contentes cantar com a humilde avena,
contanto que tua avena vença as tubas de muitos.”

Os espaços da capital do Império representados geralmente nos epigramas teatralizam relações sociais que repercutem, como vimos, no fazer poético de Marcial. Porém, é possível também que esses mesmos espaços, à maneira de um palco, abriguem as situações dramatizadas nos epigramas. Ora, no epigrama que encerra a epístola que introduz o primeiro livro de Marcial, o teatro, o palco de comédia especificamente,

é metáfora para o recorte genérico dos epigramas: “Já que conheces a doce cerimônia de Flora folgazã/ e as alegres brincadeiras e do vulgo a devassidão,/ por que ao teatro, ó severo Catão, vieste?/ Acaso vieras apenas para partires?”, *Nosset iocosae dulce cum sacrum Florae/ festosque lusus et licentiam uulgi,/ cur in theatrum, Cato seueru, uenisti?/ An ideo tantum ueneras, ut exires?*. Assim, as termas, os banquetes, as ruas, o meretrício etc. são locais que já prefiguram, em termos de invenção, a matéria dos epigramas. O epigrama I, 96 é exemplo do que acabamos de dizer:

*Si non molestum est teque non piget, Scazon,
nostro, rogamus, pauca uerba materno
dicas in aurem, sic ut audiat solus.
Amator ille tristium lacernarum
et baeticatus atque leucophaeatus,
qui coccinatos non putat uiros esse
amethystinasque mulierum uocat uestes,
natiua laudet habeat et licet semper
fuscus colores, galbinos habet mores.
Rogabit unde suspicer uirum mollem.
Una lauamur: aspicit nihil sursum,
sed spectat oculis deuorantibus draucos
nec otiosis mentulas uidet labris.
Quaeris quis hic sit? Excidit mihi nomen.*

Se não te causa embaraço, nem te custa, ó Escazonte,
peço-te que digas umas poucas palavras ao meu Materno
ao pé do ouvido de sorte que ele as ouça sozinho.
Existe um tal, amante de severos mantos
e coberto anda de lã bética e de cinza-escuro,
que não julga serem homens quem de púrpura se veste
e chama de vestidos de mulheres roupas ametistas,
ainda que sempre louve modos naturais e sempre exiba
cores escuras, tem costumes cor-de-rosa.
Perguntará por que suspeito ser o homem efeminado.
Tomamos banho juntos: ele nunca olha para cima,
porém, aos atletas observa com olhos devoradores e
não observa suas picas com lábios ociosos.
Desejas saber quem é? Mas seu nome me escapa.

A apóstrofe no primeiro verso já indicia o caráter vilipendioso do epigrama. Marcial personifica o escazonte, variação do verso iâmbico que é, desde tempo antigo, associado à invectiva.¹³ Procedimento semelhante encontramos já em Catulo, no poema 42: “Decassílabos!, vinde, quantos sois,/ todos, de toda parte, todos vós:/ uma puta indecente me reputa/ um brinquedo [...]”, *Adeste, hendecasyllabi, quot estis/ omnes, undique, quotquot estis omnes. /Iocum me putat esse moecha turpis*. A personificação do hendecassílabo falécio, espécie métrica formada por um espondeu (duas vogais longas), seguido de um pé datílico (uma vogal longa e duas breve) e três troqueus (uma vogal longa e uma breve), já é índice de matéria cômica, invectiva e frequentemente erótica, uma vez que este metro, consoante o escazonte de Marcial, já se constituía metro particularmente relacionado com poesia ligeira e derrisória.¹⁴ O ataque é dirigido à personagem que, ainda que não nomeada, como faz entrever o último verso, tem apontado o vício perante toda a gente, pois não só pratica a felação, mas sobretudo afeta severidade, o que o torna pior no plano dos costumes, pois sugere outra torpeza moral, a hipocrisia, pois que a personagem atribui a outros homens justamente os defeitos morais de que padece, ocultando, assim, sua verdadeira natureza. Os banhos são o espaço, o palco, pode-se dizer, em que o indivíduo vituperado se deixa trair. É de se notar o olhar reiterado, persistente, vale dizer, com o qual contempla os membros viris dos atletas; e seus lábios nem um pouco indiferentes, a sugerir que é adepto da *fellatio*. Esses lugares (os banhos públicos, as termas, os ginásios, etc.), como vimos no início deste trabalho, amiúde podem ser associados à licenciosidade e práticas sexuais consideradas indecorosas, *contra naturam*, assim como podemos observar de maneira mais evidente no seguinte epigrama, o VII, 67:

*Pedicat pueros tribas Philaenis
et tentigine saeuior mariti
undenas dolat in die puellas.
Harpasto quoque subligata ludit
et flauescit haphe, grauesque draucis
halteras facili rotat lacerto,
et putri lutulenta de palaestra
uncti uerbere uapulat magistri:
nec cenat prius aut recumbit ante
quam septem uomuit meros deunces;
ad quos fas sibi tunc putat redire,*

13 Aristóteles, *Poética*, 1448b: “A poesia tomou diferentes formas, segundo a diversa índole particular [dos poetas]. Os de mais alto ânimo imitam as ações nobres e das mais nobres personagens; e os de mais baixas inclinações voltaram-se para as ações ignóbeis, compondo, estes, vitupérios, e aqueles, hinos e encômios. Não podemos, é certo, citar poemas deste gênero, dos [poetas que viveram] antes de Homero, se bem que verossimilmente, muitos tenham existido; mas a começar em Homero, temos o Margites e outros poemas semelhantes, nos quais por mais apto se introduziu o metro iâmbico (que ainda hoje assim se denomina, porque neste metro se injuriavam [iâmbizon]). De modo que entre os antigos, uns foram poetas em verso heróico, outros o foram em verso iâmbico”, *διεσπάσθη δὲ κατὰ τὰ οἰκεία ἡθῆ ἢ ποιήσις· οἱ μὲν γὰρ σεμνότεροι τὰς καλὰς ἐμιμούντο πράξεις καὶ τὰς τῶν τοιούτων, οἱ δὲ εὐτελέστεροι τὰς τῶν φαύλων, πρῶτον ψόγους ποιοῦντες, ὥσπερ ἔτεροι ὕμνους καὶ ἐγκώμια. Τῶν μὲν οὖν πρὸ Ὀμήρου οὐδενὸς ἔχομεν εἰπεῖν τοιούτων ποιήμα, εἰκὸς δὲ εἶναι πολλοὺς, ἀπὸ δὲ Ὀμήρου ἀρξάμενοις ἔστιν, οἷον ἐκείνου ὁ Μαργίτης καὶ τὰ τοιαῦτα. ἐν οἷς κατὰ τὸ ἀρμόττον καὶ τὸ ἰαμβεῖον ἦλθε μέτρον διὸ καὶ ἰαμβεῖον καλεῖται νῦν, ὅτι ἐν τῷ μέτρῳ τούτῳ ἰάμβιζον ἀλλήλους. καὶ ἐγένοντο τῶν παλαιῶν οἱ μὲν ἠρωικῶν οἱ δὲ ἰάμβων ποιηταί. (ARISTÓTELES. *Poética*. Tradução, comentário e índices analítico e onomástico de Eudoro de Souza. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973).*

14 Plínio, o jovem, *Epístolas*, IV, 14, 2-4: “2. Receberás, com esta epístola, meus hendecassílabos, com os quais na carruagem, no banho, no jantar, desfruto o tempo ocioso. 3. Nesses versos, divirto-me, brinco, amo, sofro, queixo-me, iro-me, faço descrições, ora mais moderadas, ora mais elevadas, e na própria variedade tento fazer que umas coisas agradem a uns, outras a outros e algumas talvez a todos. 4. Porém, se algumas dentre elas te parecerem um pouco mais impudentes, será próprio de tua erudição considerar que homens sumamente ilustres e graves, que escreveram versos semelhantes, não se abstiveram da lascívia do assunto nem mesmo das palavras cruas que eu evitei, não porque sou mais severo (como, pois?), mas porque sou mais tímido.”, 2. Accipies cum hac epistula hendecasyllabos nostros, quibus nos in uehiculo in balineo inter cenam oblectamus otium temporis. 3. His iocamur ludimus amamus dolemus querimur irascimur, describimus aliquid modo pressius modo elatius, atque ipsa uarietate temptamus efficere, ut alia aliis quaedam fortasse omnibus placeant. 4. Ex quibus tamen si non nulla tibi petulantiora paulo uidebuntur, erit eruditionis tuae cogitare summos illos et grauissimos uiros qui talia scripserunt non modo lasciuia rerum, sed ne uerbis quidem nudis abstinuissent; quae nos refugimus, non quia seueriores – unde enim? – sed quia timidiore sumus. (tradução de J. A. Oliva Neto).

*cum colyphia sedecim comedit,
post haec omnia cum libidinatur,
non fellat – putat hoc parum uirile –
sed plane medias uorat puellas.
Di mentem tibi dent tuam, Philaeni,
cunnum lingere quae putas uirile.*

Filênis roçadeira enraba rapazotes
e, mais furiosa que a libido dum marido,
fode por dia onze menininhas.
Cingida, joga com a péla também
e, amarela com o pó, halteres,
pesados para atletas, gira com braço ligeiro;
e toda emporcalhada do pó da palestra
se submete aos golpes do mestre untado.
Nem janta ou se põe à mesa antes
de ter vomitado sete medidas de puro vinho!
Julga ela, então, que lhe é lícito repeti-los,
quando comeu dezesseis nacos de carne.
Após tudo isso, ao se entregar aos prazeres,
ela não chupa – julga ser pouco viril –
mas as meninas – no meio – devora-as por inteiro.
Que os deuses te deem juízo, Filênis,
tu que julgas viril lambar bocetas.

A mulher invectivada no epigrama é lésbica. O poeta postula a impossibilidade de Filênis transformar-se efetivamente num homem a despeito de seus esforços. Ora, embora a mulher não pratique a felação, referida no verso quatorze, pois julga corretamente ser a prática “pouco viril” – *puta hoc paruuum uirile* –, faz mesmo assim a *cunnilingus*, prática sexual considerada igualmente indigna de um cidadão romano, uma vez que subtrai ao homem, como na felação, as prerrogativas do papel dominante na relação sexual.¹⁵ Adams afirma que o verbo *lingo*, “lamber” – associado com *mentula*, *cunnum* ou *culus* – adquiriu em latim um tom verdadeiramente ofensivo, conforme se pode ver em outro epigrama, o III, 96: “Chupas, não fodes minha menina/ e ficas cantando de amante e fodedor./ Ah Gargílio! Se eu te pegar, vou calar a tua boca!”, *Lingis, non futuis meam puellam/ et garris quasi moechus et fututor./ Si te prendero, Gargili, tacebis*.¹⁶ O ambiente do ginásio que é teatralizado pelo epigrama tem associações claramente eróticas, não somente pelo emprego constante de elocução baixa e obscena ao longo do poema, mas sobretudo pelo fato de descrever a mulher como um *draucus*. Ou seja, como um daqueles atletas demasiado fortes que faziam exibições públicas de suas habilidades. Por isso, associar Filênis aos *drauci* é estratégia cujo intento é tornar evidente, em termos pictóricos, a figura masculinizada da mulher, visto que os halteres que levanta são pesados mesmo para homens com a força desses atletas. A estratégia é procedimento tópico, pois pode se associar

¹⁵ Cf. *Select Epigrams*. Edited by Lindsay and Patricia Watson. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, p. 251.

¹⁶ ADAMS, J. N., *op. cit.*, p. 134.

aos lugares-comuns para a constituição de retratos no gênero epidítico, prescrito, por exemplo, em Quintiliano (*Instituições Oratórias*, V, 10, 25): “[...] sexo: pois crê-se que assim como o latrocínio é mais provável num homem, assim também o envenenamento é na mulher”, *sexus*, (*ut latrocinium facilius in uiro, ueneficium in femina credas*). Há de se notar também o nome da personagem: Filênis, nome frequentemente associado à matéria erótica.¹⁷ O ambiente simposial, o banquete, também é circunstância imaginada nos epigramas, inclusive em poemas também invectivos, como o epigrama III, 17:

*Circumlata diu mensis scribilita secundis
urebat nimio saeua calore manus;
sed magis ardebat Sabidi gula: protinus ergo
sufflauit buccis terque quaterque suis.
Illa quidem tepuit digitosque admittere uisa est,
sed nemo potuit tangere: merda fuit.*

Por muito tempo, de sobremesa, uma torta entre convivas circulou;
e, pelo grande calor, queimava muito as mãos.
Ardia mais, porém, a gula de Sabídio, pois
Sem demora, três, quatro vezes soprou.
De fato, a torta esfriou e parece que os dedos já a suportavam,
mas ninguém pôde mais tocá-la: fez-se merda.

Ainda que seja simpótica a cena descrita, não é o vinho, nem amores a matéria desenvolvida pelo poeta. O epigrama vitupera Sabídio em função de seu caráter desmoderado, não afeito à justa medida, que se explicita, no plano das ações, pelo apetite particularmente excessivo da personagem que lhe instiga, na ânsia de satisfazer sua gula, soprar repetidas vezes a torta que circula, quentíssima, entre os convivas. Com efeito, a torta esfria, porém, o contato com o hálito de Sabídio torna-a imprópria para o consumo, sugerindo, assim, que a personagem é doente, provável consequência de sua vida desregrada, já que se pode sugerir, de maneira um pouco enviesada, por tratar-se de ambiente licencioso, como é comum em cenas simposiais, que Sabídio é dado a orgias. Outra possibilidade é compreender que a invectiva refere certo desmazelo, falta de cuidados com o corpo, causa do fedor da exalação que, de tão grande, é já a própria “merda”. No entanto, no plano da figuração, a gula pode se associar, metaforicamente, à felação, consoante o epigrama I, 96. Ou seja, por associar a boca ao órgão excretor, a gula passa a figurar não a incontinência alimentar, mas, sim, o suposto desejo de Sabídio por falos, a sugerir, assim, que é *cinaedus*, “chupador”. Vale notar ainda que o epigrama atribui a Sabídio vício, seja a sugestão da doença ou da prática sexual, que obrigatoriamente o afasta do convívio social em função de sua torpeza que não somente é física, figurada na exalação, mas sobretudo moral. Em resumo, por excluir, por afastar a personagem, o epigrama encena não o ridículo, o *geloion*, “anódino e inocente”, mas o *psógos*, o vitupério.¹⁸

17 Uma certa Filênis teria composto um manual erótico no século IV a.C., o *Sobre os prazeres amorosos* (cf OLIVA NETO, J. A. *Falo no Jardim: Priapéia grega, Priapéia latina*. Tradução do grego e do latim, ensaios introdutórios, notas, iconografias e índices. Cotia, SP: Ateliê Editorial; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 136).

18 Aristóteles, *Poética*, 1449a: “A comédia é, como dissemos, imitação de homens inferiores; não, todavia, quanto a toda espécie de vício, mas só quanto àquela parte do torpe que é o ridículo [τὸ γελοῖον]. O ridículo é apenas certo defeito, torpeza anódina e inocente; que bem o demonstra, por exemplo, a máscara cômica, que sendo feia e disforme, não tem [expressão de] dor”, “Ἡ δὲ κωμωδία ἐστὶν ὡς περ εἶπομεν μίμησις φαυλοτέρων μὲν, οὐ μὲντοι κατὰ πᾶσαν κακίαν, ἀλλὰ τοῦ αἰσχροῦ ἐστὶ τὸ γελοῖον μόριον. τὸ γὰρ γελοῖον ἐστὶν ἀμαρτημῆτι καὶ αἰσχος ἀνάδυνον καὶ οὐ φθαρτικόν, οἷον εὐθύς τὸ γελοῖον πρόσωπον αἰσχρὸν τι καὶ διεστραμμένον ἄνευ ὀδύνης. αἱ μὲν οὖν τῆς τραγωδίας μεταβάσεις καὶ. (tradução de Eudoro de Souza).

A exploração de matéria propriamente cômica é bastante comum em epigramas de Marcial que incorporam as Saturnais, como faz entrever o epigrama XI, 15 de que tratamos há pouco: “[...] Porém, lembra: estes versinhos,/ Apolinar, são todos Saturnais.”, *Versus hos tamen esse tu memento/ saturnalicios, Apollinaris*. Seguem-se abaixo alguns epigramas saturnalícios do poeta de BÍlbilis:

VII, 91

*De nostro facunde tibi Iuuenalis agello
saturnalicias mittimus, ecce, nuces.
Cetera lasciuus donauit poma puellis
mentula custodis luxuriosa dei.*

Ó facundo Juvenal¹⁹, de meu sítio²⁰
envio-te nozes²¹ das Saturnais: ei-las!
A meninas lascivas com outros frutos presenteou
o caralho luxurioso do deus guardião²².

XIV, 103

*Setinos, moneo, nostra niue frange trientes:
pauperione mero tingere lina potes.*
Filtra, te aconselho, as taças de sécios com minha neve:
reserva o linho para o tingires com vinho mais chinfrim.

XIV, 183 (Batraquiomaquia de Homero)²³

*Perlege Maeonio cantatas carmine ranas
Et frontem nugis soluere disce meis.*
Lê do início ao fim as rãs cantadas em verso meônio.
E desfaz tua severidade com minhas nugas.

Ainda que, com exceção do primeiro dessa série, o poeta não faça alusão explícita à festividade, a situação festiva que supõem são as Saturnais, uma vez que pertencem a *Apophoreta*, tradicionalmente disposto como o livro XIV de epigramas. Este livro, juntamente com o precedente, *Xenia*, foram dados a lume nas Saturnais de 84 ou 85 d.C. *Xenia* e *Apophoreta*²⁴ juntos somam mais de trezentos dísticos que, de acordo

19 Cf. VII, 24.

20 Trata-se da quinta do poeta em Nomento, cf. I, 105: “O vinho que se produz, Ovídio, nos campos de Nomento,/ sempre que alcança longos anos,/ deponha-se do caráter e do nome em virtude da velhice antiga,/ e uma velha ânfora chama-se do que quiser”, In Nomentanis, Ouidi, quod nascitur agris,/ accepit quotiens tempora longa, merum/ exuit annosa mores nomenque senecta,/ et quidquid uoluit, testa uocatur anus.

21 As nozes aqui simbolizam jogos próprios da infância. Como durante as Saturnais fechavam as escolas, as crianças tinham todo o tempo para suas brincadeiras.

22 Cf. VI, 16; 49; 72; 73.

23 Batalha das rãs e dos ratos. Poema épico-paródico atribuído a Homero.

24 “Os Brindes” e “Os Presentinhos”.

com o epigrama prefacial do primeiro, foram compostos para acompanhar, como um cartão, os presentes oferecidos durante os dias das Saturnais. O epigrama 91 do livro VII interpela certo Juvenal, caracterizado pela fala epigramática como “facundo”, *facundus*; o que se contrapõe, jocosamente, com os singelos presentes que recebe por ocasião da festa: as nozes. O fruto aqui, que simboliza os jogos e a brincadeira próprios da infância, instiga o interlocutor a despojar-se de seus afazeres, de seus negócios, e festejar a chegada de Saturno. Além disso, o poeta associa o caráter licencioso da festividade à figura de Priapo: divindade que de certo modo sintetiza o caráter cômico e lascivo das Saturnais. O poeta, gracejando, diz que, ao passo que envia as nozes colhidas em seu sítio nomentano a Juvenal, o deus fálico presenteou também meninas lascivas com os frutos que deixou que lhe arrebatassem em troca de outro “fruto”: *do ut des*.²⁵ Note-se ainda que, em virtude da lascívia das meninas, supõe-se daí a premeditação delas, cientes do que receberiam.

Os outros epigramas, todos apoforetos, seguem mais ou menos a seguinte estrutura: descrevem um presente ofertado durante a festa, engendrando, no pentâmetro final, um gracejo, que encena a presença constante do riso nas Saturnais. O epigrama 103 do livro XIV (*Apophoreta*), em que o poeta dá voz ao objeto, emulando, assim, inscrições, é título de um *colum niuarium*, ou seja, um recipiente de metal, semelhante a um vaso, com muitos buracos no fundo, por onde passava o vinho a ser filtrado. Dentro desse vaso, colocava-se certa quantidade de neve, de modo que o vinho era servido coado e também gelado. Repare-se que o presente se associa claramente ao aspecto convivial das Saturnais; além disso, o desfecho inesperado do pentâmetro aponta, em termos epidícticos, o elogio do próprio presente e por extensão de quem o oferece, uma vez que se impõe como instrumento à altura de filtrar vinhos sécios. O poema 183 do mesmo livro, retomando, como o anterior, o caráter originário do epigrama como inscrição, dá voz ao livro, a *Batraquio-maquia*, e, no mesmo tom espirituoso, convida o leitor, mediante a leitura das nugas, a dissolver o cenho grave e a libertar-se dos cuidados: são Saturnais.

O Império Romano em Marcial, portanto, tem Roma como palco. As ruas, os banhos, as termas, os banquetes, as festividades, o culto ao *princeps*, os tipos que povoam a grande capital são incorporados, à maneira de um mosaico, pelo poeta. Essa fragmentação, vale dizer, é aparente. Não nos enganemos. Pois parece constituir, de fato, em ingrediente compositivo dos epigramas. Assim, a visão “caleidoscópica” a que nos referimos no início de nossa exposição, as cenas sucessivas, ágeis em que se nos apresenta Roma, e o Império por extensão, constitui-se espécie de edifício, de monumento epigramático cujo fim último seja (re)construir a própria Cidade em versos: é como se o epigrama, em Marcial, tomasse de chofre o papel totalizador da epopeia. Ora, é sintomática na obra do poeta a contraposição com ela; seu movimento, digamos, agonístico, ainda que seja também apropriação do *tópos* da *recusatio* – a recusa aos gêneros elevados –, comum principalmente nos poetas elegíacos do período augustano, pode ser entendido talvez como a clara percepção de que o gênero épico já tenha se exaurido como meio de representação. Como se a epopeia, no tempo de Marcial – e mesmo antes, haja vista, por exemplo, a crítica aos poetas cíclicos presente em Calímaco e em outros poetas do período alexandrino, índice do desgaste da epopeia – se esgotasse e não fosse mais capaz de exercer seu papel totalizante, amalgamando valores, crenças, virtudes cuja função, primordialmente formadora, determine as formas do pensar, paute, como modelo de conduta, as relações

25 Cf. *Priapeia Latina*, 5: “A lei que a um rapaz, contam, Priapo disse/ em dois versos abaixo está escrita:/ O QUE HÁ EM MEU JARDIM DESFRUTA COMO QUERES,/ SE ME DERES O QUE HÁ EM TEU JARDIM.”, *quam puero legem fertur dixisse Priapus,/ uersibus his infra scripta duobus erit:/ QVOD MEVS HORTVS HABET, SVMAS IMPVNE LICEBIT,/ SI DEDERIS NOBIS, QVOD TVVS HORTVS HABET.* (tradução de J. A. Oliva Neto).

sociais e o lugar do homem no mundo.²⁶ Nestor, que sintetizava todas as virtudes heróicas necessárias e principal conselheiro da Agamêmnon, não mais existe, seu papel enquanto detentor de uma *dóxa*, toda plena de virtude e prudência, esvaneceu-se à medida que a *pólis* já não se constituía mais o horizonte do cidadão. Assim, a fragmentação tópica do epigrama indicia, em certo sentido, uma realidade inconstante, *veneno-remédio* de um Império cosmopolita cuja vastidão agrega um emaranhado de nações, deuses, culturas autóctones, sociabilidades, etc. convivendo sem o lastro imutável das virtudes heróicas. Na *Eneida*, Eneias vacila, perde seu ponto de referência: é preciso que os deuses lembrem-no do destino a cumprir, é preciso que Eneias desça aos Infernos a fim de reconhecer-se, a contemplar seu destino e o da futura Roma.

²⁶ Ver VERNANT, J.-P. La belle mort et le cadavre outragé. *Journal de Psychologie*, 2-3, 1980, p. 220-221: "Mas para que a honra heróica permaneça viva no coração de uma civilização, para que todo o sistema de valores como que receba a marca de sua chancela, é necessário que a função poética, mais que objeto de divertimento, tenha conservado um papel educativo e formador, que através dela e nela se transmita, se ensine, se atualize na alma de cada um esse conjunto de saberes, crenças, atitudes, valores de que é feita uma cultura. Somente a poesia épica, devido ao seu estatuto e à sua função, pode conferir ao desejo de glória imperecível que domina o herói essa base institucional e essa legitimação social sem as quais ele não passaria de uma fantasia subjetiva."

3. QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE TÁCITO?

Fábio Duarte Joly

Tratar da noção de Império Romano em Tácito implica um esforço de separação entre o que nós, modernos, às vezes tomamos como um fenômeno pronto e acabado, isto é um “sistema imperial”, nos termos que já falava Gibbon,¹ e a visão dos próprios contemporâneos a esse Império, que pode nos soar reduzida e limitada, sem a amplitude que gostaríamos de encontrar. Por exemplo, lemos no referencial estudo de Ronald Syme que, para Tácito, o tema central consistia nas relações pessoais do imperador com senadores e governadores, e não na condição geral das cidades, povos e províncias sob o domínio romano. Nos *Anais*, Tácito não comenta como as finanças e as rendas públicas eram geridas, e tampouco a agricultura, o comércio e as manufaturas no Império. Também a situação das camadas populares na cidade e no campo não chama sua atenção. Para Syme, o objeto de Tácito é o governo romano, que se concerne apenas com a classe senatorial e exércitos. As províncias pouco aparecem em sua narrativa por serem “privadas de identidade”.²

Seguindo linha semelhante a Syme, Fergus Millar assinala que, nos *Anais*, a narrativa dos eventos em Roma é construída, em grande parte, por uma série de cenas no Senado, a ponto de essa ótica relegar à sombra o fato de que a história de Roma no Império, assim como na República, deveria ser a história de toda uma comunidade, da *res publica* entendida como uma comunidade de cidadãos, e não apenas da relação entre Senado e imperadores em Roma.³ Mais recentemente, S. P. Oakley, acerca desse foco senatorial da obra taciteana, reiterou a pergunta: “Mereceria o Senado imperial a proeminência que Tácito lhe atribui?”.⁴

Parece-me que se espera de Tácito uma visão do Império como se este fosse um conjunto orgânico, com uma relação centro-periferia já plenamente estabelecida, como nos mapas com que nos deparamos nos livros de história romana, onde as províncias romanas aparecem com seus contornos claramente definidos e Roma, em letras maiores, simboliza o centro do Império. Essa cobrança igualmente transparece nas análises que objetivam descrever como *uma* “política imperial” ou *uma* “sociedade romana imperial” refletem-se em sua narrativa para a reconstrução do período júlio-cláudio até a dinastia dos Flávios.

Qual seria então o “Império Romano” de Tácito? Em primeiro lugar, qual a sua geografia? É certo que o próprio autor revela que Roma é um ponto nevrálgico desse Império. No próêmio dos *Anais*, Tácito inicia afirmando que “a princípio foram reis os que governaram a cidade de Roma” (*Urbem Romam a principio reges habuere, Ann., 1, 1*)⁵ e anuncia que tratará “de Augusto pouco e seu fim, e depois o principado de Tibério e os seguintes” (*pauca de Augusto et extrema tradere, mox Tiberii principatum et cetera, Ann., 1, 2*). A cidade

1 Cf. SCHIAVONE, A. *A história rompida: Roma antiga e Ocidente moderno*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 85.

2 SYME, R. *Tacitus*. Oxford: Oxford University Press, 1967, p. 443-445.

3 MILLAR, F. The Roman city-state under the emperors, 29 BC-AD 69. *Prudentia*, supplementary number, 1998, p. 115.

4 Res olim dissociabiles: emperors, senators and liberty. In: WOODMAN, A. J. (ed.), *The Cambridge Companion to Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 194.

5 Foram utilizadas as edições da Les Belles Lettres. Quanto às traduções citadas ao longo do texto, tive como base, para os *Anais*, a de Leopoldo Pereira (São Paulo, Ediouro, s/d), e, para as obras menores de Tácito, as de Agostinho da Silva (Lisboa, Horizonte, 1974). As traduções das passagens das *Histórias* são de minha autoria.

de Roma é importante não devido a uma relevância geográfica ou estratégica, mas por estar relacionada à casa imperial. Na introdução das *Histórias*, embora Tácito demonstre maior preocupação em descrever o quadro provincial, Roma permanece como centro de referência. Propõe-se a descrever a “situação da cidade, o pensamento dos exércitos e a atitude dos provinciais” (*repetendum videtur qualis status urbis, quae mens exercituum, quis habitus provinciarum, Hist.*, 1, 4). No entanto, são os exércitos estacionados nas províncias que lhe interessam, e na medida em que podem influenciar a luta por um poder que, ao final das contas, deveria ser exercido em Roma.

Quanto às províncias, como notam Ronald Martin e Jacques Gascou, prevalece na obra de Tácito um olhar mais voltado para as províncias ocidentais do império, em geral retratadas sob um viés militar. Mas é Arthur Pomeroy, em estudo sobre a relação entre centro e periferia nas *Histórias*, quem nos permite vislumbrar melhor como se estrutura o pensamento geográfico de Tácito.⁶

Logo no começo das *Histórias* (1, 2), Tácito segue um trajeto da Ilíria à Gália, Bretanha, o Danúbio, a Dácia e a Síria. Mais à frente (1, 8), quando se refere às forças militares, cita sucessivamente Espanha, Gália, Germânia, Bretanha, Ilíria, Síria, Judéia, Egito e África. No restante da obra, seqüências semelhantes voltam a aparecer, indicando um certo padrão. Na interpretação de Pomeroy, é como se Tácito concebesse uma volta em torno do Mediterrâneo (Espanha, Gália, Germânia, Bretanha, Ilíria, Síria, Judéia, África), seguida por duas linhas-tronco, uma ao norte, ao longo do Danúbio (Récia, Nórico, Trácia), e outra através da Itália, de norte a sul. A seqüência apresenta o desenvolvimento do conflito civil, desde as províncias onde teria eclodido até aquelas onde encontrou seu fim. A visão do Império, como um conjunto de províncias, se mostra aqui como decorrência da guerra civil, a qual atravessou no Oriente e Ocidente.

Um ponto interessante, nessa representação do Império, é a situação marginal do Mediterrâneo. Tácito pouco cita esse mar e quando o faz é para apresentá-lo como um obstáculo que impede o deslocamento de tropas e a chegada de notícias a Roma. Esse aspecto guarda um interesse particular se tivermos em vista a centralidade que o Mediterrâneo tem assumido no campo da História Antiga, analisado sobretudo como integrador de comunidades ao longo do tempo. O Império Romano, para Tácito, também não é concebido como tendo fronteiras geográficas fixas, mas limites que se estabelecem dependendo do grau de liberdade dos que habitam suas regiões. Quanto mais distante, maior o nível de *libertas*, como aparece na descrição de Germanos e Bretões. As fronteiras, nesse sentido, desenham-se e consolidam-se – ou se desfazem – de acordo com a extensão do poder romano.

O próprio conteúdo dos termos latinos *imperium* e *provincia*, na obra taciteana, corrobora a ideia de que geografia e poder estão intimamente unidos para o autor. Segundo um levantamento realizado por John Richardson,⁷ Tácito usa o termo *imperium* 236 vezes. O sentido de “ordem” aparece quinze vezes e de “poder” em geral sete. Em 24 vezes guarda o sentido de poder que cabe a um magistrado, uso este, aliás, mais recorrente em autores anteriores como Cícero e Tito Lívio. O uso mais freqüente refere-se ao poder do imperador (108 ou 45,76%). Quando escreve sobre Roma, Tácito fala de *imperium* do Estado em geral 29 vezes e do povo romano dezoito vezes. Em comparação, em catorze vezes o termo se refere a uma unidade territorial e geográfica. O *imperium* aparece assim com fronteiras geográficas, partes, áreas distantes e constituindo um vasto *corpus*.

O termo *provincia*, que Richardson trata em associação com *imperium*, tem 215 ocorrências na obra taci-

6 Center and Periphery in Tacitus' Histories. *Arethusa* 36, 2003, p. 361–374.

7 *The Language of Empire: Rome and the Idea of Empire from the Third Century BC to the Second Century AD*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2008, p. 170-2.

teana, significando em 84 vezes a posse de *imperium* como poder e em 131 referências como áreas controladas por Roma. As províncias são, ainda, retratadas como territórios distantes, cujos recursos contemplam as propriedades e vilas da aristocracia romana.

Para Richardson, essa distribuição numérica dos termos *imperium* e *provincia* em Tácito estaria em consonância com a reorientação política que se deu após Augusto, quando *imperium* passou a ser concebido muito mais como um poder imperial sobre territórios, configurando uma entidade territorial, do que como um poder exercido por magistrados ou pelo povo romano, mas sem uma necessária anexação de territórios. Cumpre também notar que se observa, em Tácito, uma associação entre o poder imperial e expansão do Império, visto que, nalgumas passagens, ambos os temas aparecem em conjunto. Assim, nos *Anais*, em uma digressão, ressalta que, para os antigos escritores, estavam à disposição “grandes guerras, reis abatidos e capturados, (...) discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os principais cidadãos”, enquanto, no Principado, predominava “uma paz imóvel e moderadamente estimulada, fatos tristes na cidade e um imperador [Tibério] que era indiferente quanto a alargar o império” (4, 32).

Essa associação entre Principado e paz é trabalhada por Tácito já a partir do próêmio dos *Anais*, quando oferece ao leitor uma seqüência progressiva de acontecimentos que antecederam o estabelecimento do regime imperial. Inicia com os reis e encerra com a ascensão de Augusto, que, nas suas palavras, “tudo aceitou sob um império, com o nome de príncipe, cansados que estavam todos das discórdias civis” (*qui cuncta discordiis civilibus fessa nomine principis sub imperium accepit, Ann., 1, 1*). Mais adiante, continua a sublinhar a construção de uma unidade quando escreve que tão logo Augusto “seduziu (*pellexit*) os soldados com donativos, o povo com trigo, e a todos (*cunctos*) com a doçura da paz, começou a elevar-se aos poucos, trazendo a si os deveres do Senado, as magistraturas e as leis, sem encontrar adversário” (*Ann., 1, 2*). A ausência de oposição ao *princeps* é explicada, para o caso dos nobres (*nobiles*), como resultado de um comportamento servil, que visava mais as benesses do presente (honras e riquezas) do que as turbulências do passado. As províncias, por sua vez, também não se opuseram, visto a desconfiança que votavam ao governo do Senado e do povo romano (*suspecto senatus populi que imperio*). Ao se referir à ascensão de Tibério, os mesmos elementos voltam a recorrer: “Em Roma cônsules, senadores e cavaleiros lançavam-se à escravidão (*ruere in servitium*)”, seguidos pelos prefeitos do pretório e anona, e do Senado, exército e povo (*senatus milesque et populus, Ann., 1, 7*).

Além desses grupos de sustentação, diz Tácito que a atribuição de cargos honoríficos a membros da casa imperial por Augusto foi um elemento de consolidação de sua dominação (*subsídium dominationi*), pois garantiu a transmissão do poder imperial, que agora dependia de uma *integra domus* (1, 3). Com a morte da maioria dos possíveis sucessores de Augusto, restou Tibério, “para quem tudo convergiu” (*illuc cuncta vergere*). Tácito interpreta essa nova configuração do poder como uma reviravolta no estado da cidade, o abandono dos costumes antigos e íntegros (*Igitur verso civitatis statu nihil usquam prisci et integri moris, 1, 4*), já que doravante a estabilidade e a paz estariam associadas à composição da casa reinante.

Que o poder imperial, mais do que o poder do Senado e povo, contribuía para a unidade do Império é um fato que desponta quando Tácito apresenta as avaliações positivas do reinado de Augusto: “O Oceano e os rios distantes foram as barreiras que deu ao império; legiões, províncias, esquadras, tudo estava conectado (*cuncta inter se conexa*); prevalecia o direito frente aos cidadãos, a moderação com os aliados; a própria cidade foi magnificamente ornada; se tratou poucas coisas com severidade, foi para assegurar a paz” (1, 9).

Na versão que Tácito fornece no livro XI dos *Anais* do discurso de Cláudio, favorável ao ingresso de nobres gauleses no Senado, percebe-se igual ênfase na integração do império: “Quando se consolidou a paz interna (*solida domi quies*) e contra adversidades externas prevalecemos, quando os Transpadanos foram admitidos na cidade, quando sob pretexto que nossas legiões espalharam-se por todo o orbe, nós incorporamos os mais vigorosos dentre os provinciais, remediando o enfraquecimento do império” (11, 24). A principal diferença entre o discurso apresentado por Tácito e o texto original preservado em uma inscrição (*CIL* XIII, 1668 = *ILS* 212) reside no fato de o historiador utilizar um episódio particular – a concessão de privilégios a um grupo restrito das aristocracias provinciais, oriundas da Gália Comata – para avançar uma lei geral de que a sobrevivência e integração do Império dependeriam da absorção de elementos externos a Roma e a Itália.⁸

Logo, *imperium* significa, para Tácito, particularmente um poder exercido pelo *princeps*, que acarreta uma determinada ordem, caracterizada por uma conexão das várias regiões e grupos sociais do Império à casa imperial. Nesse caso, Tácito segue a nova cultura política inaugurada por Augusto, cuja estruturação discursiva substituiu um modelo centrado na *res publica* por outro baseado na *domus* imperial. Essa transformação aparece explicitamente em decretos senatoriais da época de Tibério, como a *Tabula Siarensis*, de 19 d.C., a *Tabula Hebana*, de 20 d.C., e o *senatus consultum de Cn. Pisone patre*, de 23 d.C., em que as duas primeiras testemunham honras conferidas pelo Senado a Germânico, enquanto o *senatus consultum* trata da condenação de Cneu Piso, acusado de assassiná-lo. Esses decretos revelam a vinculação do Senado à casa imperial no papel de transmissão da nova ideologia. O exército, a plebe e as cidades do Império também aparecem incluídos nesse novo quadro político-ideológico, como apontou Greg Rowe.⁹

Todavia, esta adequação de Tácito à ideologia política pós-Augusto não significa necessariamente que partilhasse de sua noção de uma ordem imperial alheia a contestações. A meu ver, em Tácito, o Império Romano pode ser concebido como uma unidade permeada de forças centrípetas, ou seja, as “alternativas ao Império” são tão presentes quanto o postulado da necessidade manifesta de *um* Império Romano. Assim, se, por um lado, Tácito realça o fim das guerras civis com a ascensão de Augusto, por outro lado, deixa entrever que o principal fator de instabilidade advém da própria busca de unidade territorial e espraiamento do poder imperial.

Isto porque o *princeps* encerrou o monopólio das honras conferidas usualmente à elite responsável pela condução militar da expansão do Império, um ponto que pode ser ilustrado com a representação das ações militares de Júlio Agrícola na Bretanha. De acordo com a interpretação de Dylan Sailor,¹⁰ no tratamento que Tácito confere à participação de Agrícola no contexto de competição intra-elite por glória, essencial para a expansão e pacificação imperial, a Bretanha é retratada retoricamente como um espaço à parte do restante do Império e, portanto, alheio à influência do *princeps*. Nesse sentido, o Império configura-se como um processo constantemente auto-renovável de expansão, se movido por uma elite que busca afirmar-se pela glória militar, construindo laços internos de reciprocidade, mas sem descartar a hierarquia.

A relação de Agrícola com seus superiores pauta-se precisamente por esse princípio. Quando Tácito escreve sobre o início da carreira militar de Agrícola, sob o governador Suetônio Paulino, comenta:

8 GRIFFIN, M. T. The Lyons Tablet and Tacitean hindsight. *Classical Quarterly*, 32, 1982, p. 413.

9 ROWE, G. *Princes and political cultures: The new Tiberian senatorial decrees*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002.

10 *Writing and Empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 73 ss.

É fora de dúvida que em tempo algum esteve a Bretanha mais agitada e mais em perigo: veteranos trucidados, colônias incendiadas, exércitos cortados, tiveram que lutar pela salvação, depois pela vitória. E, se é certo que todas estas coisas se faziam obedecendo aos planos e comando de um outro e que o conjunto dos acontecimentos e a glória da província recuperada vieram a caber ao comandante, também deram elas ao jovem [Agrícola] habilidade, experiência e estímulo, entrando-lhe no espírito o gosto da glória militar. (*Agric.*, 5)

O mesmo se dá sob o comando de outro governador, Petílio Cerialis:

Jamais Agrícola exaltou, louvando-se, seus feitos; ele, servindo, ao chefe, como autor, atribuía o resultado. Pela firmeza no obedecer, pela modéstia ao atribuir, se escapava à inveja, não, porém, à fama. (*Agric.*, 8)

Essa economia da glória emerge como um sistema fechado, desempenhado numa província como que destacada do Império e marcado pela reciprocidade entre comandantes e subordinados, sem qualquer interferência imperial. Os governadores sobressaem-se como líderes independentes. Entretanto, no Principado, o imperador passou a concentrar as formas mais representativas de expressão da glória militar, como o triunfo. Tácito, ao pintar o quadro acima, está indiretamente fazendo uma crítica a Domiciano. Quando esse imperador entra em cena, ao final da biografia, é para ofuscar o reconhecimento da glória atingida por Agrícola, negando-lhe um triunfo em Roma (*Agric.*, 39, 1).

Na *Germânia*, que Tácito teria composto após a *Vida de Agrícola*, temos novamente um território destacado do Império, mas não anexado, cuja sociedade guerreira governa-se por uma economia da glória semelhante àquela descrita na Bretanha. Para Tácito, é o sentimento de superioridade militar o que melhor caracteriza os povos germânicos. Tal sentimento transcende os particularismos de cada povo (*gens*) que habita a Germânia, transformando-os em uma nação (*natio*). A prática da guerra pelos habitantes de uma região, a despeito de suas diferenças, é o fator que lhes confere unidade. No discurso taciteano da *Germânia*, a esfera militar aparece como a ordenadora da comunidade nos seus aspectos políticos, econômicos e familiares. Na Germânia descrita por Tácito, guerra e política são indissociáveis, a primeira sendo pressuposto da segunda. A própria atividade política decorre da atividade guerreira.

A existência social do germano resume-se à guerra. É através da demonstração de seu valor militar, o não abandono do campo de batalha, que o indivíduo tem acesso aos ritos religiosos e às atividades políticas da comunidade. Para essas últimas, a posse de armas é inclusive um pré-requisito. Na assembleia a aprovação das propostas encaminhadas pelos chefes se dá pela aclamação com as armas (*Germ.*, 11, 6). Ademais, é o pai quem decide se o filho está apto a tornar-se um guerreiro. Sem armas não há honra e reconhecimento do jovem como membro da comunidade. Por sua vez, quando já integrado, cabe ao jovem compor um séquito militar, o *comitatus*.

O princípio motor do *comitatus* é a disputa entre os guerreiros por prestígio perante o chefe. Este, por seu turno, serve-se do seu séquito para rivalizar em prestígio com os demais chefes. No campo de batalha, é a emulação mútua entre comandantes e comandados que impera. O chefe (*princeps*) é o centro da comunidade guerreira germânica. Ele fornece o padrão de conduta para seus subordinados e estes combatem, não visando uma glória pessoal, mas a glória do chefe. A este cabem os méritos da vitória. Em contrapartida, os guerreiros exigem do comandante demonstrações de liberalidade (*liberalitas*).

Em comparação com a *Vida de Agrícola*, a *Germânia* mantém como foco uma relação entre expansão militar e redistribuição de glória entre a elite que lhe serve de sustentáculo. Todavia, não há uma tensão como no caso romano, em que um imperador pode desestimular a conquista de prestígio militar. Isto se deve porque Tácito usa os costumes germanos como um contraponto àqueles que vê como predominantes na Roma imperial de seu tempo. Porém, ao operar esse jogo de alteridade enfatiza a tensão decorrente da presença de um imperador em Roma que centraliza os recursos simbólicos das conquistas militares. Apenas idealmente os *viri militares* estão alheios a essa influência.

E essa tensão não se restringe ao campo ideológico do poder. Reflete-se também na distribuição dos benefícios materiais do Império e suas conseqüências para a manutenção de uma unidade. A descrição etnográfica dos judeus que insere no livro V das *Histórias* permite uma melhor apreciação desse ponto. A tomada de Jerusalém e a destruição de seu templo são tomadas como a eliminação de uma alternativa ao poder romano. Os judeus são uma nação também centrada numa cidade, que atua como o receptáculo de riquezas, e a relação de Jerusalém com os demais povos também é imperial, apresentada por Tácito como resultado da ausência de outro império que então se lhe opusesse.

Uma grande parte da Judéia é semeada de vilas e cidades fortificadas; Jerusalém é a capital do povo (*genti caput*). Lá se encontra um templo de uma riqueza imensa e uma cidade cercada de muralhas (...) Os judeus, aproveitando-se que os macedônios estavam enfraquecidos, os partas na infância e os romanos distantes, colocaram no poder reis. (*Hist.*, 5, 8)

A *immensa opulentia* de Jerusalém e sua pretensão imperial chocam-se, na narrativa taciteana, com a vocação dos judeus em serem reduzidos à escravidão (como no tempo dos assírios e persas) por outro poder imperial. Roma corrigiu esse curso, empreendendo guerras contra os judeus desde Pompeu até Tito, que enfim eliminou a possibilidade de Jerusalém ser o centro de um império. A mensagem de Tácito é que a guerra judaica legitima Roma como único centro de poder e para onde devem convergir as riquezas da periferia. Daí essa mensagem estar em sintonia com a ideologia política propagada pelos Flávios, em arcos de triunfo e inscrições, restaurando o povo romano como partícipe da dominação imperial. Em 70, Vespasiano inclusive impôs um tributo aos judeus, pago a Júpiter Máximo, concebido para direcionar a Roma o que era destinado ao Templo de Jerusalém. Como sintetiza Dylan Sailor, “a medida tinha um apelo fiscal, mas também simbólico. Como cabeça do Império, a cidade de Roma era o centro adequado para o movimento centrípeto da riqueza do mundo”.¹¹

Nos *Anais*, a narrativa das práticas de administração provincial se volta para o tema da tributação como fator de instabilidade nas regiões conquistadas. Nos trechos dedicados à Bretanha em que narra as revoltas dos siluros (*Ann.*, 12, 32-38) e dos icênios (*Ann.*, 14, 29-39) diante do processo de ocupação romana, Tácito insiste no papel desestabilizador da violência e da tributação para a ordem imperial romana. Referindo-se ao líder bretão Carataco, escreve:

Carataco (...) promete que naquele dia e naquela batalha se decidirá da recuperação da liberdade ou da eterna escravidão, e recorda os nomes dos antepassados que haviam repellido o ditador César, os quais, por seu valor, os livraram do domínio romano e dos tributos, assim como de qualquer ultraje a suas mulheres e seus filhos. (*Ann.*, 12, 34)

¹¹ *Op. cit.*, p. 233.

Escavidão significa a imposição de tributos e o uso da violência, representada pela possibilidade de violação do corpo de mulheres e crianças. A renúncia à violência como único instrumento de dominação é, portanto, uma das propostas advogadas por Tácito para o controle das populações provinciais. Outro aspecto é a regulação da cobrança de tributos, expresso também num discurso do líder bretão Calgaco, em que Tácito recorre a uma comparação entre os povos sob a égide de Roma e os escravos em uma *domus*:

Os escravos nascidos para a escavidão são vendidos uma só vez e, além disso, os donos os sustentam; mas a Bretanha todos os dias compra sua escavidão, todos os dias a alimenta. E, assim como na família sofrem os escravos mais recentes a zombaria dos companheiros, assim também nesta velha servidão do universo, somos nós, os novos, os vis, levados para a morte; não temos campos, não temos minas, não temos portos que se nos reservem ao trabalho. (*Agric.*, 31, 2-4)

A relação entre Roma e a província é mostrada como uma relação escravista invertida, em que os dominados pagam por sua submissão. Para Tácito, a gestão provincial deve ter em vista patamares limitados de exploração tributária, caso contrário aumentam-se os riscos de revolta. Este ponto é comentado, nos *Anais*, com o relato da revolta das cidades gaulesas (*Ann.*, 3, 40-46), no ano 21:

No mesmo ano, as cidades das Gálias tentaram sublevar-se por causa do peso dos tributos, sendo para isso os principais instigadores Júlio Floro entre os Tréviros e Júlio Sacrovir entre os Éduos. Ambos eram pessoas notáveis, descendentes de beneméritos antepassados, a quem fora concedida outrora a cidadania, quando este direito não se outorgava senão ao verdadeiro mérito. [...] Assim pois, nas assembléias e ajuntamentos discorriam sobre a continuidade dos tributos, a crueldade e a arrogância dos governadores. (*Ann.*, 3, 40)

Quanto à revolta dos trácios, no ano de 26, as causas foram a obrigação de fornecer homens ao exército romano (*Ann.*, 4, 46, 2) e um rumor de que seriam expulsos de suas terras e misturados a outros povos (*Ann.*, 4, 46, 3). Envia então uma embaixada aos romanos, ameaçando-os de guerra caso tivessem de arcar com novos encargos (*Ann.*, 4, 46, 4-5). A *libertas* é definida neste episódio como a oposição ao acréscimo de novas exigências:

Antes, porém, que se pusessem em armas, mandaram por embaixadores protestar sua amizade e obediência, que manteriam se não fossem incomodados com novas exigências; mas, se se quisesse reduzi-los à escavidão como povo vencido, eles também tinham armas, gente e coragem para defender sua liberdade ou para morrer. (*Ann.*, 4, 46)

Os trácios não contestam tanto a obrigatoriedade de prover soldados para as tropas auxiliares do exército romano, a qual até aceitam como um sinal de obediência, mas não admitem a possibilidade de acréscimo da exploração. Há “escavidão” no momento em que os encargos são superiores à capacidade de retribuição. Para Tácito, a submissão ao poder imperial é uma alternativa aceitável desde que obedecido um equilíbrio na balança entre centro e periferia.

Entretanto, o próprio Tácito deixa vislumbrar que existiam alternativas a esse Império Romano para aqueles que estavam sob seu domínio. Nos *Anais*, esse ponto encontra sua melhor expressão no relato das campanhas militares de Germânico, na Germânia. Tal evento ocupa um espaço considerável nos livros tiberianos dos *Anais*, estendendo-se pelos livros I e II, e seu relevo para o historiador já é indicado pelo

fato de iniciar com ele a narrativa correspondente ao ano 15, alterando, desse modo, a tradicional divisão *res internae – res externae*.¹² Tácito apresenta os dois líderes germânicos segundo categorias éticas opostas, *perfidia* e *fides*. A primeira é atribuída a Armínio por ele ter derrotado legiões romanas em 9 d.C., sendo por este motivo denominado “perturbador da Germânia” (*turbator Germaniae*). Para o historiador, esse evento significou um abalo no prestígio militar romano, chegando a afirmar que a guerra contra os germanos não tinha outra justificativa senão a de abolir a lembrança da derrota de Varo (*Ann.*, 1, 3, 6). Segestes, em contrapartida, é apresentado como um simpatizante de Roma. Sua lealdade consistiu, segundo Tácito, em denunciar os preparativos das rebeliões e em aconselhar Varo a prender os líderes germanos, inclusive ele próprio, a fim de conter o povo e evitar a guerra. A leitura do discurso de Segestes a Germânico nos permite exemplificar o conceito de *fides* que Tácito emprega em sua descrição:

Não é hoje o primeiro dia em que faço prova de firme lealdade (*fides*) ao povo romano. Desde que pelo divino Augusto me foi entregue a cidadania, minhas amizades e inimizades foram sempre as vossas, não por ódio à pátria, pois os traidores são malvistas por aqueles mesmos a quem se entregam, mas porque reconhecia que aos germanos e romanos eram comuns os mesmos interesses, e preferiria a paz à guerra. (*Ann.*, 1, 58)

Tácito estabelece a concessão de cidadania como o benefício que engendrou a *fides* entre Segestes e Roma; estabeleceu-se uma relação de reciprocidade entre ambas as partes visando à manutenção da ordem. No entanto, a *fides* de Segestes torna-se *seruitus* no discurso de Armínio, que Tácito apresenta em seguida:

Se preferirem a pátria, os parentes e as antigas tradições a ter senhores e novas colônias, sigam a Armínio, defensor de sua glória e liberdade, ao invés de Segestes, chefe de uma ignóbil escravidão. (*Ann.*, 1, 59)

Em síntese, Segestes representa a adesão à ordem imperial romana enquanto Armínio simboliza uma ordem diferente, de acordo com outros princípios. Trata-se de competição entre alternativas de ordem, cada qual ofertando proteção aos que aderirem.

A apresentação que Tácito fornece dos reis-clientes de Roma, como uma modalidade de domínio sobre populações sob a égide de Roma, segue esse tema da escravidão e liberdade. Para Alain Gowing, o rei-cliente, nos *Anais*, é retratado de forma pejorativa, sobretudo aqueles membros de famílias reais partas e germanas que foram mantidos na cidade de Roma e ali receberam uma educação de acordo com as diretrizes da corte imperial. Tácito mostra-os afastados dos costumes de suas terras de origem, amolecidos pelo período de servidão e incapazes de liderar seus povos. De Tibério a Nero, a imposição desses indivíduos, como servidores leais de Roma em seus reinos, gera revoltas e descaso dentre os súditos. Dessa maneira, as seções que Tácito devota a assuntos de política externa aparecem inter-relacionados com os imperadores e eventos em Roma.¹³

A instabilidade da ordem imperial é, portanto, um tema que percorre a obra de Tácito, revelando uma tensão entre um poder centrado em Roma e sua necessária descentralização para cobrir a extensão do império. A despeito dessa tensão, o Império Romano, em sua narrativa, surge como uma entidade capaz de proporcionar maior paz e segurança interna do que seus concorrentes. O discurso do comandante Petílio Cerialis aos tréviros por ocasião da revolta gaulesa, nas *Histórias*, revela isso explicitamente:

¹² GINSBURG, J. *Tradition and Theme in the Annals of Tacitus*. New Hampshire: Ayer, 1984, p. 67.

¹³ Tacitus and the client kings. *Transactions of the American Philological Association*, 120, 1990, p. 315-31.

Sempre houve guerras e reis nas Gálias, antes que estivesse submetidos a nós. Embora sempre provocados por vós, apenas usamos de nosso direito de vitória para demandar-vos os meios para manter a paz. Pois não é possível paz sem exércitos e não há exército sem soldo, e soldo sem impostos; em tudo mais somos iguais. Vós mesmos frequentemente comandais nossas legiões ou governais essas e outras províncias; não há nem privilégio nem exclusão. (...) Enfim (...) se os romanos forem expulsos, o que ocorreria além de uma guerra entre todos os povos? (*Hist.* 4.74).

Toda proteção tem seu custo. A tributação é justificada como pagamento por proteção e requisito para inclusão no Império. A própria unidade do Império é apresentada por Tácito como ligada aos tributos. Um episódio do Principado de Nero, transcrito no livro XIII dos *Anais*, transmite o mal-estar causado no Senado quando o imperador ponderou sobre extinguir todas as taxas. Os senadores argumentaram que tal medida levaria à “dissolução do Império” (*dissolutio imperium*) (*Ann.*, 13, 50).

Essa visão de Tácito no tocante à tributação revela um ponto que está na base de formulações atuais sobre a dinâmica do Império Romano. Peter Bang, em artigo sobre conceitos a serem aplicados para a interpretação da economia romana, escreveu que, nas economias pré-industriais, o custo de proteção era uma das variáveis econômicas mais importantes, e, nesse caso, o Império Romano pode ser entendido também como um aparato de fornecimento de proteção (*protection-producing enterprise*). Essa proteção comporta dois componentes: os custos acarretados ao Estado para produzir a violência necessária e o lucro financeiro da operação. Na opinião de Bang, como o Império Romano desenvolveu-se num contexto em que não existiam poderes imperiais concorrentes, não precisou diminuir a parcela de tributo que entrava no custo da proteção. A *pax romana* permitia então um baixo custo de manutenção militar e um fluxo constante de tributos.¹⁴

Entretanto, pelo que sobressai na narrativa taciteana, esse processo não era assim tão uniforme. O Império Romano apresenta-se como uma unidade que comporta uma certa alternância na distribuição do poder entre centro – a cidade de Roma – e periferia – as províncias –, ocorrendo mesmo a possibilidade de deslocamento entre esses pólos. Por exemplo, quando ocorreram guerras civis após a morte de Nero, Roma se tornou um campo de batalha de exércitos rivais, transferindo-se para a capital um estado belicoso que deveria estar situado na periferia.

Essa alternância se dá pela concepção do Império como um todo articulado apenas quando ocorre uma aceitação do poder imperial, seja pelos cidadãos (incluindo-se principalmente aqui os soldados), seja por aqueles povos que foram dominados por Roma e pagam tributos. No momento em que os laços de lealdade e hierarquia se fragilizam, há uma contestação dessa unidade e a emergência de alternativas a um poder localizado em Roma. Uma solução apontada por Tácito para coibir esse fenômeno aparenta-se ao que John Matthews chamou de “proliferação de elites”.¹⁵ À medida que o Império Romano cresce em complexidade e a estrutura de poder torna-se concentrada no imperador, aumentaria a demanda por novas elites capazes de realizar tarefas especializadas nos campos das finanças e administração. O surgimento de uma aristocracia de serviço, nos moldes em que Agrícola é retratado (e mesmo como se procura fazer com reis-clientes), se daria nesse contexto. Mas, à diferença de Matthews, Tácito sugere que esse processo também traz o risco de propiciar ciclos de instabilidade, em especial se pensarmos na trajetória de líderes militares que almejam o poder imperial. A profissiona-

14 Trade and Empire - In Search of Organizing Concepts for the Roman Economy. *Past & Present*, 195, 2007, p. 39-40.

15 The Roman Empire and the proliferation of elites. *Arethusa*, 33, 2000, p. 429-446.

lização do exército, nesse sentido, cria uma nova identidade de elite, que, embora necessária à ordem imperial, gera conflito dentro dessa mesma ordem.

Penso que carece, na bibliografia mais recente sobre a obra de Tácito, essa perspectiva do conflito social decorrente da proliferação de elite. É nos apresentado um quadro muito homogêneo, grosso modo contrapondo uma elite imperial a uma elite republicana, cada qual com um conjunto de valores unificado. Ronald Syme já apontara a necessidade de entender uma elite provincial em ascensão, dinâmica e melhor preparada para assumir postos de serviço sob os imperadores, deixando para trás uma aristocracia romana que não se adequava aos novos tempos. Em estudos, como aqueles de Ellen O’Gorman e Holly Haines, que priorizam uma abordagem retórica e literária dos escritos de Tácito, essa preocupação fica em segundo plano, como se houvesse *uma* sociedade romana com seu respectivo sistema de valores sobre *um* Império Romano.¹⁶

Para concluir, o Império Romano de Tácito mostra-se marcado por uma escala de conflitos que se estende da casa imperial até as populações provinciais. A anexação de territórios por Roma engendra o problema de sua manutenção na ordem imperial romana, uma vez que possibilita, em contrapartida, o despontar de alternativas a essa ordem dentre os povos conquistados. Mesmo no interior da camada dirigente e militar romana estabelecem-se fissuras. O imperador mostra-se receoso de delegar poder e reconhecer a glória alheia – fato que pode afetar sua própria posição como *princeps* –, porém essa delegação é necessária para a unidade da ordem imperial. Em síntese, a ordem era a resultante dos conflitos internos ao Império e estes eram, por sua vez, estruturantes com relação à ordem, ou seja, esta dependia de um jogo de criação e legitimação permanente de diferenças.

16 O’GORMAN, E. *Irony and misreading in the Annals of Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000; HAYNES, H. *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*. Berkeley: University of California Press, 2003.

4. QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE SÊNECA?

Fábio Fav ersani

Em minha Tese de Doutorado, para escapar à incômoda pergunta “Sobre que diabos você está falando quando escreve a ‘sociedade em Sêneca’”? usei repetidamente uma fórmula vaga: a sociedade em que Sêneca vivia, a sociedade de Sêneca, a sociedade da época de Sêneca. Em outras palavras, encerrei o universo de análise ao universo literário estudado. Busquei escapar a uma pergunta para a qual não tinha resposta usando uma formulação notoriamente insatisfatória, que associa universo histórico e corpus literário como uma unidade lógica e coerente.

Não chamará a atenção de ninguém o fato de que minha má solução foi tomada sempre como convencional e nunca foi exposta à crítica por aqueles que já tomaram contato com este trabalho ao longo destes nove anos.

O objetivo deste trabalho é lançar uma tentativa de definir qual é o universo histórico que pode ser estudado através da leitura das obras de Sêneca.

Do ponto de vista da cronologia, eu arriscaria dizer que a sociedade de Sêneca correspondeu àquela do Principado Júlio-Cláudio, após a morte de Augusto. Quer me parecer que houve uma certa unidade nesta organização social, ainda que ela não se encerre em si mesma. Par dar um exemplo das dificuldades de se pensar esta unidade, citaria a contribuição de Aloys Winterling em seu livro publicado recentemente, no qual ele chama a atenção tanto para a permanência de elementos organizativos de uma sociedade que qualificaríamos como republicana sob o Império, quanto para as dificuldades de se pensar a sociedade como uma unidade autônoma, separada, por exemplo, do Estado.¹

Do ponto de vista da topografia, eu opinaria que a sociedade de Sêneca é aquela que viveu na cidade de Roma. Sabidamente, Sêneca trata de eventos que ocorrem fora da cidade de Roma, dá inúmeros exemplos de acontecimentos vividos fora da capital. O próprio Sêneca viveu fora de Roma por muitos anos. Nasceu em Córdoba, na Hispânia; viveu no Egito para tratar da saúde quando jovem e foi exilado por duas vezes, tendo vivido na Córsega, onde produziu parte de suas obras. Dedicou três de suas obras preservadas a Lucílio, dando exemplos relativos ao contexto da província em que este viveu, a Sicília. Além disto, não desconhecemos que certas passagens de sua obra, ainda que muito poucas, referem-se ao ambiente rural, inclusive ambientando-se em suas propriedades. Mas em que pese isto tudo, o quadro referencial de Sêneca nos parece permanecer fixado em Roma. Mesmo quando trata de outros ambientes, Roma é o parâmetro.

O ambiente provincial aparece para Sêneca claramente como o ambiente negativo, da ausência de tudo

¹ WINTERLING, A. “State”, “society” and political integration. In: WINTERLING, Aloys. *Politics and Society in Imperial Rome*. London: Blackwell, 2009, p. 9-33. (= Staat, Gesellschaft und politische Integration in der römischen Kaiserzeit. *Klio*, 83, 2001, p. 93-112)

quanto lhe era caro, quando associado ao exílio. O fato de ele ter escrito a *Consolação a Políbio* é eloqüente neste sentido e nos bastará. Para quem não conhece este texto, creio que brevemente posso descrevê-lo como uma peça adulatória que foi escrita pelo nosso filósofo para um liberto do imperador Cláudio. Ou seja, é, nos termos da própria percepção das hierarquias sociais do filósofo, uma humilhação.

Mas, além do exílio propriamente dito, há os que se dirigem às províncias por suas obrigações com Roma e sofrem por isto. Sêneca trata do Egito como uma província maledicente, onde o melhor que se faz é se isolar de qualquer convívio social para que se evite ficar mal falado. Foi isto que fez sua tia, a quem ele elogia como alguém que enfrentou muito bem este exílio: “Mesmo essa província faladora e caluniosa dos prefeitos, onde quantos que ali viveram não escaparam à infâmia, admirou-a como um modelo de virtude.” (...) “Isto já seria muito se por dezesseis anos esta mesma província o fizesse. Mas fez mais, ignorou-a” (*Consolatio ad Heluiam matrem*, 19, 6). Ou seja, o melhor que alguém poderia obter de uma província como o Egito era passar despercebido pelo tempo todo que fosse obrigado a viver por lá.

Neste mesmo sentido, Sêneca fala a Lucílio que o melhor para ele teria sido não ser tão talentoso. Isto o levou a viver uma carreira política bastante intensa e, com isto, vem o sofrimento de ter que se ocupar destes tantos cargos, especialmente de ter que ir para alguma província. “Oxalá pudesse envelhecer dentro dos limites modestos do seu nascimento, era bom que a fortuna não te colocasse no alto: uma felicidade rápida leva-te para longe de uma vida saudável, leva-te a uma província onde é procurador, e para tudo que neste lugar é de se esperar. Mais obrigações recebe e depois destas outras e outras mais” (*Epistulae Morales*, 19, 5).

Falando ainda a Lucílio, afirma que por menos que ele se estime, na província em que foi viver ele é uma celebridade. “Na província em que agora está, você pode desprezar a si mesmo, mas é grande” (*Epistulae Morales*, 43, 3). O parâmetro aqui segue sendo Roma. Não há uma autonomia do universo provincial, não há características particulares da Sicília. A província é menor, é pior. O tamanho das coisas se dá por comparação, como ensina Sêneca, mas o absoluto é Roma.

Ir à província pode significar ganhos. Estes ganhos não serão aproveitados na província, mas apenas quando se retornar a Roma. Para citar um exemplo, recorreremos ao *De beneficiis*. Sêneca faz uma pequena lista de exemplos de benefícios que o vulgo pode julgar ter recebido e ao que se sente obrigado a dar retribuição. “Um diz ser-lhe devido dinheiro, que aceita, outro o consulado, outro o sacerdócio, outro uma província” (*De beneficiis*, 1, 5, 1). Entre as coisas recebidas, como se viu, inclui uma província. Afirmará a seguir que estes são os sinais exteriores do benefício, mas não o próprio benefício. De uma forma ou de outra, o sinal positivo ligado à existência em uma província é claro, mesmo que o referencial se mantenha em Roma.

Roma é este centro porque é o cenário onde se concentra a aristocracia, onde se concentra o poder. Falando a Lucílio, refere-se à Sicília, província que ele foi administrar, como o cenário que foi disputado ferozmente pelos maiores impérios – e prêmio reservado ao vitorioso –, como o local para onde grandes “príncipes” levaram seus exércitos, ou seja, concentraram todo o Império. “Te levarei para longe dessa província, para que não dê crédito às histórias que a dizem grande e não comeces a te agradar toda vez que pensa: ‘tenho sob minha jurisdição uma província que sustentou e destruiu exércitos das maiores cidades quando estava colocada como prêmio na grande guerra entre Cartago e Roma, uma província que viu concentradas em um lugar as forças de quatro príncipes romanos, isto é, de todo o império: alimentou estas forças, ergueu a fortuna de Pompeu, desgastou a de César, transferiu a de Lépido, a todos atingiu,

esta província que participou daquele grande espetáculo: o de que os mortais podem rapidamente ir do cimo ao fundo e que, por caminhos diversos, a fortuna pode destruir o maior poder” (*Naturales quaestiones*, 4a, praef. 21-22). Aqui, claramente, o centro do Império se move para onde estão os *principes* e suas armas, onde o combate decide quem receberá a glória ou a ignomínia.

Ainda mais, há uma percepção invariável de valores entre Romanos e provinciais e mesmo estrangeiros. Tratando da morte de Druso, Sêneca afirma que houve um reconhecimento universal de seus méritos. “A esta morte que ele encontrou servindo a República, se juntou a grande desolação dos cidadãos, das províncias e de todos da Itália, recebendo honra lúgubre pelas colônias e municípios pelos quais passou ao ser conduzido à cidade, semelhante a um cortejo triunfal” (*Ad Marciam de consolatione*, 3, 1). Esta universalidade incluía o inimigo germano, que suspendeu os ataques durante sua doença, como destaca Sêneca em passagem anterior a esta que citamos. Choravam o jovem os municípios e as colônias e ele foi conduzido a Roma em um cortejo similar a um triunfo. Tudo que importa, obviamente, acaba em Roma, na cidade, na *urbs*... *A urbs!*

Esta universalidade do Império é apontada ainda em outra via. Sêneca afirma que a humanidade é uma grande exilada, portanto seu caso particular não seria extraordinário, não mereceria os lamentos de sua mãe Hélvia. Mais ainda, o Império Romano não teria outra origem e não teria gerado outra coisa senão grandes exílios. “O Império Romano tem qual origem senão a de um exilado, a de um fugitivo, cuja pátria foi capturada, e que, errando pelo mundo, carregando seus parcos pertences, tudo pelo desejo e vontade de um vencedor, que, procurando um longínquo exílio, chegou à Itália? E depois, espalhando quantas colônias, este mesmo povo enviou pessoas para todas as províncias! Por toda parte Roma venceu, em todos lugares habita” (*Ad Helviam de consolatione*, 7, 7).

Outra via de afirmação da universalidade do império e seu alcance vem, paradoxalmente, da expressão por Sêneca de sua desprezível pequenez. Quando trata da imensidão do universo em *Naturales quaestiones*, do infinito limite da natureza, coloca em contraste as fronteiras criadas pelos humanos, tão pequenos e tão pretensiosos, gananciosos. Sêneca pergunta: “Se alguém desse às formigas a inteligência dos homens, elas não dividiriam um quintal em muitas províncias?” (*Naturales quaestiones*, 1, praef., 10.) A alma, vendo o universo todo: “lançando um olhar desdenhoso sobre o orbe terrestre, coberto em largas parcelas pelo mar, e lá onde a terra emerge, desolada em vastas extensões pelo sol que a queima ou o gelo que a endurece, a si mesma diria: ‘é este o ‘punctus’ que por entre todas as ‘gentes’ é dividido pelo ferro e pelo fogo’. Oh, como são ridículas as fronteiras dos mortais!” (*Naturales quaestiones*, 1, praef.. 8-9). Neste sentido, o império de Sêneca incorpora as populações vizinhas. As fronteiras são todas desprezíveis. São invenções da pequenez humana, coisas de formigas.

Para tentar sustentar a proposição de que o retrato que Sêneca nos traz se refere basicamente a Roma do período Júlio-Cláudio, tentaremos responder a pergunta proposta: qual é o Império Romano de Sêneca?

Inicialmente cabe destacar que o Império não é visto de forma sistêmica ou estrutural por Sêneca. Vendo a riqueza excessiva como um mal, afirma a Lucílio: “Imaginaremos que somos convocados para uma assembléia onde se vai discutir uma lei sobre a abolição da riqueza. Iremos nós persuadir os presentes [...] com silogismos [...]? Conseguiremos convencer com eles o povo romano a preferir com entusiasmo a pobreza – fundamento e causa de seu império (*imperii sui*)! – e a suspeitar das próprias riquezas? [...] Fá-lo-emos reconhecer que é excessiva a ostentação de troféus dos vencidos? E que tudo quanto um único povo

roubou a todos os outros, todos estes poderão roubar facilmente por sua vez àquele povo único?" (*Epistulae Morales* 87,41)

Como se vê, tudo se resume a uma lógica quase bandidesca! Trata-se quase do "estado de natureza" hobbesiano, a "guerra de todos contra todos", o "homem lobo do homem"!

Aliás, permitam-me abrir um parêntesis a propósito disto para lançar uma ideia – e é ainda apenas uma ideia mesmo, bastante inicial – que gostaria de debater e se refere justamente ao paralelo que talvez possamos propor entre as concepções de estado de natureza e sociedade civil na filosofia política moderna e outras concepções, como, por exemplo, a de república e monarquia imperial ou de liberdade e escravidão para a literatura dos séculos I a.C. e I e II d.C.

Para deixar claro o que quero dizer será preciso apresentar rapidamente como a filosofia política clássica moderna construiu este problema. Na concepção iusnaturalista, que fez largo uso do termo, a sociedade civil seria antitética com relação ao estado de natureza. No estado de natureza, cada homem age exclusivamente conforme seu interesse pessoal, individual. Em última instância, é a sua força pessoal que o permite manter-se vivo. Isso leva a um padrão de liberdade potencial enorme (tudo é permitido, afinal), mas também a um nível de violência que não é menor. Haveria, como alternativa, a realização de um acordo entre os indivíduos (voluntário – o contrato de Rousseau – ou arbitrado² – o Leviatã de Hobbes). Cada um teria de abrir mão de sua liberdade individual em favor de uma liberdade coletiva para que fosse possível a todos sobreviver em melhores condições. Esse momento reflete a sociedade civil.

Meu ponto aqui é que fica claro que os iusnaturalistas não se referiam a um momento cronológico, histórico, quando tratavam dessas duas alternativas. Não houve inicialmente um estado de natureza que deu lugar a uma sociedade civil depois. Imaginavam momentos éticos, irreconciliáveis, mas não auto-excludentes. A sociedade civil e o estado de natureza disputam espaço em cada uma das diversas sociedades efetivamente existentes. Por exemplo, alguém que é roubado, pode perseguir o ladrão e começar a agredi-lo no meio da rua, sendo apoiado por outros transeuntes, reforçando o estado de natureza, ou acionar a força policial e esperar que as instituições operem, fortalecendo a sociedade civil.

A pergunta que propomos é: será que não podemos pensar República e Império nas fontes também como concepções ideais e não apenas como a descrição de sistemas políticos?

Ou seja, a concepção de república seria basicamente uma condição de organização poliárquica, onde a aristocracia compete entre si para mostrar maior valor e como grupo busca coesão para se impor e expandir seu poderio com relação a outros grupos tanto internamente quanto externamente. Estão associados à república as ideias de liberdade como fonte de poder e de inexistência de um poder supremo tanto dentro de Roma quanto de Roma com relação a seus vizinhos e de inexistência também de grandes fortunas nas mãos de particulares. As diferenças sociais no interior da aristocracia não são gigantescas e suas riquezas são vistas como sólidas, estáveis.

A concepção de império, por outro lado, estaria vinculada a uma organização monárquica, onde a aristocracia como um todo obedece a um só de seus elementos e busca através do reconhecimento do *princeps* receber uma posição destacada e se liga também à ideia de que Roma concentra um poder sem paralelo ex-

2. Agradeço a Adriano Lopes da Gama Cerqueira por me ter feito perceber de maneira mais adequada a diferença entre as proposições de Rousseau e Hobbes quanto a esse aspecto.

ternamente, além de se presenciarem internamente fortunas particulares que podem ser comparadas às daquelas de grandes reinos. Sob a concepção de império, as diferenças sociais são fabulosas, no sentido de não corresponderem a uma realidade seguramente reconhecível. As grandes fortunas podem aparecer e desaparecer em um estalo, as pessoas proeminentes podem cair em desgraça de um momento para outro. O império corresponde a paradoxos. Por um lado, nada o pode afetar externamente, mas internamente nada é seguro e, ainda mais, as coisas jamais são o que parecem ser e as pessoas nunca dizem exatamente o que pensam.

No caso, teríamos entre os autores do Império alguns exemplos. Para citar um que me é caro, vamos a Tácito. O historiador, como é sabido, ao escrever a biografia de seu sogro, pode fazer o elogio de um bom aristocrata sob um mau *princeps*. Para fazê-lo, criou uma “ilusão” para seu leitor. Ele isola a Britânia do resto do Império e oculta a existência do Imperador. Com isto, ele cria uma “República” dentro do Império, onde os méritos podem emergir. O mesmo pode ser dito a respeito de Corbulo com a Armênia, ainda que neste caso ele tenha que lidar com aristocratas que têm um caráter imperial e o episódio acabe de uma forma completamente imperial, em Roma, onde a derrota se faz vitória. Pensando República e Império como momentos éticos e não como tempos históricos sucessivos e totalmente separados, colocados em sucessão, em outras palavras, dando ênfase ao que os liga e não ao que os separa, podemos perceber mais claramente que no relato de Tácito, por exemplo, os maus governos de maus imperadores foram em larga medida o produto de uma aristocracia viciosa. Ou seja, muito do que havia no mau império era fruto de uma má República que ainda existia!

Nossa proposição é que nenhum destes quadros ideais jamais existiu. Eles são retratos, no sentido de sua origem no verbo latino *retraho*, que encerra as noções de trazer de volta, de colocar em evidência, mas também de retocar, de corrigir e ainda, em sentido figurado, de retirar algo. Estes sentidos se mantiveram em português através do verbo “retratar” significando fazer um retrato e também de retirar algo que fora dito, quando alguém se retrata. O retrato, no sentido que propomos, é uma possibilidade – não a única, naturalmente – de compreensão da República e do Império. Seria claramente uma composição e não algo que existe ou existiu. Os retratos da República e do Império, assim, aproximam-se do que seriam os retratos do estado de natureza e da sociedade civil como possibilidades éticas, mais do que como realidades históricas vividas. Neste sentido, já haveria muito Império na realidade histórica vivida nos séculos II e I a.C. e, similarmente, haveria ainda muita República nos séculos I e II d.C. Assim, propomos para debate a ideia ainda embrionária de pensar República e Império como algo além do que duas realidades históricas marcadas por uma grande ruptura ou revolução como Ronald Syme e Andrew Wallace-Hadrill nomearam este fenômeno.

Assim, feito o longo parêntesis, voltamos à avaliação do que seria o Império Romano de Sêneca.

Um elemento para se pensar o que é o Império Romano, inclusive relativamente a sua manutenção e destruição, é, sem sombra de dúvidas, a existência de um *princeps*. O Império não é apenas uma ideia, uma concepção. Ele conta com instituições, com um ordenamento jurídico. Pressupõe um funcionamento destas instituições e a manutenção de sistemas econômicos. Como nos lembra Barbara Levick: “Nós aprendemos – neste país mais especificamente com *The Roman revolution* – a ver a política romana em termos de interesses individuais e de pequenos grupos. Lei e constituição, *mos* e *ius* eram uma tela ocultando a natureza real e brutal da luta pelo poder”³. Ocorreria, assim, um esvaziamento dos aspectos formais da política. Para Barbara Levick, ocorreu uma desvalorização dos aspectos formais do exercício do poder, que passaram a

3 LEVICK, B. Primus, Murena, and fides: notes on Cassius Dio LIV, 3. *Greece & Rome*. XXII, 2, 1975, p. 162.

ser vistos como meras formalidades vazias. Concordo com a crítica de Levick e darei um pequeno exemplo da centralidade do *princeps* e do funcionamento institucional do Estado para a existência do Império. Em *De breuitate uitae*, Sêneca traz uma lembrança do reinado de Calígula. O *princeps* gostaria de ter vivido um pouco mais para que com seus poderes pudesse destruir o império. O retrato de Sêneca deste apocalipse é dado pela fome. “Pouco tempo atrás, naqueles dias em que Calígula morreu, se dos infernos ele pudesse se manifestar, estaria indignadíssimo, de ver-se morrendo e o povo romano se mantendo vivo. Sabia-se que não restava para o povo romano sete dias, no máximo oito dias de comida. Enquanto este imperador se divertia fazendo pontes de barcos, e brincava com o poderio dos homens, se via avançar o pior dos males, mesmo para os sitiados, a falta de alimentos, a desgraça, a mortalidade, a fome e o que é acompanhado pela fome: a ruína furiosa de todas as coisas” (*De breuitate uitae*, 18, 5). Não vou me alongar neste elemento, que é central, porque já o estudei largamente, especialmente analisando o *De clementia* e o *Apocolocyntosis*⁴. Outro passo para pensar esta concepção de Império é uma passagem em que o filósofo trata do acesso à terra, a mais importante riqueza. Veja-se o que dizia Sêneca àqueles que se queixavam porque a perdiam para outros: “Dir-se-á: ‘Expulsam-me das terras do meu pai, do meu avô.’ Sim? E antes do teu avô, quem era o dono dessas terras? És capaz de dizer, já não peço o nome do antigo dono, mas ao menos de que nação era ele?” (*Epistulae Morales*, 88, 12)

Com isso, temos o quê? Os romanos expropriaram tantos outros que se dissolvem em seu interior. Há um momento de saque ao alheio que gera um grande número de fortunas. Encerrado esse momento, nada impede que essas grandes riquezas se percam dentro do Império, e sejam disputadas ferozmente. Neste sentido, o Império Romano seria aquele ambiente em que, dado um universo de posse sob domínio romano, haveria uma disputa incessante por riqueza em seu interior e as riquezas seriam imensas, mas sempre instáveis. O que daria alguma estabilidade a estes movimentos seria a ordem institucional do Estado.

Para reforçar este ponto, tomemos mais uma passagem de Sêneca. No *De ira* (1, 21, 1-2), ao tratar das fortunas imensas, refere que os ricos têm propriedades em diversas províncias e colocam sob o mando de um único *uilius* extensões atribuíveis pela República a um cônsul. Diz Sêneca: “A cólera acompanha a soberba e a avareza, que arrebatam todo ouro e a prata que puder e cultiva campos nomeados de províncias e sob a supervisão de um único capataz coloca domínios mais vastos do que aqueles que eram sorteados entre os cônsules”. Ou seja, é a construção de um universo provincial que propicia de certo modo a acumulação de fortunas que são pouco ajustadas ao que se pode pensar como as posses de um particular.

Sêneca liga às províncias a ideia de um enriquecimento despropositado. Neste caso, faz menção especialmente à conquista pela força das armas. Referindo-se ao macedônio Alexandre, faz uma crítica que se ajustava bem a tantos generais romanos: “Em que grandes erros se prendem os homens, que querem estender para lá dos mares o direito de dominar, que se julgam felicíssimos se juntam imensas províncias às terras que possuíam” (*Epistulae Morales*, 113, 30).

Para tratar das províncias como a origem de grandes fortunas – e grandes vícios –, temos a passagem em que ele critica Calígula: “Caio César, a quem me parece que a natureza produziu apenas para mostrar a que ponto podem chegar os maiores vícios com as maiores riquezas, queimou dez milhões de sestércios em um dia. Buscando tudo que os homens podiam imaginar, fez um banquete que consumiu o tributo de três províncias” (*Ad Heluam de consolatione*, 10, 4).

4 FAVERSANI, F. A concepção de Estado em Sêneca. *Boletim do CPA* (UNICAMP), vol. 5/6, 1998, p. 223-34.

Mas os vícios que advêm com as províncias são “republicanos” e não se limitam à casa imperial. No *De beneficiis*, Sêneca trata de como a cupidez desmedida coloca a paz sob grande risco. Como um exemplo, menciona a espoliação das províncias, que são comercializadas entre os particulares. Mas me parece importante destacar que esta busca desmedida pela riqueza não leva a prejuízo só dos viciosos, mas também da “paz”. Afirmo Sêneca: “Quanto às coisas roubadas, espalham-nas ao vento. Depois, com avidez e amargor lutam para recuperá-las. Não têm nenhum pudor. Desprezam a pobreza alheia, mas temem a própria como o pior dos males. Perturbam a paz com injustiças, pressionam os mais fracos pela força e pelo medo. Espoliam as províncias e, em um tribunal vendido, ouvidas as reclamações de um e outro, dão ganho de causa a um terceiro, pois é direito dos povos vender o que se comprou” (*De beneficiis*, 1, 9, 5).

Ademais, estas grandes riquezas não trazem nenhuma estabilidade. Pelo contrário! Sêneca dirá que o homem muito rico é pobre porque deve tudo. A quem ele deve? À Fortuna antes de tudo, é claro. Mas este ponto não nos interessa aqui, apenas o retrato do homem que é visto como rico. “Pensa que este homem é rico porque mesmo em viagem se faz servir em baixela de ouro, por arar em todas as províncias, por folhear um grande livro de contas, por possuir tantas lavouras nos subúrbios, que mesmo que se fossem apenas charcos na Apúlia despertariam inveja, com tudo que me diga, é pobre” (*Epistulae Morales*, 87, 7).

Sêneca diz que Lucílio deve responder com perguntas sobre suas próprias aspirações àqueles que lhe perguntam por que busca tanta filosofia. Um destes tipos imaginados por Sêneca é aquele que acumula riquezas em excesso. Mais uma vez, cria o retrato de particulares controlando impérios: “Até onde propagará o limite de suas propriedades? Um espaço capaz de acolher um povo é estreito para um dono. Até onde alongará as suas terras de arar? Não se contentará em circunscrever os limites de suas propriedades no espaço das províncias? Cursos de água célebres correm na posse de apenas um privado e grandes rios que outrora serviram de fronteiras para os povos são de um só desde a nascente até a foz. Mas isto não chega, os seus latifúndios precisam passar os mares, o seu capataz reina (*uester uilicus regnat*) além do Adriático e do Mar Jônio e do Egeu. Ainda as ilhas, morada de grandes reis, são contadas entre suas coisas mais vis. Aproprie-se de tudo quanto queira, seja sua propriedade aquilo que era antes chamado de um império, faça teu tudo que puder... até que mais ainda seja de outros” (*Epistulae Morales*, 89, 20). Ou seja, todos tomam tudo de todos. Muito tem, mais tenha e alimente a lógica de que alguém virá lhe tirar este muito e ainda mais em breve tempo. A ideia externada por Sêneca é que o império encerra muitos reinos, reinos em conflito.

O Império, em Sêneca, contudo, não começa com Augusto. Certamente não começa na batalha de Ácio. Trata-se de um processo. Isto fica claro quando ele lista os ingratos que receberam armas da República e colocaram estes mesmos exércitos contra a República. Sêneca fala dos homens que foram capazes de “atacar a própria pátria e produzir facciosos e querer para si mesmo o supremo poder e dignidade, eles se vêem humilhados se não colocam a República a seus pés. Os exércitos que receberam da República serviram para ser jogados contra ela, e se dirigem às tropas para dizer: ‘Lutem contra as esposas, combatam seus filhos!’” (*De beneficiis*, 5, 15, 4-5). A lista de pessoas que corresponderiam a este perfil de querer estar acima da República começa com Coriolano, que foi expulso de Roma por ser acusado de almejar a tirania e se uniu aos Volscos e levou os exércitos contra Roma. Sendo dissuadido de invadir Roma por sua mãe e sua esposa, desmobiliza os exércitos e volta para os Volscos que o mataram. Este episódio não é relatado por Sêneca, mas o conhecemos pela biografia de Coriolano que foi escrita por Plutarco. O que chama a atenção é que este episódio ocorreu em 491 a.C., quando a República tinha apenas dezoito anos! Os ingratos “seguintes” estão todos no contexto das Guerras Civis, concentrando-se no século I a.C.: Catilina, Mário e Sulla, Pompeu, César, Antônio. Após Antônio, ele diz que não continuará a lista porque tomaria um dia inteiro para

mencionar todos os ingratos com a República (*De beneficiis*, 5, 17, 1). Bem na vez de Otaviano! Sêneca não falou o que pensava de Augusto, mas Ovídio o fez. Ele diz em *Ars amatoria* que se vive sob Augusto uma idade do ouro: “Estes são realmente tempos dourados / a posição vem com o ouro e mesmo o amor se compra com ouro”. (vv. 2277-2278). A seguir Sêneca lista aqueles que, pelo contrário, a República é que foi injusta com eles (Camilo, Cipião, Cícero, Rútílio, Catão... conclui dizendo “*ingrati publice sumus*”; *De beneficiis*, 5,17,3). Otaviano também não aparece nesta lista dos que foram corretos com a República. Se Sêneca pensasse que haveria um equilíbrio de justiça entre Otaviano e a República, por certo mencionaria este elemento único. Lendo a lista e ações dos que foram ingratos com a República e aqueles com quem a República foi ingrata, é impossível não pensar Otaviano como estando incluído entre os primeiros. Referindo-se a Pompeu, ele descreve a estabilização política promovida por ele através do triunvirato nos seguintes termos: “Ingrato foi Pompeu que para agradecer a república que lhe deu três consulados, três triunfos, e todas as honras, antes de todos, usurpou tanto quanto pode tão cedo quanto pode, levou outros também a tomar posse dela, como se seu poder fosse alheio à inveja, pelo fato de que o que é permitido a um é a todos. Quando ambicionou poderes extraordinários, quando quis províncias que escolheu, distribuiu entre três senhores a república, tomando duas partes para sua casa, a fim de que o povo romano ficasse a salvo apenas pelo benefício da escravidão” (*De beneficiis*, 5, 16, 4). Parece uma boa síntese de elementos fundamentais do Império na visão de Sêneca. Espero ter deixado claro que, a meu ver, o que Sêneca diz ser o Império tem pouca semelhança com o que os historiadores dizem ser o Império.

62

Analizadas estas passagens da obra senequiana, parece-nos possível concluir que o Império Romano assume múltiplas facetas em conformidade com os argumentos que o autor queira esgrimir. No geral, é claro que este Império Romano de Sêneca tem um centro geográfico, Roma, e um centro político perfeitamente distinto, representado pelo Imperador e os que o cercam, especialmente a aristocracia e a *familia Caesaris*. As províncias ganham importância quando interferem no curso dos acontecimentos em Roma, mesmo que seja apenas por carrear para cidade riquezas inauditas e trazer perturbações. Do mesmo modo, que se percebe com a geografia, outros elementos populacionais só ganham importância na medida em que impactam aqueles centrais. Mas neste caso, percebem-se dois centros a ocuparem a atenção do filósofo, sendo um a aristocracia e outro o Imperador. O Império tem ainda um momento referido a seu ordenamento institucional, que está referido fundamentalmente à manutenção da estabilidade das posições, mesmo que as pessoas que as ocupem não sejam as mesmas. O Império garante uma estrutura de propriedade fundiária, mas não afirma quem será o proprietário. A Fortuna fará com que os nomes dos proprietários mudem e o Império com que as propriedades existam em grande número. Mas o Império também são as pessoas e grupos que concentram enorme poder e riqueza e, ao mesmo tempo, a possibilidade destas casas enormes existirem. Por fim, o Império também é um ambiente, que se distingue da República. É o que chamamos, por falta de termo melhor, de momento ético.

5. QUEM SOMOS NÓS: QUAL É O IMPÉRIO ROMANO DE LUCIANO?

Jacyntho Lins Brandão

A pergunta que constitui o título deste trabalho representa um desafio não tanto porque levanta uma questão relativa a Luciano – um autor complexo, sem dúvida –, mas porque principalmente toca num dos aspectos mais polêmicos relativos a sua obra, o qual divide os comentadores, ou seja, o de sua relação com seu tempo, esse tempo sendo o Império Romano.¹ Para tentar respondê-la, tenho de me armar de precauções metodológicas concernentes a dois aspectos: em primeiro lugar, definir de qual Luciano falaremos; em seguida explorar a questão sobre de qual Império Romano ele fala. Adotarei a estratégia platônica da caça: na medida do possível, cercarei as duas questões, tentando atingir, a cada passo, uma compreensão mais pontual e fina.

Parto do princípio de que a obra de Luciano constitui um “arquivo”,² no sentido que Norberto Guarinello aplica a outros arquivos, esclarecendo que tomo Luciano aqui de uma perspectiva bastante diferente do que fiz em outros trabalhos, especialmente em *A poética do hipocentauro*, quando o li por um viés literário e, mais ainda, teoricamente literário. Assim, adotei intencionalmente um pressuposto um tanto radical: o de que me absteria de tirar do *corpus* luciânico com que lidava dados biográficos, pois o que me interessava então era aquilatar como Luciano trabalhava no campo da ficção e como sua obra teve um papel importante na definição do que se entende como discurso ficcional. Com relação a esse aspecto, minha declaração de

1 Abstraindo-se de referências anteriores de ordem mais esparsa, a polêmica relativa à atitude de Luciano com relação ao Império, de que não citarei mais que os pontos de inflexão principais, já soma quase setenta anos. Tem ela início com a publicação do livro de Aurelio Peretti, *Luciano, un intellettuale greco contro Roma* (Firenze: La Nuova Vita, 1946), que faz uma leitura de Nigrino não como uma peça dedicada a representar uma “conversão” de Luciano à filosofia, como tradicionalmente, mas como uma peça contra Roma (vale lembrar que, como qualquer scholar, Peretti é devedor de sua época, o período imediatamente posterior à Segunda Guerra, com seu país, a Itália, devastado). Logo em seguida, o tema romano se viu envolto na questão mais geral das relações de Luciano com seu tempo, depois da publicação do livro de Jacques Bompaire, *Lucien écrivain, imitation et création* (Paris: Boccard, 1958), que empresta grande importância à mimese dos antigos na obra de Luciano, embora não deixe de considerar as obras de “atualidade ou pseudo-atualidade”, classificando *Assalariados*, por exemplo, como um “panfleto anti-romano” (p. 471). Barry Baldwin (Lucian as social satirist. *The Classical Quarterly*, vol. 11, n. 2, 1961, p. 199-208, 1961), considera que a exploração de questões sociais na obra de Luciano representaria uma crítica a Roma, nuançando mais tarde, em *Studies in Lucian* (Toronto: Hakkert, 1973), seu ponto de vista, a partir da admissão de que “escrever sobre os problemas sociais da era dos Antoninos não fazia ipso facto que um intelectual grego fosse anti-romano” (p. 107). Luciano Canfora, *Teorie e tecnica della storiografia classica* (Roma: Laterza, 1974), entende que *Como se deve escrever a história* constitui um “libelo polêmico” contra Roma. C. P. Jones, *Culture and society in Lucian* (Cambridge: Harvard University Press, 1986), dedicando-se inteiramente às relações de Luciano com seu tempo, descarta inteiramente qualquer atitude contra Roma, lendo as suas polémicas de um ponto de vista inteiramente pessoal e acreditando que mesmo *Como se deve escrever a história* pode ser situado “na companhia dessas adulações artificiais e indiretas” que comprovam a associação de Luciano com Lúcio Vero, por ocasião da guerra contra os partos (p. 67). Simon Swain, em *Hellenism and empire: language, classicism, and power in the Greek world, AD 50-250* (Oxford/New York: Clarendon Press, 1996), busca uma interpretação de consenso: não se pode negar que haja crítica de Luciano a aspectos da ordem imperial, mas isso não configura uma posição programática anti-romana. Eu próprio, em *A poética do hipocentauro* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001), retomei a questão, posicionando-me do lado dos que consideram que *Nigrino*, *Assalariados* e *Como se deve escrever a história* são escritos contra Roma (p. 187-202), embora, diante da crítica de Fuentes González (Nigrinus. In: GOULET, R. [ed.]. *Dictionnaire des philosophes antiques*. VOL. 4. Paris: CNRS, 2005. p. 715-716), eu tenha podido esclarecer, em “Luciano e a história” (In: LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 129-270), minha posição, ou seja, a de que não tenho a intenção de emprestar à atitude de Luciano com relação ao Império nenhuma dimensão que ultrapasse seu trabalho como escritor (e jamais imaginei Luciano como “um ativista quase revolucionário”).

2 GUARINELLO, N. L. Uma morfologia da História: as formas da História Antiga. *Politeia: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, vol. 3, n. 1, 2003, p. 41-62.

princípios foi expressa desta forma: de Luciano só podemos saber duas coisas: que tinha um nome latino, Luciano, e que era sírio, de Samósata. Por outro lado, para cercar a categoria do ficcional era necessário examinar as relações que a obra de Luciano celebrava com a “realidade” à sua volta – um termo que nunca utilizei então, preferindo falar simplesmente de “mundo”, “sociedade” ou “tempo”, pois também me esforcei em perceber como esse “mundo” se construía no interior dos próprios textos, tendo como balizas não mais que duas referências também extremamente genéricas, como as relativas ao indivíduo: o século II e o ecúmeno romano. Esse era o Luciano de então: sírio de nascimento, grego por formação, vivendo no Império Romano do segundo século – e já que sua atividade de escritor coincide praticamente com o reinado de Marco Aurélio, um “grego” de origem “bárbara” no “mundo” de um “rei-filósofo”. O quanto de questões essa definição impõe, do que sempre tive consciência, fica manifesto pelo fato de que eu tenha necessidade de pôr tantos termos entre aspas.

Não considero que essa “fôrma” produza um não-Luciano, pelo contrário, continuo a acreditar que ela nos dá um Luciano legítimo, talvez o mais legítimo, porque privilegia o Luciano-escritor. Todavia, para o presente propósito ela não me parece a mais adequada e nem a mais rentável. Apenas para exemplificar, ressalto que no ensaio “Luciano e a história”, que completa minha tradução de *Como se deve escrever a história*, adotei uma outra perspectiva: deixei de lado a ênfase no ficcional, que me havia levado a abandonar anteriormente a questão insolúvel sobre a quais historiadores Luciano se refere – por considerar que todos, pelo menos por princípio, poderiam ser nada mais que frutos de sua ficção –, para atentar na sequência das figuras que ele apresenta, considerando então que todos, também por princípio, podem ser figuras “reais” de historiadores de uma semana dos quais apenas ele houvesse conservado a memória (com tanta veracidade, diga-se de passagem, que alguns deles constituem verbetes da *Pauly-Wissowa* e integram as recolhidas dos fragmentos dos historiadores gregos). Quase o mesmo tanto poderia ser dito da própria guerra de Lúcio Vero contra os partos, que motiva a escrita de *Como se deve escrever a história*, pois ela merece não mais que um curto parágrafo (com quatro frases) de Dião Cássio (*História de Roma*, 71, 2) e poucas linhas nas biografias de Marco Aurélio e Lúcio Vero pelos *Scriptores Historiae Augustae* – ou seja, nada da profusão de historiadores e histórias a que Luciano alude e contra os quais escreve, do que não se tem notícia nem memória mais que através de seu “panfleto” ou “tratado”, dois termos também problemáticos, porque anacrônicos, sendo melhor dizer, do ponto de vista dos gêneros antigos, de sua “diatribe” e “parênese”. Essas observações têm como finalidade esclarecer o método que pretendo seguir para responder à indagação sobre a qual Império romano Luciano se refere: o Império que lhe compete, no qual ele escreve, do modo como o vivencia e o inscreve em sua obra. Ou seja, uma “realidade” que pode ter pontos de contato com outras experiências do Império, mas que, como as demais, diz respeito a uma experiência singular: o Império Romano de Luciano.

Uma generalização, mas uma generalização necessária. Que se trata do mundo em que Luciano vive não há dúvida, por seu nome, sua naturalidade, seu tempo e seu espaço. Em *Como se deve escrever a história* encontramos, aliás, a passagem mais significativa desse pertencimento ao mundo romano, quando ele afirma que a utilidade de seu escrito está na eventualidade de ocorrer uma “outra guerra”, “ou dos celtas contra os getas, ou dos hindus contra os bactrianos, pois *contra nós* ninguém ousaria lutar, estando já todos dominados” – esse “contra nós” (*pròs hemâs*) bastando para sublinhar a qual mundo ele pertence (*Como se deve escrever a história*, 5). Evidentemente que o “contra nós ninguém ousaria lutar” tem um tom irônico, inclusive porque, na verdade, não andavam todos assim tão dominados, pelo menos os germanos (especificamente os alamanos e marcomanos), os quais, nos anos imediatamente subsequentes, darão trabalho a

Lúcio Vero e Marco Aurélio. Não que Luciano fosse vidente e remetesse para esses fatos naquele momento futuros – apenas que se contrapunha à euforia que naturalmente segue campanhas vitoriosas.

A pergunta seguinte será: como Luciano se situa nesse espaço comum representado por “nós”, isto é, os súditos de Roma? E então vale a primeira precisão: não sempre da mesma forma (ou fôrma), embora me pareça que, sim, de formas que mantêm certa coerência. Em primeiro lugar, por uma questão de natureza linguística: embora nem o grego nem o latim (ou qualquer das línguas indo-europeias) conte com algum tipo de diferenciação formal nesse sentido, como ocorre em outras, “nós” pode cobrir pelo menos três esferas semânticas: a) a inclusiva, equivalendo a “eu” mais “tu” ou “vós”, ou seja, tanto quem fala, quanto com quem se fala; b) a exclusiva, ou seja, “eu” mais “ele” ou “eles”, em que se exclui aquele ou aqueles com quem se fala; c) finalmente, um sentido genérico, compreendendo “eu” mais “tu” ou “vós” mais “ele” ou “eles”, em que, desde que garantida a primeira pessoa, tanto a segunda, quanto a terceira também podem ser abarcadas.³ Em segundo lugar, acredito que, em situações complexas como é a do Império Romano na época de Luciano, ainda que categorias como as de “identidade” e “alteridade” sejam um instrumento metodológico adequado para se compreender os “arquivos”, é preciso que se tenha o cuidado de não reificá-las, pois isso terminaria por tirar-lhes justamente o que podem de oferecer de melhor. É para evitar esse risco que desejo pensar em termos de “situações”, considerando que isso não dissolve as diferenças, sem, contudo, ontologizá-las, pois os variados perfis e discursos devem ser compreendidos em situação e é dessa localização em situações que acredito que se deve procurar entendê-los.⁴ Que um *corpus* forneça uma variedade de pontos de vista, sobretudo quando se trata de um *corpus* de um orador e escritor,⁵ não deve impor um problema de compreensão, até porque, na tradição retórica em que Luciano se formou, um pressuposto básico relativo à efetividade dos discursos é constituído pelo *kairós*, enquanto “o tempo certo ou oportuno para fazer-se algo, ou a medida certa no fazer-se algo”, implicando uma abordagem qualitativa do tempo, em que o agente se encontra implicado.⁶ Conforme Kinneavy e Eskin, tendo o cuidado de chamar a atenção para “a individualidade da situação retórica”, Aristóteles tem em vista que “o ato retórico” depende da “situação particular”, o que confirma “a noção platônica, expressa no *Fedro*, de que a distinção entre *theoría* e *práxis* é mediada pelo *kairós*”, ou seja, para ambos “o ato retórico é determinado situacionalmente” e “ambos distinguem as regras gerais da arte retórica de sua aplicação situacional”⁷ – o que poderíamos estender, em graus variados, a outros tipos de discurso, uma vez que todo *lógos* se efetiva sempre em situação.

3 Apenas para que não se tenha a ideia de que essa distinção decorre de mera generalização, mas diz respeito a distinções semânticas efetivas, que podem ser formalmente expressas, recorde-se que há línguas ameríndias que contam com dois pronomes para “nós”, como o tupinambá (mais conhecido como tupi antigo): a) *ĩandé* (nós inclusivo); b) *oré* (exclusivo). Registre-se ainda a existência de um pronome universal, *asé*, usado em declarações de ordem geral, equivalentes a expressões do português como “a gente vai?”, ou do francês, “*on y va?*” (nós vamos?).

4 Parto do conceito de “situação” explorado pelos filósofos existencialistas, em especial por Sartre e Simone de Beauvoir, assim exposto por Magda Guadalupe dos Santos (Alteridade, facticidade e igualdade: leituras de Sartre, Beauvoir e Levinas no processo de radicalização da metafísica do século XX. In: SANTOS, M. G.; OLIVEIRA, I. V. de (orgs.). *Tempos da metafísica*. Belo Horizonte: Tessitura, 2011, p. 55-56): “A situação é o modo de interação do ser humano com o mundo, seja em seus limites e condicionamentos, seja pelas possibilidades que ele conquista e o fazem decidir sobre seu lugar nesse mundo. Para Sartre, a noção de *situação* é o que define a realidade humana, já que o homem ‘implica, pela sua escolha, a humanidade inteira e não pode evitar o escolher’ (...). Estar em situação é ainda o equivalente ‘à contingência da liberdade no *plenum* de ser do mundo’ (...), ou seja, na medida em que o que está dado se revela à liberdade enquanto iluminado pelo fim por ela eleito. A *situação* vivida é, pois, o que dá a tonalidade de *liberdade*, de possibilidade de escolha do existir humano, capaz de demonstrar o sentido do próprio existir. A ideia de *situação*, vinculada à de liberdade no projeto da facticidade humana, evidencia a condição humana de só poder ser livre, igual ou diferente, em contextos existenciais específicos, na delimitação de um lugar próprio face a outrem, face aos compromissos que se assumem na relação com os outros. Não no sentido de que se é determinado por outrem, mas na condição de que esse Outro surge como *mediador* indispensável do Eu consigo mesmo.”

5 Luciano declara que sua profissão inicial era a de um *rhétor*; mas a maior parte de sua atividade pode ser considerada a de um *syngrapheús*, que corresponderia, com alguma propriedade, à de escritor. Trata-se de ocupações próprias de um *pepaideuménos*, ele próprio tendo exposto, em *Sobre um sonho*, como havia, ainda jovem, trocado a profissão de família, isto é, a escultura, pela *Paideia*.

6 Cf. Smith, apud KINNEAVY, J. L.; ESKIN, C. R. Kairos in Aristotle’s Rhetoric. *Written Communication*, vol. 11, n. 1, 1994, p. 132: “Smith (...) descreve *kairós* e *khronós* como diferentes faces da mesma moeda. Na sua interpretação, *kairós* envolve um tempo qualitativo, enquanto *khronós* descreve um tempo quantitativo. Essa distinção é importante por apontar para *kairós* como ‘uma correlação entre sujeito e situação’”.

7 *Idem*, p. 134.

Para seguir como o *lógos* de Luciano, da forma como o recebemos, aborda o problema relativo ao Império romano, passo a considerar o que, dos textos, se pode depreender da vida de Luciano, ainda que se trate de uma “biografia literária”, ou seja, que tanto pode ser por princípio ficcional, quanto pode ser por princípio biográfica. Recorde-se que ele é biógrafo não só de si, mas também de outras personalidades, como Peregrino Proteu, Alexandre de Abonotico e Demônax. Sobre este último, ele é nossa única fonte – veja-se como essa tendência de ser ele informante único se repete –, muito embora também Demônax se encontre no *Dictionnaire des philosophes antiques* e na *Pauly-Wissowa*, a exemplo do que acontece com historiadores como Crepereio Calpurniano e Calímorfo, atacados em *Como se deve escrever a história*. Caso não conhecessemos Peregrino Proteu por outros autores e do santuário de Apolo Glícon, em Abonotico, não tivessem sido conservadas moedas que trazem a efígie do deus, poderíamos pensar que Peregrino e Alexandre seriam também figuras ficcionais de Luciano. Muito bem: que tais biografias sejam “literárias”, no caso destes ou de Demônax, não deixarão de ser biografias, como a própria autobiografia de Luciano espalhada por seus textos.

1. Os nós inclusivos

Sobre o pertencimento ao Império – e a qual Império – temos um texto de fundamental importância, *Apologia*, o qual, a exemplo de outros escritos, se apresenta como resposta a uma crítica formulada por um destinatário a propósito de algum outro texto do próprio Luciano.⁸ Neste caso, o destinatário é um certo Sabino (sobre o qual não temos nenhuma informação, a não ser que se trata de alguém que tem um nome tipicamente latino), e do que Luciano se defende é de que, tendo atacado, em *Assalariados*, os intelectuais gregos que se põem a serviço dos senhores romanos, o tal Sabino agora o acuse de incoerência, por ter assumido um posto na burocracia oficial romana no Egito. A resposta constitui um belo testemunho de como um cidadão romano podia conceber a administração do Império:

Considere você como é muitíssimo diferente alguém que, tendo ingressado na casa de algum rico, serve e suporta quantas coisas eu disse no meu livro, e quem, na esfera pública (*demosíai*), realiza algum dos serviços da comunidade (*práttontá ti tôn koinôn*), administrando os negócios públicos de acordo com suas capacidades (*es dýnamín politeuómenon*) e recebendo por isso, do rei, um salário (*parà basiléous misthophoréîn*). (...) De fato, nos dois casos há salário e um manda em outro, mas, na realidade, existe uma enorme diferença. Num caso a servidão é clara e os que assumem aquela condição não são muito diferentes dos escravos comprados ou nascidos na casa, enquanto os que administram negócios públicos (*tà koiná*) e se fazem úteis para cidades e povos inteiros (*pólesi kai éthnesin hólais*) não poderiam razoavelmente ser caluniados apenas porque recebem um salário, incorrendo na mesma e comum acusação. A ser assim, seria necessário abolir imediatamente todos os serviços públicos – e nem os que governam tantos povos, nem os que administram as cidades, nem os que comandam unidades militares ou exércitos inteiros agiriam corretamente, uma vez que recebem um salário. (*Apologia*, 11)

Feita, portanto, a ressalva de que, para o intelectual não é indigno ingressar no serviço público, Luciano continua, descrevendo sua situação:

Minha situação atual, querido amigo, é completamente distinta, uma vez que na vida privada há igualdade de direitos para nós (*tà mèn oíkoi isótima hemîn*) e na esfera pública parti-

⁸ Nesta categoria incluem-se *Pescador ou os ressuscitados*, uma resposta a *Leilão de vidas e Sobre as imagens*, que responde a *Imagens*.

cupamos do mais alto nível de comando (*demosíai dè tês megístês arkhês koinonoûmen*) e exercemos em parte um poder (*tò méros syndiapráttonen*). Quanto a mim mesmo, se você prestar atenção, verá que não tenho pequena responsabilidade no governo do Egito (*tês Aigyptías arkhês*), abrindo processos, ordenando-os devidamente, escrevendo memoriais de todos os acontecimentos e discursos, moderando as intervenções dos litigantes, conservando com o maior cuidado e máxima claridade, ao mesmo tempo que com a maior fidelidade, as decisões do governador (*tàs toû árkhontos gnóseis*) e entregando-as ao arquivo público (*demosíai*) para que se conservem para sempre (*pròs tôn aei khrónos apokeisoménas*). O salário não me vem de um particular (*ho misthòs ouk idiotikós*), mas do rei (*allà parà toû basiléos*), não sendo pequeno, mas de muitos talentos (*polytálantos*). E para o futuro as esperanças não são poucas (*ou phaûlai elpídas*), se acontece o razoável, incluindo a supervisão da província ou outros negócios imperiais (*práxeos basilikás*). (*Apologia*, 12)

Finalmente, ele conclui:

e digo-lhe que ninguém faz nada sem salário (*amisthí*), mesmo os que desempenham as atividades mais importantes, e nem o próprio rei fica sem ele (*amisthós estin*). Não falo dos tributos ou impostos que lhe chegam todos os anos dos governados, pois o vultoso salário (*misthòs mégistos*) do rei são os elogios, a fama universal, o ser venerado pelos benefícios, as estátuas, os templos e altares, pois tudo o que tais homens recebem de seus governados também são salários (*misthoí*) por sua preocupação e cuidado, os quais eles demonstram velando continuamente pelas coisas públicas (*tà koiná*) e fazendo o melhor. (*Apologia*, 13)

Como se vê, a imagem de um bom cidadão inserido numa engrenagem em que todos recebem pelo que fazem em benefício da esfera pública, do Imperador ao próprio Luciano, pelo menos como ele se representa, cada qual prestando os serviços que sua capacidade provê. O que se vislumbra é uma concepção do mundo romano como um extenso organismo (ou organização) cuja solda se encontra no salário (*misthós*) – o que poderíamos marcar como uma das formas que assume o Império em Luciano.

Citei extensamente esse escrito porque é justamente dele que se têm servido os comentadores para mitigar as críticas de Luciano aos romanos, com o argumento de que, pelo menos no fim da vida, ele se teria rendido às benesses oferecidas pelo poder imperial. Como se trata, contudo, de lê-lo em contraponto com *Assalariados*, acredito que a declaração importante é a que se refere a um “nós” cujas relações com a estrutura de serviços do Império se busca pontuar: “na vida privada há igualdade de direitos para nós e na esfera pública participamos do mais alto nível de comando e exercemos em parte um poder”. Numa primeira perspectiva, portanto, a da inclusão, o Império Romano de Luciano, agora sem ironias, é este em que é possível conservar a dignidade e participar de uma vasta estrutura de poder. Mas note-se bem: isso não é algo manifesto por si, tanto que Luciano tem a necessidade de demonstrar a Sabino que o ataque que fizera aos intelectuais gregos que se põem a serviço dos senhores romanos em troca de salário não perde em força nem é incompatível com seu serviço público no Egito, ele também, Luciano, sendo um intelectual que recebe salário. Não é o fato de receber salário que iguala as coisas – e, ele recorda ao amigo, “você sabe que há muito tempo recebi enormes pagamentos (*megístas misthophorás*) pelo exercício público da retórica (*rhetorikêi demosíai*), quando você foi ver o Oceano ocidental e a terra dos celtas e se encontrou conosco, que então recebíamos o alto preço devido aos sofistas (*megalomisthois tôn sophistôn*) (*Apologia*, 15). Ora, o divisor de águas entre uma e outra situação parece estar no fato de que, também então, Luciano não tinha

um senhor, mas era uma espécie de “profissional liberal”, ou seja, alguém que sobrevive do que ganha porém mantém sua autonomia, tendo tido a experiência de exercer seu *métier*, provavelmente em audições públicas, por vários pontos do Império. Esses vários pontos incluem tanto a Gália (referida no trecho acima e em *Héracles*), como a Itália (conforme o que afirma ele em *Âmbar ou os cisnes*) e a própria *pólis*, ou seja, a cidade de Roma (cenário de *Nigrino*), para falar apenas do mundo romano do Ocidente, que é o que por ora nos interessa. Em todos os casos, a baliza importante é esta: no espaço em que circula, Luciano se situa na categoria dos *pepaideuménoi*, ou seja, daquelas pessoas que, tendo tido uma *paideía* elevada, se espera que tenham um comportamento condigno. Não só isso. É para um público da mesma condição que ele se dirige, o que constitui um traço de fundamental importância para a compreensão de sua obra. Finalmente, escrevendo em grego e movimentando-se preferencialmente no espaço grego do Império, é para o Império que fala grego que ele se dirige.

Mas, mesmo na esfera pública, há salários e salários – e parece ser isso que Luciano deseja sublinhar. Em *Eunuco*, ele explora essa temática, de um certo modo apontando como os assalariados estão em toda parte, mesmo entre os que filosofam. O texto põe em cena uma disputa acirrada entre dois filósofos (*philosóphon pròs allélous erizónton*) não por causa de suas doutrinas (*lógon*), mas pelo salário estabelecido pelo Imperador:

Foi estabelecido (...) pelo rei um soldo (*misthophorá*) não desprezível por gênero de filósofos, falo dos estoicos, platônicos e epicúreos, e também dos peripatéticos, o mesmo para cada um deles. É preciso que, morrendo algum, outro o substitua, apontado pelo voto dos melhores cidadãos (*pséphoi tôn ariston*). E o prêmio não é “uma armadura” – como diz o poeta – nem “uma vítima para o sacrifício”, mas mil dracmas por ano, para instruir os jovens. (*Eunuco*, 3)

Notem-se os efeitos irônicos: os filósofos tornaram-se uma espécie de “funcionários” cujo reconhecimento se expressa pelo soldo que recebem (o próprio sentido comum de *misthophorá* reforça a ironia, pois esse termo se aplica com mais exatidão ao soldo pago ao exército, cuja principal virtude está na obediência); a escolha, contudo, do “catedrático” de cada escola se faz através de um processo preestabelecido, uma espécie de “concurso” em que, demonstrando suas habilidades intelectuais, o vencedor será escolhido, por voto, pelos melhores cidadãos, numa estranha mescla de práticas atenienses, como o voto, com outras práticas atenienses incompatíveis com ele, as doutrinas filosóficas, não havendo nenhuma escola que tenha alguma vez proposto que a validade de seu *lógos* fosse confirmada por algum tipo de sufrágio. Estabelecido esse emaranhado, então o que se apresenta é como os argumentos dos dois candidatos ao soldo enveredam por rumos inesperados, com ambos lançando mão de fatos desabonadores da vida privada do adversário, até o ponto em que um acusa o outro de ser eunuco e, portanto, não apresentar os “órgãos” necessários para filosofar. Conclusão: será preciso abrir um processo e enviá-lo à Itália, para que se possa chegar a um veredito. Se, de um lado, a vasta estrutura administrativa e distributiva do mundo romano reconhece amplamente esferas como as da filosofia e da retórica, não deixa de ficar claro que elas não são as mesmas de um passado certamente idealizado.

2. Os nós exclusivos

Até aqui encontramos situações de convergência – o “nós”, cidadãos de Roma, que dão, por assim dizer, o ponto de partida para a exploração dos elementos de divergência. E este é um aspecto de primeira ordem no *corpus lucianum*, em que se buscam formas bastante variadas de representação da alteridade. A primeira, e que mais nos interessa por agora, é a que separa o Império em duas grandes partes, sempre tendo em vista as altas esferas: de um lado, “nós”, os intelectuais gregos; de outro, “eles”, os senhores romanos. *Assalariados*, que regula a composição da *Apologia*, é dos escritos mais contundentes quanto a isso. Dirige-se também a um amigo, Tímocles (de que nada sabemos a não ser que tem um nome grego e é um *pepaideuménos*), o qual teria manifestado a intenção de empregar-se na casa de um rico senhor romano. Isso serve de pretexto para que Luciano faça uma descrição do estado deplorável de quem se submete a uma situação de verdadeira servidão, num ambiente doméstico, em troca de um salário. Cito alguns trechos:

O relato far-se-á de cabo a rabo por sua causa, mas diz respeito não só a vocês que filosofam (*tôn philosophounton hymôn*) ou a quantos escolheram uma ocupação séria (*spoudaiotéran tèn proáiresin*) na vida, mas também a gramáticos, retores, músicos e, em resumo, os que julgam digno viver em casa alheia e receber um soldo para ensinar (*epì paideías syneînai kai misthophoréin*). Ainda que, na maior parte, seja comum e semelhante o que acontece com todos, é evidente que, embora não seja exceção, essa condição se torna mais vergonhosa (*aiskhíon*) para os que filosofam, se têm de se conformar com o mesmo que os outros e os que os pagam seus salários (*misthodótai*) não os tratam com mais respeito. (*Assalariados*, 4)

O que se descreve é como uma sucessão de esperanças da parte do intelectual grego – de tirar proveito das riquezas do patrão e, eventualmente, até se tornar seu herdeiro – termina sistematicamente lograda pelo senhor romano. Trata-se de uma vida que se desdobra de humilhação em humilhação, até que, por fim, não se julgando que tenha mais serventia, o assalariado é descartado, dando lugar, ainda por cima, a toda sorte de difamações:

o escândalo que sua demissão provoca, exagerado ao máximo, faz parecer que você é culpado de adultério, envenenamento ou alguma coisa parecida. O que o acusa é digno de fé mesmo em silêncio – e você não passa de um grego que leva vida fácil e tem predisposição para tudo que é errado (*sy dè Hállen kai rhádios tòn trópon kai pròs pâsan adikían eúkolos*), pois é assim que eles pensam que somos todos nós (*toioútos gàr hápantas hemâs eînai oíontai*) – e muito razoavelmente, pois eu acho que compreendi a razão dessa opinião deles (*dóxes autôn*), a que eles têm sobre nós (*hès ékhousi perì hemôn*). Com efeito, muitos que se apresentam em suas casas, por não saberem nada de útil, prometem predições, filtros, simpatias amorosas e encantamentos contra os inimigos – e, dizendo terem aprendido essas coisas, também se vestem com o manto de filósofos e trazem barbas nada desprezíveis. É com razão que eles têm a mesma opinião acerca de todos (*tèn homoían perì pánton hypónoian ékhousin*), vendo serem assim os que julgavam melhores – e, sobretudo, observando sua adulação, nos jantares e no resto da convivência, e sua atitude servil, que visa ao ganho (*Assalariados*, 40).

Observe-se como se faz aqui uma nítida divisão: “nós”, os gregos, sobre os quais os romanos têm uma opinião baseada em como agimos de modo servil; “eles”, os romanos, que tratam os gregos como servos. Para o que nos interessa, não se trata de estabelecer de quem é a culpa, ou mesmo se há culpados, mas

antes de dotar o Império romano de Luciano de mais um matiz, o das relações entre intelectualidade grega e aristocracia romana, salientando-se que o núcleo dessas relações se entende estar sobretudo na adulação (*kolakeía*), que parece ser um elemento tão poderoso quanto o salário:

Dizendo-lhe isso e tendo-o perturbado inteiramente, ele [o rico senhor romano] acaba por transformá-lo num animal doméstico. E você, que há tempos sonha com muito dinheiro, milhares de dracmas, fazendas inteiras e casas, mesmo moderadamente consciente de sua mesquinaria, abana o rabo para a promessa e considera que o “tudo entre nós será comum” haverá de ser algo seguro e verdadeiro, não sabendo que esse tipo de coisa “molhava-lhe os lábios, mas o palato não molhava”. Por fim, com vergonha, você acaba acreditando. Ele próprio diz que não falará mais nada, mas manda algum dos amigos presentes, que chega no meio do negócio, referir-se a uma soma que nem seria elevada para ele, que tem outras despesas mais necessárias que essas, nem de pouca monta para quem a recebe. E este tal, alguém que envelheceu antes do tempo, criado desde a infância na adulação (*ek paídon kolakeía sýntrophos*), diz-lhe: “Você não poderia dizer que não é o mais feliz dentre todos da cidade, pois, em primeiro lugar, conseguiu o que dificilmente é concedido pela Fortuna à maioria dos que o desejam vivamente. Refiro-me ao ser distinguido com a convivência, dividir o lar e ser acolhido na primeira dentre as casas do Império dos romanos. Isso está acima do dinheiro de Crespo e da riqueza de Midas, se você souber ser sensato.” (*Assalariados*, 20)

70

Se então alguma serva fofocadeira acusa-o de ser o único que não elogia o criadinho da senhora quando ele dança ou toca cítara, você corre um perigo que não é pequeno. É preciso então gritar, alterado como um sapo no seco, de modo que você se torne assinalado dentre os que elogiam e o próprio chefe do coro. Muitas vezes ainda, se os outros se calam, você proferirá intencionalmente algum elogio que demonstre sua grande adulação (*pollèn kolakeían*). (*Assalariados*, 28)

Se o rico for, ele próprio, poeta ou prosador e recitar durante o jantar seus próprios versos, então sobretudo é preciso romper em aplausos, louvando, adulando e elaborando formas novas de louvor (*epainoúnta kai kolakeúonta kai trópus epáinon kainotérous epinoóúnta*). Há também os que querem ser admirados pela beleza e precisam ouvir que são uns Adônias e uns Jacintos, mesmo que algumas vezes tenham meio metro de nariz. (*Assalariados* 35)

O seu próprio pagamento são dois óbolos ou quatro – e, se você o pede, então parece intolerável e chato. Assim, para que você o receba, é preciso adular e suplicar (*kolakeutéos mèn autòs kai hiketeutéos*) – e ainda tratar bem o tesoureiro (este último com um outro tipo de trato!). É preciso não descuidar ainda do conselheiro e amigo. E o restante você já estava devendo a algum vendedor de roupas usadas, a algum médico ou algum sapateiro. Portanto, os presentes não são presentes e são inúteis para você. (*Assalariados*, 37-38)

Ora, é justamente a adulação que permite ampliar a contraposição entre “nós”, os gregos, e “eles”, os romanos, num processo que, no *Nigrino*, atinge seu ponto máximo, já que se faz através da contraposição da pólis, isto é, Roma, cruelmente caricaturada, com a outra pólis, bastante idealizada, Atenas. A primeira, segundo o filósofo grego Nigrino (de novo uma personagem referida apenas por Luciano, que é um filósofo platônico, tendo um nome latino), convém a

quem quer que ame a riqueza, pelo ouro se seduza, pela púrpura e pelo poder meça a felicidade, não tenha saboreado a liberdade (*ágeustos eleutherías*), seja inexperto na franqueza (*apeíratos parresías*), não tenha contemplado a verdade (*athéatos aletheías*), tendo sido de todo criado na adulação e servidão (*kolakeía tà pánta kai douleía sýntrophos*), quem quer que tenha voltado toda a alma para o prazer e decidiu consagrá-la só a ele, amigo das mesas refinadas, amigo de bebidas e dos prazeres de Afrodite, repleto de charlatanice, engano e mentira, ou quem quer que se alegre ouvindo cordas, cantarolas e cantos dissolutos – a esses então convém a vida aqui em Roma (*prépein tèn entaûtha diatribén*). (*Nigrino*, 15)

É importante destacar como, no meio dos outros costumes dissolutos, a adulação e a servidão têm um papel funcional: quem foi criado nelas e por elas é que, de fato, se adapta à vida romana, por desconhecer a liberdade, a franqueza e a verdade que, portanto, lhe são antagônicas. É certo que aos que se prestam ao papel de servos e adutores move o medo de se verem excluídos de riquezas e prazeres, bem como a esperança de gozar de um pouco do que a cidade oferece aos ricos. Assim, continua Nigrino, celebra-se uma espécie de pacto entre os grandes senhores e seus clientes, em que a adulação exerce papel preponderante. Após descrever como os ricos têm costumes ridiculamente afetados e se entregam à exibição de sua pompa, ele continua:

Muito mais ridículo do que estes são os seus próprios visitantes e cortejadores, levantando-se no meio da noite, correndo em círculos pela cidade e deixados à porta pelos criados, suportando ouvir que são cães, adutores e coisas que tais (*kýnes kai kólakes kai toiaûta*). Uma recompensa desse seu amargo percurso é aquele amargo jantar, causa de muitos males, no qual tantas coisas devorando, tantas coisas além do que é sensato bebendo, tantas coisas de que não precisariam tagarelando, vão embora finalmente, criticando, praguejando, acusando o jantar ou reprovando-lhe a insolência ou mesquinhez. (...) Eu, todavia, suponho que os adutores são muito mais perniciosos que os adulados (*poly tòn kolakeuoménon exolestérous toûs kólakas*) e, em certa medida, se apresentam como causa da arrogância destes: pois, quando lhes admiram o luxo, louvam o ouro, enchem os portais desde cedo e, aproximando-se, os saúdam como senhores (*despótas*), o que é razoável que pensem aqueles? (*Nigrino*, 22-23)

A descrição prossegue com um tópico bastante caro a Luciano, quando se trata de comentar as relações entre ricos e pobres: a riqueza dos primeiros não teria nenhum valor sem a admiração dos últimos – e é por isso que os abastados dependem dos que os bajulam. Todavia, mais ridícula ainda é a situação dos intelectuais que se submetem ao mesmo tipo de atitude e tratamento:

Homens comuns, que confessam abertamente sua falta de cultura (*apaidéusian*), fazerem isso, seria razoável julgar algo corriqueiro – mas que alguns dos que têm a pretensão de filosofar ajam de modo muito mais risível, isso é o mais terrível. Como pois você julga que minha alma fica quando vejo algum desses, sobretudo dos mais velhos, misturar-se à multidão dos adutores, escotar alguma pessoa importante e conviver com os que convidam para jantares, tornando-se mais assinalado e mais visível que os outros por causa de sua figura (*skhématos*)? O que mais me aflige é que não mudem de indumentária, mas representem o resto do drama do mesmo modo. (*Nigrino*, 24)

No contraponto, surge a imagem dos habitantes de Atenas como nutridos na pobreza e na filosofia, brandos no ensinar através do riso e da ironia. Atenas define-se como *eleuthéra pólis*, onde reina a liberdade, a frugalidade, a tranquilidade e a despreocupação. Nigrino pretende que “consoante à filosofia é o modo de vida junto deles, capaz de guardar um caráter puro; e, para um homem sério, ensinado a desprezar a riqueza, que prefere viver conforme o que por natureza é belo, a vida ali é a mais conveniente.” (Nigrino, 14) Sublinhe-se bem: há o que convém a Roma e o que convém a Atenas – as duas *póleis*, assim idealizadas, fazendo parte de um Império Romano que Luciano apresenta dividido em duas partes, provavelmente complementares. Tanto complementares, que Nigrino, filósofo grego, na boca do qual se põe a descrição das duas cidades, escolheu viver em Roma, segundo ele próprio, para pôr constantemente em teste suas convicções. Mais ainda: tanto complementares parecem ser essas duas partes no entender de Luciano que ele próprio quis representar sua “conversão” à filosofia, na maturidade, na cidade de Roma, não em Atenas, por obra do próprio discurso de Nigrino. Como é próprio da temática das duas cidades, uma não se constitui sem seu par e cada qual ganha sentido apenas no contraponto.

3. Os nós da gente

Não quero dizer com isso que Luciano tenha uma visão obtusa da complexidade do mundo em que vive. Com efeito, dedicando a maior parte de sua obra a “nós, os gregos”, é a estes que dirige preferencialmente sua crítica. Mas é preciso constatar que “eles, os romanos”, quando não são pintados como alheios às Musas, interessados só nos bens e gozos materiais, aparecem como crédulos que se deixam enganar com facilidade. Nessa última categoria se enquadraria Rutiliano, um bom homem, de caráter nobre, que se torna, inicialmente, um dos principais devotos de Alexandre de Abonotico, para acabar sogro do falso profeta. Narra Luciano:

Quando a fama do oráculo alcançou também a Itália e se abateu sobre a pólis dos romanos, não houve ninguém que ficasse quieto por lá: uns iam pessoalmente até o lugar, outros enviavam representantes, principalmente os mais poderosos e que tinham as mais altas dignidades em Roma. Destes, o primeiro e mais importante foi Rutiliano, um homem em tudo nobre e virtuoso, que exercera muitos cargos em Roma, mas, no que concerne aos deuses, muito doentio e crente em tudo de extraordinário que os envolvesse. Bastava ver uma pedra unguida ou coroada e logo estava caído diante dela, reverenciando-a, sucumbido por muito tempo, rogando e implorando-lhe o bem. Esse homem, então, escutando o que se dizia do oráculo, teve imediatamente necessidade de voar para Abonotico, abandonando o cargo que tinha nas mãos. Enviou mensageiros, uns após os outros. Os que mandara para lá, uns simples criados, voltaram iludidos com facilidade, contando o que viram e também, como se as tivessem visto, outras coisas de que apenas tinham ouvido falar – e ainda aumentavam tudo, a fim de conquistar maior estima de seu senhor. Assim, inflamaram o pobre velho e atiraram-no numa loucura fervorosa. (*Alexandre*, 30, tradução de Daniel Bretas)

Como Rutiliano, há inúmeros exemplos colhidos por Luciano entre “nós, os gregos”, na mesma medida em que estes é que povoam preferencialmente sua obra. O que chama a atenção, contudo, é que, quando ele põe em cena personagens tomadas do lado “romano”, não é para que exerçam a função crítica que empresta a caracteres gregos, a maioria dos quais ficcionais, como sobretudo o denominado Licino (talvez um pseudônimo de Luciano de feitura puramente grega).

Porque, finalmente, não se pode esquecer que o Império Romano de Luciano, sendo helenófono, não é o Império Romano de Luciano, nascido nos confins da Síria, na província de Comagena. Ele próprio se descreve, na *Dupla acusação*, chamando-se de retor sírio, como alguém bárbaro de língua (provavelmente sua língua materna teria sido o aramaico) que, falando grego com sotaque, dirigiu-se à Jônia, na juventude, a fim de receber a *paideia*. Assim, embora se tenha ele firmado pelo talento oratório e pelo desempenho sofisticado como parte de “nós, os gregos”, nunca se sentiu totalmente grego, ou pelo menos quis representar isso como parte de sua biografia literária. Acredito que a insistência nisso, na origem bárbara (pelo menos do ponto de vista linguístico, já que a Comagena já era província romana quando de seu nascimento, com um histórico de romanização, o que poderia em parte explicar o próprio fato de ele ter um nome latino) – acredito que essa insistência significa muito: no mínimo, determina um ponto de observação a partir do qual Luciano contempla seu tempo e sua cultura. É notável como, em sua obra, se encontra em processo a construção de imagens do outro, tanto o outro externo (como os citas Anácarsis e Tóxaris), quanto os outros internos (o retor sírio em face das instituições gregas, os gregos em face dos romanos). Talvez se devesse acrescentar, no caminho que vimos empreendendo, que o Império Romano de Luciano seria principalmente esse espaço que comporta em grau máximo diferentes alteridades.

É por comportar as alteridades que se movem em seu interior que Luciano pode afirmar, como faz em *Como se deve escrever a história*, que outra guerra só é possível “ou dos celtas contra os getas, ou dos hindus contra os bactrianos, pois contra nós ninguém ousaria lutar, estando já todos dominados”. Há o mundo externo, onde se encontram os celtas, getas, hindus e bactrianos, e há o espaço do Império, esse vasto “nós”, apresentado agora em seu poderio militar que a todos domina.

Acredito que *Como se deve escrever a história* constitui um texto privilegiado para a compreensão do Império Romano de Luciano, na medida em que não aborda Roma de um ponto de vista construído literariamente (como em *Nigrino* e *Assalariados*), mas parte de um grande evento – como sempre são as guerras – e uma guerra acontecida nos confins do Oriente, ou seja, em sua pátria, a menção a Samósata, no texto, e à sua naturalidade síria não devendo ser menosprezada. Ora, é provável que esta guerra tenha despertado a atenção de Luciano justamente por isso – e a vitória romana sem dúvida representou para ele e seus concidadãos uma tranquilizadora garantia de continuar a pertencer ao mundo romano. Por que então essa guerra o leva a produzir não um encômio, mas uma diatribe?

Eu ensaiaria responder assim: nesse vasto “nós” que abriga tantas alteridades, há algumas argamasas que dão consistência ao todo. As três principais são: o poder militar, que, como no caso da guerra contra os partos, protege as fronteiras e preserva o domínio sobre todos, contra o que Luciano não se manifesta, não reprovando, em momento algum, as campanhas de Lúcio Vero – numa certa medida considerando que se trata de um dado natural e esperado; o salário, que, se recebido por serviços prestados para a manutenção das instituições públicas, é nada menos que justo, pois até o Imperador, que paga a todos, recebe o seu tanto em glória; enfim, para o que se volta a sua crítica em diferentes esferas, a adulação, que parece ser o pecado capital do Império, pois perpassa todas as relações, tanto a dos grandes com os pobres, quanto as de “eles, os romanos” com “nós, os gregos”. Não é a outra coisa que se volta a crítica de *Como se deve escrever a história*: não contra os romanos que fizeram a guerra (e, dessa perspectiva, Luciano se inclui neste grande “nós, os romanos”), mas contra os historiadores gregos que, na Jônia e na Acaia (ou seja, contra “nós, os gregos”) se dedicam não propriamente a escrever a guerra, mas, como sempre, a adular os vencedores.

É por isso que, como insisti em meu comentário a essa obra, Luciano propõe uma escrita da história cujo conceito central é o de “história justa”, buscando como modelo quem ele considera o historiador por excelência, Tucídides, ou seja, elegendo, no patrimônio grego, um exemplo a ser seguido pelos historiadores que, em seu tempo, também escrevem em grego sobre o mundo a que pertencem, o mundo romano. A “história justa” é o contraponto da adulação, como ele próprio resume: “Assim, é preciso que também a história seja escrita com a verdade (*syn tōi aletheî*), visando à esperança futura, mais que com adulação (*syn kolakeíai*), visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tem você o cânon e o prumo de uma história justa (*historías dikáias*)” (*Como se deve escrever a história*, 63). Ainda que esse seja o ideal que se pretende, o que se constata é que a adulação é uma espécie de corolário inevitável do próprio poderio romano, imiscuindo-se em todas as esferas: por isso não há mais filósofos, retores e historiadores como antes (entenda-se, como na Atenas que se idealiza em contraposição a Roma), apenas aduladores que gravitam em torno dos poderosos, sobretudo do lado de “nós, os gregos”.

Para concluir, sem pretender reduzir a visão que Luciano tem do Império a um único aspecto, acredito que, talvez porque seja próprio de um escritor satírico superlativizar os vícios, o traço dominante que ele percebe a volta de si é o de um mundo movido a adulação – ao lado do qual, certamente, como contraponto, há o poder e o que o mantém, isto é, o que, de modo adequado, se move pelo salário, como justa recompensa. Não é certamente sobre esse segundo Império Romano que ele fala em *Como se deve escrever a história*, mas do Império dividido entre adulados e aduladores, que provê, por acréscimo, um critério para efetuar uma nova divisão, entre “eles, os romanos” e “nós, os gregos”.

6. A POLÍTICA DE NERO É A POLÍTICA DO IMPÉRIO?

Mariana Alves de Aguiar

Este texto apresenta uma reflexão a respeito da discussão historiográfica atual relativa à política imperial de Roma no Oriente, especialmente sob Nero. Nosso objetivo é analisar o relato dos *Anais* de Tácito, no que se refere à postura política de Nero na Armênia, e ao papel desempenhado por Corbulão, general responsável pela aplicação dessa política, assim como pela resolução do conflito entre os partos e romanos na disputa pelo controle do trono armênio. A partir disso, procuraremos perceber se a política adotada por Nero na Armênia é coerente com a política do império representada pela historiografia.

Entre os principais estudiosos da política romana no Oriente, da qual iremos tratar, estão Alain Gowing, Manson Hammond e Anthony A. Barrett. Essa historiografia faz referência à política do imperador Augusto como ponto de partida para se pensar as políticas romanas empregadas no Oriente posteriormente. Isso se justifica na medida em que a política de Augusto era relativa a um aspecto da dominação romana que fez uso de reis clientes e que teve continuidade com seus sucessores.

75

De acordo com *The Oxford Classical Dictionary*, o termo “reis clientes” é convencionalmente usado para designar os monarcas e outras autoridades não-romanos que estabeleciam relações com Roma, que eram ao mesmo tempo essencialmente harmoniosas e desiguais. Nessa definição podemos perceber que as relações se davam através da linguagem da amizade, sendo denominados *rex sociusque et amicus* (rei e aliado e amigo).¹

Nas fronteiras, os reis clientes eram reservas importantes de poder pessoal, recursos e conhecimento local. Esses reis deveriam atender às demandas de Roma, sem, contudo, pagar taxas regulares. Em troca, os reis clientes esperavam que Roma assegurasse suas posições e seu poder local. Eles estabeleciam sua interação com Roma através de relações pessoais com indivíduos e famílias romanas. Durante o Principado, esses laços pessoais eram continuamente multiplicados, contudo o imperador e sua família agora eram a maior fonte de patronagem para os reis clientes. Esta política foi utilizada por sucessores de Augusto como Tibério, Calígula, Cláudio e Nero.

Sobra a escolha desses reis-clientes é importante ressaltar que havia uma prática de enviar membros das aristocracias locais a Roma através de tratados de alianças ou voluntariamente para serem educados junto às casas romanas. Esses membros poderiam também se tornar reis clientes em algum reino aliado de Roma. A historiografia tende a denominar esses aristocratas como reféns ou hóspedes de Roma, mas optamos referenciá-los como aristocratas estrangeiros que residiram em Roma.

Vejamos então como a historiografia estuda essas relações durante o período imperial. Para tanto, ini-

1 HORNBLWER, S.; SPAWFORTH, A. (eds.). *The Oxford Classical Dictionary*. 3ed. New York: Oxford University Press, 1996, p. 348.

ciaremos a análise pelo estudo de Gowing.² Este autor ressalta que Tácito associou em sua narrativa uma relação entre o rei e o imperador que poderia acontecer direta ou indiretamente. A aparição desta relação se inicia no livro I dos *Anais*, mas não ganha o centro da história como se manifesta no livro II. Já no primeiro capítulo deste livro, Tácito fez referência a Vonones, aristocrata estrangeiro residente em Roma no período de Augusto e que fora enviado para assumir o trono dos partos. Esta relação de clientela pode ser claramente percebida nesta passagem:

Este rei era Vonones, que Frates havia enviado como refém a Augusto; porque, apesar de ter vencido os generais e exércitos romanos, mostrara sempre por aquele imperador muita veneração e respeito; e para mais consolidar a amizade, lhe havia mandado parte dos filhos, não porque de modo algum nos temesse, mas porque se não fiava bastante na fidelidade dos vassalos.³

Gowing percebe um padrão no modo como Tácito relata a presença dos reis clientes. Todos eles são apresentados pelas seguintes peculiaridades: “eram reféns de Roma e estavam neste império ou haviam permanecido um bom tempo nele, e que em seguida foram enviados para governar um reino que lhes era estrangeiro”.⁴ No caso, Vonones ilustra esse modelo durante o período de Augusto, contexto no qual esse tipo de política ficou conhecida. Durante o principado de Nero temos o exemplo do aristocrata residente em Roma, Tigranes V, que no decorrer do conflito foi escolhido por Nero para compor o trono da Armênia.

Contudo, essa generalização feita por Gowing com relação à aparição dos reis clientes nos *Anais* descarta a relação de clientela entre Roma e um reino sem que necessariamente o rei fosse residente em Roma ou tivesse passado algum tempo recebendo a educação junto a membros da aristocracia romana. Um exemplo claro disso está na cerimônia de desfecho do conflito da Armênia na qual Nero cria uma aliança com os partos por meio da coroação de Tiridates, irmão de Vologeso, como rei da Armênia. De certo, nesse episódio fora estabelecido uma relação de clientela, ainda que resultasse de um conflito com os partos.

O príncipe parto, falando então amplamente da nobreza da sua casa, rematou em tom mais modesto, dizendo: - que iria a Roma, e daria ao César uma glória inteiramente nova, qual era o ver diante de si humilhado um Arsácida que não tinha sido vencido. (*Anais*, XV, 29)

Essa passagem ilustra bem a postura política de Nero frente ao conflito pelo controle da Armênia. A resolução encontrada para essa guerra foi fazer uma aliança com os partos, na qual Tiridates poderia assumir o trono da Armênia desde que fosse fiel ao império. Nesse sentido, o estudo de Hammond propõe questões importantes para refletirmos a respeito dessa resolução para o conflito da Armênia.⁵

Primeiramente, Hammond faz referência à política de Augusto seguindo a ideia de Henderson da dominação Romana pela nominal suserania. Para Henderson, existem quatro tipos possíveis de dominação que Roma poderia ter sobre a Armênia: a completa rendição, a anexação da parte central da província, a real suserania romana, na qual um romano é nomeado ao trono e a política de nominal suserania, conforme foi adotada por Augusto e também por Nero, como vimos pelos exemplos de Vonones, de Tigranes V e de Tiridates.⁶

2 Tacitus and the client kings. *Transactions of the American Philological Association*, vol. 120, 1990, p. 315-31.

3 Tácito, *Anais*, II, 1. Tradução de CARVALHO, J. L. F. de. Clássicos Jackson, vol. 25. São Paulo: Editora Brasileira Ltda, 1952.

4 “In sum, Tacitus’ portraits of client kings throughout the *Annales* often follow an observable pattern: a royal hostage, who has been either raised at Rome or spent a good deal of time there, is dispatched to rule a country that for all intents and purposes is foreign to him” (GOWING, *op. cit.*, p. 322).

5 HAMMOND, M. Corbulo and Nero’s Eastern Policy. *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 45, 1934, p. 81-104.

6 HENDERSON, B. W. *The Life and Principate of the Emperor Nero*. London: Macmillan, 1903.

Hammond compartilha da idéia de Henderson segundo a qual a Armênia permaneceu fraca sob o período de Augusto e seus sucessores, sem grandes pressões vindas dos partos no sentido de colocar em risco o domínio romano. Por isso, a seu ver, os Armênios poderiam assentir com a terceira possibilidade de dominação, que era a da real suserania. Contudo, este autor coloca essa política como uma única condição de domínio possível para o governo de Nero. Funda sua interpretação em razão de que a ascensão de Vologeso no reino Parta se deu em 51 d.C. A partir disto, crescentemente ele se tornou uma ameaça para domínio romano da Armênia. Portanto, Hammond defende a política de nominal suserania como uma medida necessária para a proteção da Armênia e, portanto o recurso mais coerente a ser adotado por Nero como governante.

Durante o conflito com os partos podemos perceber que Nero se utiliza das duas formas possíveis o emprego de reis clientes. Uma delas residindo na nomeação de um aristocrata residente em Roma ao trono da Armênia e a outra a construção de uma aliança com o reino dos partas. Estas duas alternativas são representadas primeiramente por Tigranes V e, posteriormente, por Tiridates.

É importante ressaltar que Tácito demonstra que aristocratas estrangeiros residentes em Roma ao se tornarem reis clientes do Império, poderiam ter problemas de legitimidade para o exercício de seu poder junto a seus patrícios. Ainda que o rei fosse descendente da província que escolheram para governar, o longo tempo ausente e a educação recebida em Roma poderiam fazer mesmo um nativo da região parecer um estranho para sua gente. Podemos perceber isso em uma passagem dos *Anais* referente ao principado de Tibério. Os partos pedem que Roma envie Vonones para o governo da Pártia. Este Vonones fora mandado como refém a Roma pelo irmão Fraates IV, rei da Pártia, como uma demonstração de veneração e amizade por Augusto e, como dissemos anteriormente, quando nos referimos aos reis clientes que ficavam cativos na capital, este monarca recebeu uma educação junto às elites romanas. Contudo, com a morte de Fraates IV, Vonones volta para governar o reino parto e, como podemos verificar, enfrentou problemas uma vez que:

Os mesmos bárbaros o receberam muito satisfeitos; o que sempre costuma acontecer no principio de novos reinados: porém depois, já cobertos de vergonha, parecia-lhes, que os partos tinham degenerado, indo buscar um rei ao Ocidente, imbuído em todos os artifícios do inimigo; e que era o maior dos escândalos que o trono dos Arsácidas pudesse achar-se, e até conferir-se no meio das províncias romanas. De que lhes podia já valer a glória de ter morto Crasso, e afugentado Antonio, se um escravo do César, que por tantos anos havia sofrido a escravidão, vinha agora ser soberano dos partos? (*Anais*, II, 2)

Assim, a política de colocar um aristocrata que residira em Roma no trono de um reino não foi bem sucedida. Durante Nero, o envio de Tigranes V para ocupar o trono da Armênia também fracassou. A tentativa não prosperou primeiramente pelo fato de ele ter entrado no exercício do poder em um momento em que o conflito que originou seu envio, entre Romanos e partos, ainda não havia cessado e, depois, pelo fato de ser um estrangeiro para os partos que tinham interesse na região.

No entanto Vologeso rei dos partos, sabendo dos sucessos de Corbulão que em lugar de seu irmão Tiridates, expulso da Armênia, estava nomeado o estrangeiro Tigranes para ocupar este trono, desejava ir vingar esta injúria feita a majestade dos Ársácidas. (*Anais*, XV, 1)

Por outra razão houve relutância dos partos em grande parte do conflito, no caso de Tiridates, que era alguém ligado aos partos, em aceitar como condição ir a Roma pedir o trono a Nero e, portanto, tornar-se

um rei-cliente: “Nem Vologeso podia sofrer que seu irmão Tiridates fosse expulso de um reino que lhe havia dado, nem que o recebesse das mãos de uma potência estrangeira” (*Anais*, XIII, 34). Contudo, os Partos acabaram por ceder a aliança com Roma fazendo com que a Armênia se tornasse um reino cliente do império.

Outros reis clientes aparecem no relato dos *Anais* durante a campanha do general Corbulão na Armênia. O estudo de Barrett enfoca os reis que auxiliaram no conflito, Aristóbulo, Antioco, Agripa e Soemo.⁷ Os reinos destes reis faziam fronteira ao território da Armênia. Nesse aspecto, Barrett aplica o estudo de Henderson na qual afirma que esses reis foram recompensados pela concessão de parcelas da região da Armênia. Pode-se constatar pela narrativa dos *Anais* que houve mesmo concessões a dois desses reis, Agripa e Antioco:

Nero mandava completar as legiões do Oriente com todas as recrutas feitas nas províncias; e dava ordem para que as mesmas legiões se postassem perto da Armênia. Fazia saber os dois antigos reis Agripa e Antioco que tivessem os seus exércitos prontos para com eles entrarem nas fronteiras dos partos logo que a ocasião lhes parecesse favorável; e ao mesmo tempo que, para se passar o Eufrates, se formassem muitas pontes. Deu também com os títulos e as insignias reais a Armênia menor a Aristóbulo e a província de Sofene a Soemo. (*Anais*, XIII, 7)

Não resta dúvida de que esses reis clientes deram certo suporte aos romanos no conflito pelo controle da região Armênia. Contudo, resta averiguar nesse caso o quanto esse auxílio dos reis clientes foi importante para os romanos, já que Tácito, apesar de mencionar esse apoio, não enfatiza tanto esse fator para a análise do conflito. Barrett afirma que muitas vezes Tácito omite fatos relativos ao conflito e até mesmo alguns reis, como Soemo. Por essa razão Barrett defende que se deve ter uma grande atenção para a questão desses reis na narrativa de Tácito. Na verdade, o aspecto de grande destaque e relevância inserido na narrativa fora a campanha do general Domício Corbulão. Este general é colocado por Tácito como o responsável para resolução do conflito na Armênia.

Nesse sentido, resta indagar qual fora o propósito de Tácito ao enfatizar a campanha de Corbulão em sua narrativa, e, também, por qual razão ela teria dado menor atenção ao auxílio prestado pelos reis clientes no conflito. Poderia Corbulão ser um instrumento utilizado por Tácito na narrativa dos *Anais*, já que ao engrandecer o general conseqüentemente rebaixava a imagem do Imperado Nero? Essa é uma hipótese de relevância para este trabalho.

Barrett percebe certas omissões de Tácito com relação a acontecimentos importantes na campanha de Corbulão junto à Armênia. E, dessa forma, coloca em dúvida se Tácito desconhecía tais acontecimentos ou se não seriam adequados para o modo pelo qual queria compor a narrativa dos *Anais*. Uma dessas omissões é a do rei-cliente Palemo, o qual, segundo Barrett, em Tácito não merece em parte alguma a descrição de sua participação no conflito em torno da Armênia. Se considerarmos que Tácito sabia do auxílio deste rei, de certo que, ao ter omitido este acontecimento em sua narrativa, tem-se a impressão na leitura que o mérito total do conflito da Armênia ficou consagrado a Corbulão.

Contudo, não podemos esquecer que a campanha do general Corbulão ocorreu de acordo com as decisões políticas tomadas por Nero para a resolução do conflito na Armênia. Podemos perceber que as relações com os reis-clientes fizeram-se presentes durante todo o conflito, assim como para o desfecho com

⁷ BARRETT, A. *Annals* 14.26 and the Armenian Settlement of A. D. 60. *The Classical Quarterly*, vol. 29, 1979, p. 465-69.

a coroação de Tiridates. Portanto, a política adotada por Nero no conflito da Armênia foi coerente com a política do Império no sentido da utilização de reis-clientes como forma de manter o controle territorial e político do Império. É indiscutível que essa política adotada por Nero, através da celebração de acordos com os diversos interessados na região, fora responsável por 50 anos de paz no Oriente. A questão da Armênia voltou a se tornar conflituosa apenas durante o período do imperador Trajano. Essa foi a época na qual Tácito escreveu a maior parte dos seus livros, dentre eles aqueles que compõem os *Anais*. Por essa razão, para se pensar na política oriental de Nero e na campanha de Corbulão na Armênia, considera-se tanto o propósito pelo qual Tácito escrevera os *Anais* assim como também as razões pelas quais dera ênfase à questão da Armênia.

Resulta assim que a política do Império Romano com relação a seus reis-clientes não é só o resultado das interações concretas estabelecidas entre o Imperador e estes monarcas, ou entre aristocratas de diferentes proveniências e os apoiadores que tenham conquistado ao longo de sua permanência em Roma e que poderia levar a sua elevação de rei-cliente. A visão que temos deste aspecto da história imperial romana está claramente em relação com as representações que as fontes construíram dos eventos que estudamos. Neste caso específico, pensar a política de Nero para a Armênia através da leitura dos *Anais* é um exercício que necessariamente implica em considerar em paralelo os cenários dos principados de Augusto, Nero, e Trajano.

7. OS ROMANOS, O DIREITO, A IMAGEM E A MORTE

Paulo Martins

Minha tarefa com esse texto é responder a seguinte indagação que me foi proposta: “Qual é a imagem de Império Romano que temos?”. O interessante da pergunta é justamente a impossibilidade de resposta, já que o termo “imagem” e sua especificação “que temos” são tão amplos que impedem a existência de uma única resposta; ao contrário, abrem múltiplo leque de alternativas. Entretanto, tentarei responder tendo em vista mais uma delimitação que me parece essencial, para não dizer, existencial, e apostarei numa metáfora para tanto: a da morte. Explico.

Se entendermos que o passado é morte, uma vez que quaisquer integralidades físicas estão ausentes, pois, afinal o que dele nos resta são apenas fragmentos, segmentos, vestígios do pretérito, e, no caso de Roma, textos apartados de seus agentes e sua audiência; cacos de cerâmica de vasos de toda ordem separados de seus conteúdos e de seus utilizadores; colunas decapitadas de edifícios arruinados; *tesserae* dissociadas do todo, mosaicos expostos em salas de museus abandonados; máscaras mortuárias, retratos, hermas e estátuas de pessoas hoje anônimas, mas, seguramente, singulares aos seus e de membros insignes da sociedade romana representados pública e privadamente, então o que nos restou efetivamente são ossos, corpos, cadáveres, matéria humana decomposta, rastros do passado, ruínas arruinadas pelo impiedoso tempo sobre as quais se debruçam nas bibliotecas e nos museus, plenos de ácaros, letrados e historiadores que cismam desvendar seus mistérios. E ainda assim conseguimos ter alguma imagem da Roma – já morta – e dela extrairmos algum conhecimento, na mesma medida que os romanos também aprendiam com a morte.

Se tivermos como razoável esta premissa, que nós e os romanos tiramos da “indesejável das gentes” algo de aprendizado, então devemos entender que a imagem do que foi, a despeito de disperso, fragmentário ou vestigial, é um excepcional ponto de partida para compreensão de certos elementos representativos e representáveis de uma sociedade, notadamente a romana antiga dos séculos I a.C. e I d.C.

Começamos então pelo sentido da morte entre esses antigos. Na verdade, é certo que ela sempre foi valorizada dentro desse universo mediterrâneo greco-romano¹ o que, não é de se estranhar já que o heróico, apesar de ser, não rara vez, franqueado à literatura – e Homero e Virgílio são fontes importantes, mas não as únicas, afinal Ênio e Lucano dão contornos diferenciados ao épico e à morte do herói – sempre esteve no seio das civilizações mediterrâneas.

1 Cf. VERNANT, J.-P. A bela morte e o cadáver ultrajado. *Discurso*, 9, 1979, p. 31: “Para aqueles que a *Iliada* chama *ánères* (*ándres*), os homens na plenitude de sua natureza viril, ao mesmo tempo machos e corajosos, existe um modo de morrer em combate, na flor da idade, que confere ao guerreiro defunto, como o faria uma iniciação, aquele conjunto de qualidades, prestígios, valores, pelos quais, durante toda a sua vida, a nata dos *áristoi*, dos melhores, entra em competição. Esta “bela morte”, *kalòs thánatos*, para lhe dar o nome com que a designam as orações fúnebres atenienses (2), faz aparecer, à maneira de um revelador, na pessoa do guerreiro caído na batalha, a eminente qualidade de *anèr agathós* (3), homem valoroso, homem devotado. Para quem pagou com sua vida a recusa da desonra no combate, da vergonhosa covardia, ela assegura um renome indefectível. A bela morte também é a morte gloriosa, *eukleès thanatós*. Ela eleva o guerreiro desaparecido ao estado de glória por toda a duração dos tempos vindouros; e o fulgor dessa celebridade, *kléos*, que adere doravante a seu nome e à sua pessoa, representa o termo último da honra, seu extremo ápice, a *aretè* realizada. Graças à bela morte, a excelência, *aretè*, deixa de ter que se medir sem-fim com outrem, de ter que se pôr à prova pelo confronto. Ela se realiza de vez e para sempre no feito que põe fim à vida do herói.”

Além disso, podemos observar que os padrões éticos/comportamentais que são transmitidos ancestralmente pelo e ao corpo social, têm no gênero épico o modelo de virtude e de excelência que é relevante e que deve ser seguido. Tanto isso é verdade que entre as categorias retóricas do discurso epidítico/demonstrativo elas, a excelência e a virtude, são essenciais. Ninguém há de negar a importância da ἀρετή homérica ou a *uirtus* virgiliana como pontos de partida a fim de estabelecer critérios de comportamento que balizam uma moral romana e consequentemente as categorias retóricas de louvor e de vitupério, matizadas, pois, por virtudes e vícios. É interessante pensar também que as categorias éticas elevadas mantêm estreita relação com a acepção de *uirtus* em latim e a de ἀνδρεία² em grego naquilo que esses termos se associam a uma conduta civil que deve ser valorizada como *exempla*, inicialmente por uma nobreza, perpassando uma estrutura hierarquizada militar e, por extensão, atingindo toda a sociedade.

Proponho então que, centrados na morte, os romanos, ou pelo menos, os nobres romanos, em seu sentido amplo, entre os séculos I a.C. e I d.C., a partir de uma performance notadamente retórica, transformam o fim da vida em rito civil no qual as imagens dos mortos são louvadas, impondo substituição do corpo vivo/morto por *repraesentationes* materiais que recolocam o morto entre vivos o que, por contigüidade, também é uma forma possível de vida, a da memória. Assim os descendentes aprendem com o *post mortem*, logo aprendem com a morte. O aprendizado com ela gera não só rito civil, como também, direito, *ius*, organizando, pois, há vida depois da morte de acordo com os preceitos dos civis vivos.

Mais do que um aprendizado com a morte, os bens da *domus*, associados a ela mesma – incluímos aí as *effigies* em cera dos antepassados, os *spolia*, os *stemmata* e até mesmo, suvenires de triunfos – constituem bens de memória coletiva não só da *gens*, mas dessa sociedade;³ já que em certos casos de condenação judicial de nobres, temos a *damnatio memoriae* cuja prática previa a derrubada da *domus* como forma de exclusão do cidadão condenado aos olhos da cidade.⁴

Tal momento, o da morte, ou melhor, o do rito mortuário é singularmente descrito por Propércio 2,13:

accipe quae serues funeris acta mei.
nec mea tunc longa spatietur imagine pompa,
nec tuba sit fati vana querela mei;
nec mihi tunc fulcro sternatur lectus eburno,
nec sit in Attalico mors mea nixa toro.
desit odoriferis ordo mihi lancibus, adsint
plebei paruae funeris exsequiae.
sat mea, sat magnast, si tres sint pompa libelli,
quos ego Persephoniae maxima dona feram.

2 É importante dizer que *uirtus* e ἀνδρεία são valores diretamente ligados à figura de coragem masculina, já que em *uirtus* temos a base *uir-* e em ἀνδρεία temos também a base *andr-*. Vale aqui lembrar a etimologia da palavra *uirtus*, cognata de *uir*, -i, qualidade inata ao homem viril e próxima do conceito grego de ἀνδρεία, homericamente utilizada. Qualidade típica de homens superiores, o que é propriamente adequado e decoroso aos homens que não são como nós, são ἀρισθός, superlativo de ἀγαθός, cuja substantivação é a ἀρετή. (MARTINS, P. *Imagem e Poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto* (44 a.C. - 14d.C.) (1 ed.). São Paulo: FFLCH/USP - Tese de doutorado, 2003, p. 35)

3 Para a questão da memória artificial, observada retoricamente Cf. QUINTILIANO, 11.2.19-22 (*Institutio Oratoria*. Vol. I-IV. (Trad. H. E. Butler). Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1920).

4 BAROIN, C. La maison romaine comme image et lieu de mémoire. In: DUPONT, F; AUVRAY-ASSAYAS, C. (eds.), *Images Romaines*. Actes de la table ronde organisée à l'École Normale Supérieure, Paris. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1998, p. 178.

Seja quando for que a morte me feche os olhos,
 Observa que atos debes encomendar ao meu funeral.
 Que, então, o cortejo de imagem não se estenda longo,
 Tampouco a tuba não seja vã queixa de meu fado; -20
 Nem meu leito seja posto, lá, em pés de marfim,
 Nem meu corpo esteja inclinado em atálico leito,
 Que a fileira de bandejas odoríferas me falte,
 Mas me venham simples exéquias de um funeral plebeu.
 Me é bastante, me é maior, se no meu cortejo houver três livros, -25
 Os quais eu levarei, os maiores presentes à Perséfone.⁵

Alguns dados singulares devem ser observados nesses dísticos elegíacos, mas o principal deles é aquele que estabelece a relação entre a extensão e tipo de funeral com aquilo que não é plebeu, limitando a dimensão apequenada e simples desse funeral em relação àqueles que a “aristocracia” romana teria: *adsint plebei paruae funeris exsequiae*. O contraponto, portanto, entre a *parua exsequia* e a *longa pompa* é determinado pelo termo: plebe. Ele se encaixa perfeitamente à primeira expressão, mas inadequada à segunda em que se valoriza: a “disposição de imagens”, a presença de incensos e de óleos odoríferos e de esquifes com pés de ouro e de marfim.

Esses dados podem referir-se a uma contemporaneidade do universo augustano, portanto algo comum ao período a que nos propusermos a tratar da morte, dos ritos funerais e de Roma. Valorizar o fim da vida metaforicamente significa atribuir-lhe importância material e imaterial, mesmo no momento em que nada mais há. Vale dizer que essa informação é corroborada por Cícero, Salústio e Políbio, o que amplia a base documental e inclui também a possibilidade de um direito regulador para a utilização das *imagines* durante os funerais não plebeus.

Assim, apesar das considerações e reconsiderações, limitações e delimitações acerca da existência e aplicabilidade da expressão latina *ius imaginum*, sob o ponto de vista filológico e/ou histórico, ora confirmando sua existência como possibilidade limitada de acordo com as ocorrências do termo em Cícero,⁶ ora atribuindo criação de tal instituto legal a estudiosos do século XVI como Carolus Sigonius⁷ (em 1560), fato é que o direito de uso das imagens privada e/ou publicamente não era assegurado a todos pelo menos até meados

5 Tradução nossa.

6 In Verrem, 2, 5,14,36 *Nunc sum designatus aedilis; habeo rationem quid a populo Romano acceperim; mihi ludos sanctissimos maxima cum cura et caerimonia Cereris, Libero, Liberaeque faciundos, mihi* [2.5.36] *Floram matrem populo plebique Romanae ludorum celebritate placandam, mihi ludos antiquissimos, qui primi Romani appellati sunt, cum dignitate maxima et religione Iovi, Iunoni, Minervaeque esse faciundos, mihi sacrarum aedium procurationem, mihi totam urbem tuendam esse* [2.5.36] *commissam; ob earum rerum laborem et sollicitudinem fructus illos datos, antiquiorem in senatu sententiae dicendae locum, togam praetextam, sellam curulem, ius imaginis ad* [2.5.37.1] *memoriam posteritatemque prodendae*. Agora fui eleito edil e tenho consideração pelo que recebi do povo romano: Devo realizar, com maior cuidado e cerimônia, sacros jogos de Ceres, Liber e Libera. Devo tornar propícia mãe Flora ao povo e à plebe romana com a solenidade dos jogos, eu devo, com a maior dignidade e reverência a Júpiter, Juno e Minerva, promover os jogos mais antigos que foram os primeiros a ser chamados “romanos”; devo cuidar dos edifícios sagrados, devo não tirar os olhos de toda cidade a ser preservada, por causa do trabalho e da solicitude desses eventos, vantagens algumas são concedidas como a de proferir antecipadamente no senado discursos, a de usar toga praetexta (branca debruada de púrpura), a de possuir cadeira curul e direito de legar imagem à memória e aos pósteros. *Pro Rabirio Postumo*, 17, 2: *imago ipsa ad posteritatis memoriam prodita; De Lege Agr. 2,1,1: Est hoc in more positum, Quirites, institutoque maiorum, ut ei qui beneficio vestro imagines familiae suae consecuti sunt eam primam habeant contionem, qua gratiam benefici vestri cum suorum laude coniungant.*

7 SIGONIUS, Carolus. *De Antiquo Iure Italiae Libris Tres*. Venice: Jordanum Ziletum, 1560.

do século I,⁸ ou, pelo menos, podemos supor que, se disseminado fosse esse direito a todos, seguramente o seu uso em funerais públicos era limitado a poucos. Assim partimos das premissas: 1) Se não existe uma lei que regule o uso das imagens, certamente há esse costume entre os patrícios, ou pelo menos, entre os não plebeus; 2) O fato de possuir a imagem, não significa que ela pudesse ser usada em cortejos fúnebres (*pompa*) como ocorre entre os patrícios. Assim, podemos dizer que o direito de imagens (*ius imaginum*) ou o direito de imagem (*ius imaginis*) como diz Cícero n' *As Verrinas*, no Império Romano, além de normatizar, sob o aspecto civil, os funerais patrícios ou nobres em seu sentido mais amplo em Roma, associava três questões importantes que devem ser ponderadas: A primeira diz respeito ao rito funeral, os *funera gentilicia*. A segunda concerne à construção e constituição do retrato⁹ que, a partir da República, passa a levar em consideração o conceito de *similitudo* entre a *repraesentatio*/ a *imago*/ a *effigies*/ a figura e o modelo, o morto. E a terceira que impõe o limite entre o público e o privado, tendo em vista certa prática discursiva e a imagética.

Se imaginarmos a diferença de elocução entre aquilo que é público e aquilo que é privado, o rito em que se apresenta a imagem e se efetiva o discurso de homenagem ao morto, observaremos transgressão da elocução pelo simples deslocamento da imagem da *domus* – do *columbarium* (figura 1) ou do *atrium* – ao *forum*, junto aos *rostra*.



Figura 1 - Columbarium II, Vigna Codini, Via Latina, Roma – Itália.¹⁰

Sob a perspectiva das imagens não verbais, das representações imagéticas, o primeiro ponto que devemos observar é a possibilidade de resgate de passado na cultura romana. É certo que, entre os ritos mais

8 FLOWER, H. I. *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 53: “No investigation of Roman images could be complete without considering the vexed question of the so-called *ius imaginum* and legal status of ancestor masks. For Mommsen the whole position of a nobilis rested on an official *ius imaginum* which he gained with curule office. According to his view, there was a law which granted any man who had reached the office of *aedile* the official rank of ‘nobilis’ and the right to have an *imago* of himself displayed after his death. His whole family would be ennobled by his status as magistrate, and this status was represented by his *imago*. This long accepted definition met a challenge from Gelzer’s demonstration that in late Republic *nobilis* was almost without exception applied to descendants of consuls only, Zadocks, echoing Lessing, argued that the term *ius imaginum* was an investigation of sixteenth-century scholars without sufficient warrant in the ancient sources. In her view no such law existed in antiquity. The more recent reassertion of Mommsen’s position by Brunt has met with scepticism and rebuttal. The time has come for a reassessment, especially in light of the new evidence from the *S.C. de Cn. Pisone patre*.”

At the outset the term *ius imaginum* needs to be recognized as creation of modern scholars. Zadocks traced its origin to Carolus Sigonius’ work in 1560. Its use has led to formulation of a number of false theories about *imagines* and status of Roman office-holders (*nobiles*). Most importantly, the whole expression is misleading because the plural of *imago*, in a phrase unsupported by ancient usage, suggests a law applying to many portraits, whether of ancestors or not. There is no reliable ancient evidence that such a general law about ancestor portraits ever existed in Rome. This term should really no longer be used, even as a convenient shorthand in discussion of earlier views.”

9 it. *Ritratto*, “imagem ou figura humana semelhante a uma coisa ou a uma pessoa”. Devemos aqui consignar que, apesar do anacronismo do termo, ele corresponde perfeitamente àquilo que essas *imagines* no universo romano representavam. Etimologicamente: o prefixo *re-* que imprime à base da palavra a noção de repetição e a própria base “-trato” cuja origem está verbo *traho, ere, traxi, tractum* do latim que significa colocar, levar.

10 ANDERSON, M. L.; NISTA, L. *Roman Portraits in Context*. Roma: De Luca Edizioni d’Arte, 1988.

antigos de que se tem notícia nessa época, o culto aos antepassados ocupa lugar importante, e devia ser celebrado no ambiente da *domus*, junto aos *manes*, no *columbarium*, numa conjunção, absolutamente valorizada, entre corpo e alma.¹¹ Afinal, se, de um lado, o corpo em si mesmo já não mais existe, de outro lado, entretanto o *mortuus absens* está em *imago praesens*.

Esse conceito pode ser facilmente relacionado à idéia de *monumentum* proposta por Jacques Le Goff em verbete homônimo na *Enciclopédia Einaudi*. Diz o historiador:

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta huius ordinis* [Filípicas, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

O *monumento* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.¹²

As imagens ancestrais, portanto, podem ocupar as duas nuances/acepções propostas por Le Goff, pois são, de um lado, obras comemorativas, de outro lado, perpetuam, monumentos funerários que são, o resultado do ato de recordar: a recordação, a memória.

Essa reposição da imagem do morto, entretanto, já começa nos momentos anteriores à morte, pois é notável a metáfora da vida como representação cujo final deve ser reverenciado pelo aplauso e/ou pelo choro – a *conclamatio*.¹³ Na *Vida de Divino Augusto* de Suetônio (99), temos:

Supremo die identidem exquirens, an iam de se tumultus foris esset, petito speculo capillum sibi comi ac malas labantes corrigi praecepit et admissos amicos percontatus, equid iis uideretur mi[ni]mum uitae commode transegisse, adiecit et clausulam:

*ἐπεὶ δὲ πάνν κα<λ>ῶς πέπαισται, δότε κρότον
καὶ πάντες ἡμᾶς μετὰ χαρᾶς προπέμψατε.*

No último dia perguntou se já havia lá fora agitação, pediu um espelho para compor o cabelo e corrigir o rosto, que estava caído; depois, fazendo entrar os amigos, perguntou ‘se lhes parecia que tinha representado bem até ao final a comédia da vida’, juntando o fecho habitual: ...pois se acaso/ vos agradou a peça, batei palmas,/ juntos manifestai vossa alegria.¹⁴

11 SALÚSTIO. *Guerra de Jugurta*. Trad. A. Mendonça. Petrópolis: Vozes, 1990, p. 97.

12 LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, p. 535-6.

13 SALLES, C. *L'Antiquité Romaine*. Paris: Larrousse, 2000, p. 363.

14 SUETÔNIO. *O Divino Augusto*. Trad. Agostinho da Silva. Lisboa: Livros Horizonte, 1975, p. 89. Texto latino em SUETONIUS. *The Lives of the Caesars*. Vol I. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1920. (Loeb Classical Library)

O momento que segue a *conclamatio*, o momento, portanto, da morte, cerca-se de inúmeros procedimentos funerários que estendem a *repraesentatio* ao ponto *post mortem* – confirmação do argumento de uma simbiose, que podemos predicar como diferenciada,¹⁵ já que ocorre entre o corpo e a alma da mesma pessoa. Nesse momento, por sua vez, era feita a máscara de cera,¹⁶ na qual se tinha a imitação/impressão (*figura/effigies*) da feição do morto, para que, muita vez, a partir dessa, fosse elaborada uma representação mais duradoura em mármore, bronze ou terracota. Contudo, duas possibilidades havia nesse momento.

A primeira, se o retrato fosse exposto fora da *domus* (uma *imago publica*,¹⁷ portanto), ela devia e/ou podia sofrer correção, nesse sentido, a peça estava sujeita à intervenção da *téchne* (τήχνη) do artista, de seu talento ou *ingenium* de acordo com os padrões de belo (*καλός*) daquela sociedade que a observa, ou melhor, de acordo com o *decoro* que já estava estabelecido *a priori*. Tal interferência ou sobreposição da *ars/téchne* (τήχνη) sobre a *phýsis* (φύσις)/natureza indica a função argumentativa da imagem, tendo em vista a finalidade do discurso não-verbal. A elocução, assim, é posta à vista da assistência, suas virtudes em todos seus níveis são observadas com a função de embelezamento do privado em relação ao público: a *uirtus* de compreensibilidade (*perspicuitas*), a de decoro (*aptum*), a de ornato (*ornatus*) e a de pureza (*puritas* ou *latinitas*) são obedecidas a fim de que o projeto imagético não verbal logre êxito argumentativo. Pode-se dizer, portanto, que nesse tipo de discurso não verbal a *elocutio* apresenta funções de *inuentio*, pois que assume suas “responsabilidades” em certa e restrita medida.

Por exemplo, a imagem de Augusto (figura 2), elaborada após sua morte, revela essa super-hierarquização da elocução como fulcro argumentativo em chave de amplificação em que um morto de noventa anos aparenta mais vigor, beleza e altivez do que possuía em sua mais tenra juventude:

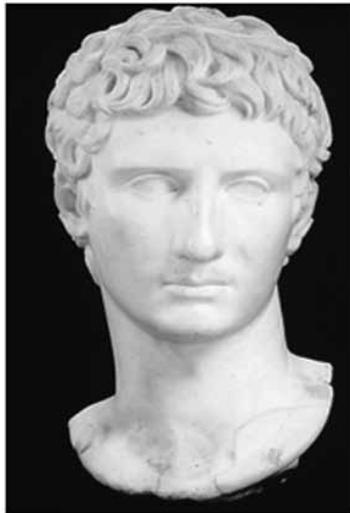


Figura 2 - Augusto *post mortem* (oficial ou público) MFA, Boston - 99.344.¹⁸

15 Digo simbiose diferenciada, pois não estamos diante de elementos distintos que mantém uma correlação de vida, biologicamente pensada, mas uma correlação entre a alma do morto e a vida produzida por uma imagem que está sendo recolocada e (re)apresentada por uma segunda pessoa, o artífice, o técnico.

16 GINZBURG, C. Representação. A palavra, a idéia, a coisa. In: GINZBURG, C. *Olhos de Madeira*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 85.

17 Bandinelli também chamará de oficial.

18 MARTINS, P. *Imagem e Poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto (44 a.C. - 14d.C.)* (1 ed.). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2003, p. 185.

A segunda possibilidade de continuidade de vida após a morte que o direito de imagem possibilita é o do uso mera e exclusivamente privado da própria *persona*, como forma de reverência do grupo social ao seu membro insigne. As gerações futuras verão no exemplo, no paradigma desse patriarca, não as qualidades físicas de potência e força, mas um escopo moral e ético a ser seguido pelos jovens, tendo em vista, por exemplo, o *mos maiorum*, observado em valores como: a *fides*, a *pietas*, a *religio*, a *disciplina*, a *grauitas et constantia*, a *uirtus* e a *dignitas et auctoritas*. Assim a *repraesentatio*, simplesmente, se limitava ao uso do próprio molde no intuito de ser celebrado junto aos demais ancestrais da *gens* a que o defunto pertencia. Lembremos ainda que tais valores encontram claro contato com aspectos significativos da *uirtus* romana e da ἀνδρεία grega.

Para que entendamos os aspectos físicos desse molde, podemos observar, por exemplo, uma imagem em que os aspectos cadavéricos ficam claros:



Figura 3 - Retrato derivado de uma máscara mortuária. Paris, Louvre.¹⁹

Tal *imago* parece-nos distante da representação com cuja beleza devemos nos comprazer ou deleitar ou fruir (*delectare* ou *dulce*), mas, muito próxima de uma ausência anímica a que devemos ter reverência ou vênua; temor ou consideração em chave educativa, logo associada ao docere discursivo, logo ao *utile*. Afinal, ao observá-la não há como não pensar que esta é o fim que cabe a todos nós. Podemos, portanto, concluir preliminarmente que a interferência retórica sobre a imagem rivaliza/emula com a natureza, com a *phýsis* (φύσις)/a *natura*. Vale dizer que para esses romanos, “a *imago* era considerada equivalente dos ossos, porque se acreditava que uma e outros eram uma parte com respeito ao todo, o corpo”,²⁰ diz Ginzburg.

Podemos também observar um mesmo objeto operado com ou sem auxílio da *téchne*:

¹⁹ BANDINELLI, R. B. Roma. *L'Arte Romana nel Centro del Potere*. Milano: Biblioteca Universale Rizzoli, 1988, p. 92.

²⁰ GINZBURG, C., *op. cit.*, p. 91.

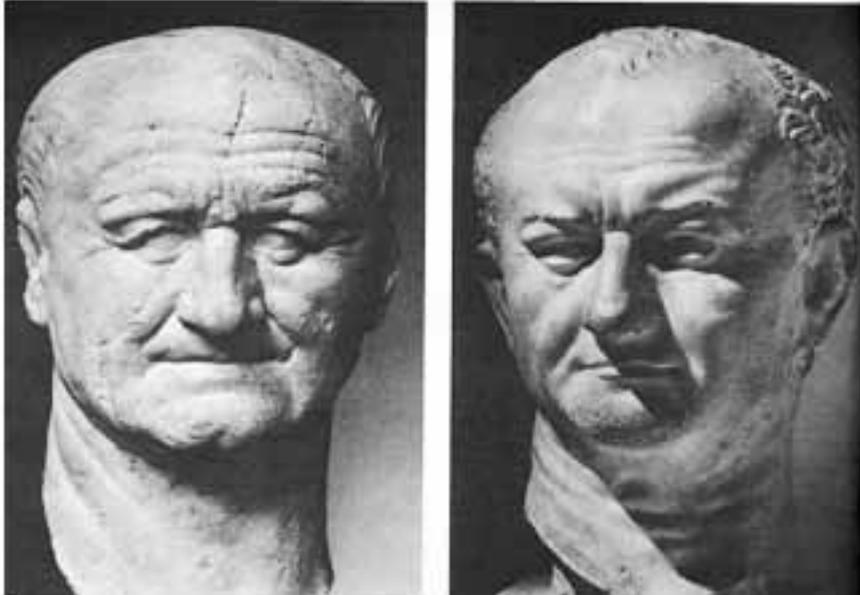


Figura 4a²¹ - Vespasiano (retrato privado), Copenhagen, Gliptoteca Ny Carlsberg e 4b Vespasiano (retrato oficial), Museu Nacional, Roma (primeira versão).

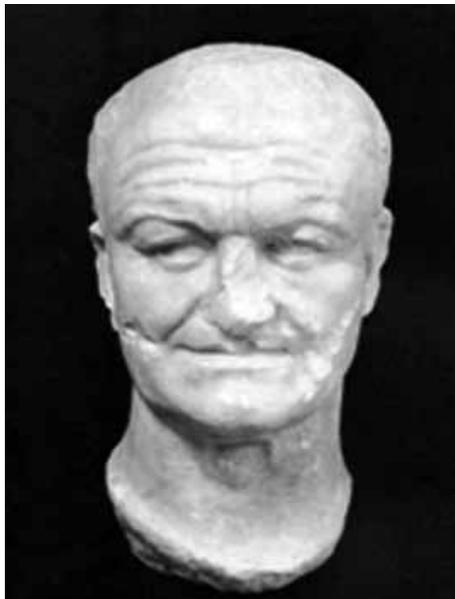


Figura 5 - Vespasiano do Museu Nacional Romano (segunda versão).²²

21 BANDINELLI, R. B., *op. cit.*, p. 212.

22 ANDERSON, M. L.; NISTA, L. *op. cit.*, p. 23. Observar que esta versão do retrato de Vespasiano pertence ao tipo representado pelo da coleção Ny Carlsberg. Assim temos ambos lado a lado em contrapartida ao da versão 1 do Museu Nacional de Roma.

Vespasiano, nas figuras 4a e 5, se nos é apresentado indecorosamente, já que para nós apenas nos serviria aquele da figura 4b: altivo nobre, corajoso, poderoso e forte, diferente, portanto, do segundo e o terceiro, apenas decoroso aos seus familiares: suave, amigo e até mesmo simpático, quem sabe?²³

Assim, é digno de lembrança que esse ritual (*religio*) mortuário tem, em toda sua extensão, o fulcro de recolocar a presença e, portanto, eliminar a ausência do morto em seu ambiente mais íntimo, fazendo com que sua memória, traço anímico, represente a presença física para aquele grupo. O passado da *gens* mantinha-se vivo, e a cada morte esse se tornava mais forte e presente, ao invés de enfraquecer com a perda de um de seus membros. Assim a história do grupo se amplificava, com o acúmulo de imagens insígnies daqueles que dela participaram no passado e a sintetizavam no presente.

Tal acúmulo produz efeito de sentido interessante, pois quanto mais mortos e imagens havia, paradoxalmente, mais poder se alcançava dentro da estrutura civil e política, isto é, aquilo que pode ser tomado como minimização do poder do grupo com a morte, o torna mais forte por conta da amplificação do passado e da estirpe, assim, coadunando-se a prática civil com o preceito retórico-ético – como vimos – no qual se observa o uso da categoria “estirpe” a fim de que se louve ou vitupere, no epidítico, afinal prescreve, preceitua a *Retórica a Herênio* (III, 10):

Nunc ad demonstrativum genus causae transeamus. Quoniam haec causa dividitur in laudem et vituperationem, quibus ex rebus laudem constituerimus, ex contrariis rebus erit vituperatio comparata. Laus igitur potest esse rerum externarum, corporis, animi.

Rerum externarum sunt ea, quae casu aut fortuna secunda aut adversa accidere possunt: genus, educatio, divitiae, potestates, gloriae, civitas, amicitiae, et quae huiusmodi sunt et quae his contraria.

Passemos agora ao gênero demonstrativo. Como causas desse gênero se dividem em elogio e vitupério, o vitupério será obtido com tópicos contrários àqueles que usarmos para compor o elogio. O elogio, então, pode ser das coisas externas, do corpo e do ânimo”.

“Coisas externas são aquelas que podem acontecer por obra do acaso ou da fortuna, favorável ou adversa: **ascendência**, educação, riqueza, poder, glória, cidadania, amizades, enfim, coisas dessa ordem e seus contrários.²⁴

Esse tipo de *repraesentatio*, que, antes de tudo, se liga à esfera privada, ecoa, de forma *sui generis*, na pública, uma vez que a partir dessas representações familiares se produz certa gama de imagens que extrapola os muros da *domus* e atinge, de chofre, o poder político, conseqüentemente, a esfera pública. Podemos dizer, assim, que a imagem migra para o espaço público, produzindo certa inadequação ou falta de decoro, pois simplesmente é-lhe pregada uma essência que não pertencente à sua esfera de circulação, digamos.

Isso se confirma, pois que o direito de cultivar imagens e fazê-las circular é restrito aos nobres e apenas eles detêm o *ius imaginum* e, como corolário, a possibilidade de realizar os *gentilicia funera*. O termo *ius*

23 “Già per il primo degli imperatori Flavii, Vespasiano, abbiamo, nella serie dei suoi ritratti, una ripresa di modi pre-augustèi, oltre all’esempio piú evidente di una netta distinzione fra ritratto privato e funerari e ritratto ufficiale e onorario. Il ritratto di Vespasiano della collezione Ny Carlsberg corrisponde con piena evidenza all’á descrizione che del suo físico abbiamo negli scetorici delle sue imprese militari: un vecchio militare di origine plebea, dall’aspetto di contadino, cotto dal sole nel volto attenggiato come sotto uno sforzo, volgare nell’aspetto e nel modo di comportarsi. Invece nel ritratto del Museo Nazionale Romano, ci viene presentato il princeps dall’aspetto distinto, intellettuale e vagamente ricordante qualche sovrano elenistico” (BANDINELLI, R. B., *op. cit.*, p. 210-212).

24 *Retórica a Herênio*. Trad. A. P. Faria e A. Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 161.

reflete, pois, a *consuetudo* como privilégio de poucos, regulando atividade privada, o funeral e a própria representação, com um direito que é essencialmente público. Da mesma maneira, a pompa²⁵ dos funerais atinge apenas certa camada da sociedade, pois que é gentilicia, isto é, algo que só é admitido para aqueles que pertencem ao grupo social/familiar da *gens*.²⁶ Além de ser privilégio, as imagens dos antepassados são tidas como paradigmáticas do ponto de vista ético e moral,²⁷ como nos informa Salústio n' *A guerra de Jugurta*, 4, o que corrobora do ponto de vista prático a relação entre público e privado:

Nam saepe ego audivi Q. Maximum, P. Scipionem, praeterea civitatis nostrae praeclaros viros solitos ita dicere, cum maiorum imagines intuerentur, vehementissime sibi animum ad virtutem accendi. Scilicet non ceram illam neque figuram tantam vim in sese habere, sed memoria rerum gestarum eam flammam egregiis viris in pectore crescere neque prius sedari, quam virtus eorum famam atque gloriam adaequaverit.

Com efeito, tenho ouvido com frequência que Quinto Máximo, Públio Cipião e outros eminentes homens da nossa cidade costumavam dizer que, quando contemplavam as imagens de seus antepassados, eram tomados do mais acendrado desejo de praticar a virtude. A bem da verdade aquela imagem de cera²⁸ não tinha em si grande poder, mas a lembrança das façanhas praticadas fazia crescer no coração desses homens extraordinários essa chama e não se apagava até que seu mérito tivesse atingido igual prestígio e glória.

Alguns aspectos devem ser observados nesse trecho de Salústio. O primeiro diz respeito às fronteiras semânticas entre *figura* e *imago*, já que o autor propõe *maiorum imagines* (as imagens dos seus antepassados) e *illam figuram ceram* (aquela imagem de cera). O termo geral *imago* pode ser também uma imagem impressa em cera, daí *figura*, cuja etimologia é o verbo *finco* (modelar, fixar), assim como *effigies*. O segundo é concepção de glória apresentada pelo historiador que se associa à idéia de κλέος, já observada no trecho de Vernant.

Os *funera gentilicia*, por sua vez, é a efetiva extrapolação da imagem privada ao âmbito público, em memorável passagem Políbio no sexto livro de suas *Histórias*, assim os descreve:

6.53 Ὅταν γὰρ μεταλλάξῃ τις παρ' αὐτοῖς τῶν ἐπιφανῶν ἀνδρῶν, συντελουμένης τῆς ἐκφορᾶς κομίζεται μετὰ τοῦ λοιποῦ κόσμου πρὸς τοὺς καλουμένους ἐμβόλους εἰς τὴν ἀγορὰν ποτὲ μὲν ἐστῶς ἐναργῆς, 6.53.2.1 σπανίως δὲ κατακεκλιμένος. ἐπέριξ δὲ παντὸς τοῦ δήμου στάντος, ἀναβὰς ἐπὶ τοὺς ἐμβόλους, ἂν μὲν υἱὸς ἐν ἡλικίᾳ καταλείπεται καὶ τύχη παρών, οὗτος, εἰ δὲ μὴ, τῶν ἄλλων εἰ τις ἀπὸ γένους ὑπάρῃ 6.53.2.5 χει, λέγει περὶ τοῦ τετελευτηκότος τὰς ἀρετὰς καὶ 6.53.3.1 τὰς ἐπιτετευγμένας ἐν τῷ ζῆν πράξεις. δι' ὧν συμβαίνει τοὺς πολλοὺς ἀναμιμνησκομένους καὶ λαμβάνοντας ὑπὸ τὴν ὄψιν τὰ γεγονότα, μὴ μόνον τοὺς κεκοινωνηκότας τῶν ἔργων, ἀλλὰ καὶ τοὺς 6.53.3.5 ἐκτός, ἐπὶ τοσοῦτον γίνεσθαι συμπαθεῖς ὥστε μὴ τῶν κηδεόντων ἴδιον, ἀλλὰ κοινὸν τοῦ δήμου φαί 6.53.4.1 νεσθαι τὸ σύμπτωμα. μετὰ δὲ ταῦτα θάψαντες καὶ ποιήσαντες τὰ νομιζόμενα τιθέασιν τὴν εἰκόνα τοῦ μεταλλάξαντος εἰς

25 Leia-se aqui o termo em seu sentido latino: procissão, cortejo, séquito. Além de por extensão semântica a aplicabilidade retórica na expressão *ritum pompa*, isto é, declamatio.

26 Entretanto Ginzburg aponta para outra possibilidade que diz já existir entre 133 e 136 uma lei em que um colégio ou uma associação de Lanúvio se reservava o direito de celebrar um *funus imaginarium*, “funeral da imagem”, no caso de um patrono não conceder o corpo de um escravo membro do colégio. (GINZBURG, C., *op. cit.*, p. 91)

27 ANDERSON & NISTA, *op. cit.*, p. 33.

28 Tradução de Antônio da Silveira Mendonça alterada: “nem aquela cera, nem a imagem”. Leio aqui *non ceram illam neque figuram* como uma hendíadis.

τὸν ἐπιφανέστατον τόπον τῆς οἰ 6.53.5.1 κίας, ξύλινα ναΐδια περιτιθέντες. ἡ δ' εἰκὼν ἐστὶ πρόσωπον εἰς ὁμοιότητα διαφερόντως ἐξεργασμένον 6.53.6.1 καὶ κατὰ τὴν πλάσιν καὶ κατὰ τὴν ὑπογραφήν. ταύτας δὴ τὰς εἰκόνας ἐν τε ταῖς δημοτελέσι θυσίαις ἀνοίγοντες κοσμοῦσι φιλοτίμως, ἐπὶ τὴν οἰκείων μεταλλάξῃ τις ἐπιφανῆς, ἄγουσιν εἰς τὴν ἐκφορὰν, 6.53.6.5 περιτιθέντες ὡς ὁμοιοτάτοις εἶναι δοκοῦσι κατὰ τε 6.53.7.1 τὸ μέγεθος καὶ τὴν ἄλλην περικοπήν. οὗτοι δὲ προσαναλαμβάνουσιν ἐσθῆτας, ἐὰν μὲν ὕπατος ἢ στρατηγὸς ἢ γεγωνῶς, περιπορφύρους, ἐὰν δὲ τιμητῆς, πορφύρας, ἐὰν δὲ καὶ τεθριαμβευκῶς ἢ τι τοιοῦ 6.53.8.1 τὸν κατεργασμένον, διαχρύσουσ. αὐτοὶ μὲν οὖν ἐφ' ἀρμάτων οὗτοι πορεύονται, ῥάβδοι δὲ καὶ πελέκεις καὶ τᾶλλα τὰ ταῖς ἀρχαῖς εἰωθότα συμπαρακεῖσθαι προηγεῖται κατὰ τὴν ἀξίαν ἐκάστω τῆς γεγενῆ 6.53.8.5 μένης κατὰ τὸν βίον ἐν τῇ πολιτείᾳ προαγωγῆς 6.53.9.1 ὅταν δ' ἐπὶ τοὺς ἐμβόλους ἔλθωσι, καθέζονται πάντες ἐξῆς ἐπὶ δίφρων ἐλεφαντίνων. οὐ κάλλιον οὐκ εὐμαρὲς ἰδεῖν θέαμα νέω φιλοδόξω καὶ φιλαγάθω.

Por ocasião da morte de qualquer homem ilustre, ele é levado em seu funeral com toda a pompa até o Fórum, perto dos chamados rostros, algumas vezes bem à vista em posição vertical, e mais raramente reclinado. Ali, com todo o povo de pé em volta, um filho crescido, se ele deixar algum que esteja presente em Roma, ou se não outro parente, sobe aos Rostros e pronuncia um discurso alusivo às suas qualidades e aos seus sucessos e feitos ao longo da vida. Conseqüentemente toda a multidão, e não apenas quem teve alguma participação nesses feitos, mas também quem não teve, quando os fatos são lembrados e postos diante de seus olhos comove-se e é levada a tal estado e empatia que a perda parece não se limitar somente a quem chora o morto e passa a ser extensiva a todo povo. Em seguida, após o enterro e a realização das cerimônias usuais, coloca-se uma imagem do defunto no lugar mais visível da casa, numa espécie de tabernáculo de madeira. Essa imagem consiste numa máscara reproduzindo com notável fidelidade a tez e a feição do morto. Nos dias de festas religiosas públicas essas imagens são expostas e conduzidas por homens que pareçam assemelhar-se mais a cada defunto em estatura e compleição. Esses homens vestem uma toga com *debrum* cor de púrpura se o defunto era cônsul ou pretor, toda de púrpura se ele era censor, e bordada de ouro se ele tivesse recebido as honras do triunfo ou alguma distinção desse gênero. Tais homens são levados num carro precedido de *fascas*, machados e outras insígnias às quais cada um dos personagens por eles encarnados tinha direito de acordo com a função que exercera em vida; quando eles chegam aos rostros, sentam-se em cadeiras de marfim enfileiradas. Não seria fácil imaginar um espetáculo mais nobilitante e edificante para um jovem que aspire à fama e à excelência. De fato, quem não se sentiria estimulado pela visão das imagens de homens famosos por suas qualidades excepcionais, todos reunidos como se estivessem vivos e respirando? Poderia haver um espetáculo cívico mais belo que esse?²⁹

Dessa passagem de Políbio, alguns dados devem ser observados com mais atenção. Primeiramente a relação entre imagem e discurso verbal em “pronuncia um discurso alusivo às suas qualidades e aos seus sucessos e feitos ao longo da vida”. Isto é, originariamente o uso desse tipo de imagem pressupunha a exposição pública e nesse caso deveria estar associada a uma *declamatio* (*rhetorum pompa*³⁰) que corroboraria a importância do figurado, uma vez que a imagem não passa de um retrato e esse, a não ser pela sua própria existência, não traz informações precisas acerca do passado do representado. Assim, o retrato de

29 POLÍBIO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, p. 344-5.

30 Cf. nota 15.

um homem ilustre é, inicialmente, um meio complementar de informações, apenas o traz de volta para o ambiente público para ser louvado pelo discurso verbal. Entretanto, no ambiente privado, na *domus*, ele é cultuado, de maneira absoluta, porquanto lá os seus feitos e importância não carecem de explicitação ou explicação, pertencem à memória coletiva do grupo como *monumentum*.

Ocorre, porém, que a declamação associada à figura produz efeito interessante, curioso mesmo: se o discurso fúnebre se ocupa em produzir a *repraesentatio* das qualidades do defunto, deve como efeito de sua perfeita realização inculcar na audiência/espectadores um εἰκὼν mental, anímico, φαντασία, que será incrementada pela *effigies* mortuária privada, trazida ao público no fórum junto aos rostros.

Daí, em segundo lugar, a imagem associada ao discurso público revigora o efeito de sentido (*affectatio*) produzido na recepção, ao dizer “quando os fatos são lembrados e postos diante de seus olhos comove-se e é levada a tal estado e empatia que a perda parece não se limitar somente a quem chora o morto e passa a ser extensiva a todo povo”. Políbio propõe que há um viés argumentativo forte no discurso epidítico, ao contrário do que propugnam aqueles que o tinham como discurso estéril, reforçando a subjetivação da elocução e reduzindo a Arte Retórica à retórica das figuras como ocorreu no século XIX.

Assim a função *mouere* do discurso se amplifica, pois a pronúncia da louvação é feita diante do morto como que se ele, ainda vivo, recebesse as honras mais nobilitantes possíveis. Isso pode ser intensificado ao observarmos a indicação do efeito persuasivo do culto aos antepassados como *exempla* em “Não seria fácil imaginar um espetáculo mais nobilitante e edificante para um jovem que aspire à fama e à excelência” e em “quem não se sentiria estimulado pela visão das imagens de homens famosos por suas qualidades excepcionais, todos reunidos como se estivessem vivos e respirando?”.

O mimetismo da imagem produzida³¹ – é um molde em cera – imprime ao retrato realismo; e a recepção, portanto, não está apenas diante de uma possível representação como releitura da imagem do figurado, está diante do próprio representado. Assim a indicação “essa imagem consiste numa máscara reproduzindo com notável fidelidade a tez e a feição do morto”, permite aferirmos a origem de certo estilo romano na representação.

O retrato republicano romano não possui, na origem, a descaracterização do representado em função de um processo elocutivo que minimiza os defeitos físicos e amplifica as qualidades, como se observa na tradição helênica. A distância entre a origem e o resultado, só pode ser observada no âmbito material. Contudo vale dizer que essa inobservância de critérios elocutivos de amplificação se não ocorre no discurso visual, é, não rara vez, compensado no verbal.

Em quarto lugar, a reutilização da imagem e sua associação a uma pessoa viva no trecho “nos dias de festas religiosas públicas essas imagens são expostas e conduzidas por homens que pareçam assemelhar-se mais a cada defunto em estatura e compleição”. É um dado que deve ser considerado, pois se de um lado a imagem é desprovida de vida, de outro, o condutor dessas imagens por semelhança, transfere a vida ao morto, construindo-se um símile nos moldes aristotélicos da retórica, sendo, contudo, um dos elementos do símile alguém vivo.

Por fim, é conclusivo, no texto de Políbio, a existência do rito como teatro, cujos atores, mortos, assumem vida diante do ambiente público e do privado. A função do resgate da memória dos antepassados

31 BARDON, H. Le concept de similitude à Rome. In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, I. 2, 1972, p. 857-68.

atua de maneira incisiva na manutenção de poder como retomada freqüente e contundente de uma tradição que se repete desde sempre. Quando observamos a extrapolação da imagem do âmbito privado para o público, vemos que a memória coletiva é cultuada e praticada e daí se pode inferir que o *ius imaginum*, ao mesmo tempo em que restringe o uso das imagens, repercute como algo que deve ser respeitado por aqueles não possuíam o mesmo direito.

Vale lembrar que essa prática de representação, além de se constituir como parte de um ritual, passa na República a ser fonte para um tipo singular de representação que caracteriza o retrato romano republicano. É a partir das máscaras funerárias em cera que se modelavam em outros materiais (terracota, mármore e bronze) imagens mais perenes dos homens ilustres de Roma. A aproximação desse tipo de *imago* com a realidade, portanto, era muito forte, como vimos no texto acima, e boa parte da representação, a partir de 100 a.C., pode refletir esse tipo de relação com o real por conta da forma de elaboração.

Contudo, Hiesinger alerta que convivem em Roma na República dois estilos de imagens, uma chamada médio-italica que mantém estreita proximidade com as estátuas helenísticas e, nesse sentido, caracteriza-se pelo patético e pelo movimento e dramaticidade. E outro tipo, chamado tradicional romano, ligado à figuração dessas máscaras mortuárias, caracterizado, pois, pelo tom sombrio e inabalável e expressividade no olhar.³² A convivência entre as duas práticas se justifica pelo objeto representado. Enquanto o primeiro tipo se ocupa de representações mitológicas e religiosas no estrito senso, a segunda se atém a figuração histórica e memorialística. Enquanto, no primeiro caso têm-se características helenizantes que valorizam aspectos anímicos, o *πάθος* (*πάθος*), amiúde, é observado com clareza nos cabelos, nos gestos e nos movimentos. No segundo tipo, a sisudez, a introspecção, a serenidade e, fundamentalmente, a proximidade com a realidade originária são marcas bem precisas.

Entretanto é certo que todas essas representações têm a mesma origem: nascem na e da morte. Suas funções memorialísticas ou de propaganda têm valor inegável do ponto de vista dessa sociedade que tanto as valorizava e as colocava no centro de sua circulação, a casa, afinal essa é o centro efetivo do poder de Roma. Dela emana todos os modelos e todas as formas do Império Romano.

32 HIESINGER, U. Portraiture in the Roman Republic. In: *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*, 1. 4, p. 805-25.

8. FILÓSTRATO, O VELHO – UM OLHAR GREGO SOB ROMA

Rosângela Santoro de Souza Amato

Uma primeira questão a ser colocada seria qual a razão de se falar de um autor grego, cujas obras foram escritas em grego, no âmbito de uma discussão que tem como tema as “Formas do Império Romano”. Outra questão que poderia ser levantada é mais básica: quem foi, afinal, e o que escreveu Filóstrato?

Houve mais de um autor com este nome, mas o Filóstrato de que trato é aquele a quem hoje, consensualmente, se atribuem as seguintes obras: *Vida dos Sofistas*, *Vida de Apolônio de Tiana*, *Heroico*, *Imagens*, *Cartas*, *Ginástica* e *Nero* e que é conhecido como Filóstrato, o velho. Tanto Filóstrato como o período ao qual deu o nome, Segunda Sofística, vêm recebendo atenção crescente dos pesquisadores em estudos clássicos fora do Brasil.¹

Filóstrato era cidadão romano, nascido na Grécia e recebeu pelo menos parte de sua educação em Atenas. Segundo o Suda,² exerceu sua carreira de sofista em Atenas e Roma. Nasceu por volta de 170 d.C. e cresceu em uma Atenas onde a sofística tinha presença constante, tanto em performances como em textos escritos, seguindo uma tradição que remonta pelo menos ao século V a.C., momento em que, por exemplo, se normatiza a retórica e toma vulto a atividade sofística. Desde as últimas décadas do primeiro século d.C., retores de outras cidades iam a Atenas para se exhibir, pronunciando seus discursos, invariavelmente, epidícticos. Tais performances constituíam-se especificamente de declamações (*meletai*) e orações menos formais (*dialéxeis*) muitas vezes precedidas por pequenos discursos introdutórios, que serviam como amostra do que viria a seguir (*prolaliai*).

Produziu obra vasta e diversificada, abarcando grande espectro genérico, que parece nos dar elementos para uma maior compreensão da ideia do que era ser grego, ou do que se considerava ser grego no período, além de podermos matizar as reais interferências do universo, digamos, cultural helenístico e romano que medeia seguramente essa “cultura helênica” revitalizada no princípio da era cristã.

Em *Vida dos Sofistas*, o autor descreve as práticas dos retores, a oratória epidíctica *in persona* e dá a isso o nome de Segunda Sofística. É importante observar-se que deu o nome de Segunda Sofística, e não, por exemplo, “Nova Sofística”, o que demonstra sua intenção de vincular essa “linhagem” de sofistas àqueles sofistas do século V em Atenas, legitimando-os, por assim dizer, por meio de sua filiação ao passado clássico. Nessa obra, pela primeira vez, a palavra “heleno” aparece muito frequentemente em um sentido que denota pertença a uma tradição letrada-mítico-religiosa e não em um sentido étnico. Essa visão não-étnica da “helenicidade” tem suas raízes já na época clássica; entretanto, é no período helenístico que ganha corpo, perdurando em Roma, não só na República, como no período imperial. Ao ilustrar o sucesso político

1 SWAIN, S.; HARRISON, S.; ELSNER, J. (eds.). *Severan Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007 ; BOWIE, E.; ELSNER, J. (eds.). *Philostratus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

2 BOWIE, E. Philostratus de life of a sophist. In: BOWIE, E.; ELSNER, J. (eds.), *op. cit.*, p. 19.

e social dos sofistas, ele nos leva a pensar que qualquer membro das classes abastadas partilhava dessa educação. Na verdade, os sofistas formavam um grupo muito restrito.

Entretanto, devemos ser cuidadosos ao “contextualizar” a obra de um autor, pois corremos o risco de imputar à sua obra um significado já por nós preconcebido em vista da situação histórica e com isso chegarmos a visões distorcidas de seu trabalho ou então, o risco de inferirmos verdades ditas históricas a partir dos textos, esquecendo-nos de que tais obras são construções literárias.

Dessa maneira, segundo Swain³, *Vidas dos Sofistas* deve ser lido muito mais como uma prescrição do que deveria ser entendido como “ser grego” do que como uma descrição factual da sociedade no período compreendido pela Segunda Sofística e sua retórica.

É interessante observar que, no caso de Filóstrato, dois equívocos, que perduraram até há pouco tempo, surgiram da leitura demasiado literal de suas obras. Um, foi a identificação do termo “écfrase” (que, grosso modo, podemos definir como uma descrição que traz para diante dos olhos aquilo que é descrito) exclusivamente com a descrição de obras de arte e outro, foi a própria designação de Segunda Sofística. No livro *Vida dos Sofistas*, ao cunhar o termo Segunda Sofística, Filóstrato quer designar apenas as práticas declamatórias em voga e exercidas pelos sofistas de que trata. Entretanto, o termo acabou por indicar uma periodização e corresponde, hoje, ao mundo da elite grega no período do Império Romano compreendido aproximadamente entre 50 e 250 d.C.

***Paideia* e pertença**

A elite grega entendia sua superioridade em termos de educação, ou melhor, *Paideia*, palavra que designa civilização e cultura (em termos de produção intelectual) e também música e ginástica. Dessa forma, aqueles que dominavam a *Paideia* eram os assim chamados *pepaideumenos*, em oposição aos *idiotai* (uma subelite na cultura grega) e os *barbaroi* (os não falantes de grego). A natureza da educação ideal não era, de forma alguma consensual, e os textos dos autores do período – filosóficos, retóricos, históricos, satíricos e biográficos – espelham essa discussão.

Entretanto, é possível identificar um fator unificador em todos eles: o enraizamento de todas as formas de identificação cultural na tradição e no passado. Apesar disso se mostrar fundamentalmente como um problema cultural, tinha grande relevância em termos políticos, pois sancionava um direito ao exercício do poder (por essa elite cultural grega) alinhado diretamente aos grandes nomes do passado glorioso da Hélade.

Mas, o que era a Hélade? É muito interessante observarmos que num senso estritamente geopolítico a Grécia deixou de existir quando a província da Acaia foi formada por Augusto. Por outro lado, a Grécia unida em uma única unidade administrativa, por sua vez, só veio a existir com o domínio romano. Ainda, outro fator complicador, já desde o final do sec. III a.C., quando Roma começa a se envolver politicamente com a Grécia, é o fato de que a *Paideia* grega também tinha papel fundamental na própria auto-definição de Roma. Os romanos chegam à Grécia como filohelenos, com uma concepção preconcebida de passado que esperavam encontrar e, quando não o encontravam, lamentavam o declínio da Grécia e passavam a reconstruir a Grécia que tinham na imaginação. É nesse passado, reconstruído e reinterpretado por cada autor, que se constitui um espaço de comunicação entre gregos e romanos.⁴

3 SWAIN, S. Culture and nature in Philostratus. In: BOWIE, E.; ELSNER, J. (eds.), *op. cit.*, p. 36.

4 SWAIN, S. *Hellenism and Empire: Language, Classicism, and Power in the Greek World, AD 50-250*. Oxford: Clarendon Press, 1998, p. 67.

Esse filohelenismo é exacerbado após a morte de Domiciano, que havia exilado os filósofos, em 97 d.C. Trajano e Adriano cultivaram e promoveram os intelectuais gregos, no que foram seguidos pelos Antoninos. Quando Adriano criou o Panhelenion – cujo centro era em Atenas – que determinava quais cidades poderiam se dizer gregas, o conceito de “ser grego” foi submetido a critérios definidos por uma autoridade. Dessa forma, “Roma circunscreve a definição do que é ser grego”.⁵

Assim, o ambiente cultural, por assim dizer, dos autores do final do primeiro século em diante, difere bastante do período republicano/augustano – em que os intelectuais gregos deviam se dirigir a Roma em busca de patronos. Já no período da Segunda Sofística, os retores e sofistas ainda procuravam Roma, mas o grande centro de atividade sofística era Atenas, seguida pelas cidades da Ásia Menor.

Roma buscava integrar a elite das províncias ao império, conferindo cidadania a seus membros e permitindo que participassem do governo. Muitos dos autores desse período, incluindo Filóstrato, eram também cidadãos romanos.

A *Paideia* era uma das medidas de helenização. O *hellenismos* não tinha caráter étnico e consistia na agregação de valores civilizados e intelectuais, a saber: a *proiotes* (gentileza), *sophrosine* (autocontrole), *epieikeia* (decência), a *philantropia* (benevolência) e a própria *Paideia*.

Todos esses fatores tornam a distinção entre o que era ser grego e o que era ser romano bastante fluida.⁶ A cidadania romana podia ser conferida (e de fato, já na maturidade de Filóstrato, 99% dos habitantes livres do império eram cidadãos romanos, devido a uma lei de Caracala conhecida como *Constitutio Antoniniana*). Entretanto, ser grego não era um estado natural nem podia ser conferido por lei ou simplesmente pelo nascimento. A identidade de *pepaideumenos* era um processo, longo e árduo, isto é, devia ser conquistada. Por outro lado, nesse período, é a conquista dessa identidade que permite a participação no governo romano e a posição de liderança política e cultural da elite civil no leste grego.

Contexto específico

Logo no início do livro *A Vida de Apolônio de Tiana*, Filóstrato afirma “fazer parte do círculo da imperatriz, pois ela admirava e apreciava todo tipo de oração retórica”. Muito já se especulou a respeito de tal “círculo”, inclusive imaginando-se que fosse uma espécie de corte atraindo os principais intelectuais da época. No entanto, as evidências quanto à natureza dele são escassas e não temos informações precisas sobre sua magnitude, constituição ou duração. Tal ressalva é importante pois muitos autores, a partir daí, fizeram inferências sobre a “vida de Filóstrato na corte” e interpretaram sua obra como expressão da política imperial. O exame da produção de Filóstrato, contudo, não traz qualquer evidência de filiação a um suposto programa imperial.

Como dito antes, Filóstrato viveu a maior parte de sua vida adulta durante a dinastia severiana. Esta dinastia compreende o período que vai de 193 a 235 d.C. e durante este período o Império Romano foi governado por quatro imperadores: Septímio Severo, Caracala, Heliogábalo e Severo Alexandre. Os Severianos foram a primeira família imperial sem conexões com a Itália (Septímio era da Tunísia e Júlia Domna, sua esposa, da Fenícia) e os primeiros governantes de extração oriental. Apesar de ostentarem uma cultura

⁵ WHITMARSH, T. *Greek Literature and the Roman Empire: The Politics of Imitation*. New York: Oxford University Press, 2001, p. 23.

⁶ *Idem*, p. 21.

greco-latina, não traziam os reflexos culturais e políticos automáticos de seus antecessores e levam a Roma alguns elementos novos, especialmente em termos religiosos, como o culto da divindade síria Baal (introduzido em Roma por Heliogábalo) ou de Astarte.

De forma geral, na época severiana é possível identificarmos sinais de continuidade com a produção em prosa grega observada na época dos Antoninos, mas aparecem também alguns elementos distintivos. Neste período, começaram a aparecer refutações quanto à superioridade da cultura grega. Por exemplo, Diógenes Laércio, em suas *Vidas dos Filósofos Famosos*, insistia que a sabedoria e a própria humanidade haviam surgido na Grécia. Ele cita Aristóteles e Sótion como proponentes de uma visão de que a filosofia tivera uma origem entre os povos “bárbaros”. Entretanto, ele provavelmente estava se dirigindo a autores judeus e cristãos de seu próprio período, que vinham atacando a supremacia cultural reclamada pelos gregos.

Assim, a atividade intelectual no período mostra uma certa “competição” pela proeminência no campo da evolução espiritual e intelectual.⁷

Apesar da ampla variação genérica de sua obra – *Vida dos Sofistas* (biografia), *Vida de Apolônio de Tiana* (biografia), *Heroico* (diálogo), *Imagens* (écfrases), *Cartas* (epistolografia), *Ginástica* (tratado sobre treinamento atlético) e *Nero* (diálogo) – é possível identificar nesse *corpus* um conjunto de temas que têm como foco comum o estudo da *sophia*⁸ e a construção de um modelo de cultura helênica com raízes no passado. Não é uma construção que se limita a observar as tradições e repeti-las, mas modifica-as (conforme as convenções literárias características das letras greco-romanas desde o período helenístico).

Entretanto, volto a insistir, devemos sempre ter em mente que tais obras são construções literárias e mostram, portanto, muito mais a concepção do autor sobre alcance e os limites de um conjunto de saberes que constituíam um referencial de identificação cultural do que algo que pudesse fornecer uma descrição da cultura greco-romana nos períodos de que trata.

Dessa maneira, sem querer atribuir intencionalidade à obra desse autor grego, frequentador de uma corte romana composta por governantes de origem fenícia e tunisiana, que transitava entre as várias províncias do Império, podemos de alguma forma traçar um paralelo entre seu tempo e sua obra, que explora as fronteiras entre os gêneros, os limites de cada gênero em particular e que transforma a tradição incorporando a ela novos elementos sem, no entanto, abandoná-la.

7 WHITMARSH, T. Prose Literature and the Severan Dynasty. In: SWAIN, S.; HARRISON, S.; ELSNER, J. (eds.). *Severan Culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 38.

8 ELSNER, J. A Protean Corpus. In: BOWIE, E.; ELSNER, J. (eds.), *op. cit.*, p. 15.

9. TÁCITO E A *HISTORIA MAGISTRA VITAE*: UM HISTORIADOR DO IMPÉRIO?

Sarah Fernandes Lino de Azevedo

Na Antiguidade, a história, como todo gênero discursivo, pertencia ao campo da retórica. A concepção de história formulada por Cícero, nomeada *historia magistra vitae* apresenta o gênero historiográfico inserido na tradição retórica. Importante citar, portanto, a mui famosa definição da *historia magistra vitae*, presente na obra *De oratore*, de Cícero: “Quanto à História, testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da Antiguidade, que outra voz a confia à eternidade, senão a do orador?”¹ Podemos perceber que Cícero não escreve sobre a composição da história visando à história propriamente dita. Ele escreve particularmente para os oradores. No contexto em que Cícero escreveu, a voz do orador era essencial para a completude da história. Como nos lembra Hartog: “Para Cícero, a história, para ser verdadeiramente escrita, para não ser simples *narratio*, necessita do orador”² Se a história era escrita para instruir, ensinar, era o orador quem deveria transmitir as lições, tornar a história útil. Era essencial, para um historiador antigo, ter conhecimento das habilidades retóricas, saber aplicar recursos retóricos em sua *narratio*.

Tácito é considerado um historiador singular dentre os autores do Império Romano, por ter praticado o gênero historiográfico de maneira diferente. Tácito, ao mesmo tempo em que se filia às grandes correntes da historiografia antiga, constrói um lugar específico no interior destas para suas obras. Isto se dá por três razões fundamentalmente. Primeiro, por ter escrito em um período específico: o principado de Trajano, que é tido explicitamente por Tácito como diverso com relação ao que foi comum no Principado, uma vez que se estaria sob a direção de um governante excelente que permitia o exercício da verdade. Em segundo lugar, seu objeto de investigação também é específico, ou seja, um longo período onde predominam os maus governantes. Por fim, uma terceira característica que o particulariza no interior das tradições historiográficas são os elementos que utiliza para construir a legitimidade de seu trabalho contrapondo-se (tanto positiva quanto negativamente) aos demais historiadores que o antecederam. O sentido positivo desta contraposição está explícito, por exemplo, quando Tácito anuncia a imparcialidade de seu relato frente aqueles que foram escritos durante o período Júlio-Cláudio. O sentido negativo pode ser apreendido com a leitura do segundo próêmio dos *Anais*, quando Tácito compara sua obra com as dos historiadores republicanos, e julga que a sua é inferior, e por isso menor será sua glória, ou menor será o reconhecimento de sua obra.³ Esta inferioridade se pauta no conteúdo da história de Tácito (sobretudo dos *Anais*), conteúdo aparentemente irrelevante, como o historiador ressalta.

Esta singularidade da historiografia taciteana pode ser entendida de várias maneiras. Hartog, por exemplo, considera que Tácito “inovou” na maneira de escrever a história. Tácito tratava de matéria diferente

1 *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis, qua voce alia nisi oratoris immortalitati commendatur?* (Cícero, *De oratore*, 2, 36). Utilizo aqui a tradução de Adriano Scatolin: SCATOLIN, A. *A invenção no Do Orador de Cícero*: Um estudo à luz de Ad Familiares I, 9, 23. 2009. Tese (Doutorado em Letras Clássicas) – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009.

2 HARTOG, F. (org.). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 181.

3 Tácito julga que sua história é inferior porque sua matéria é inferior. Woodman indica que Tácito inverte um aspecto comum entre os historiadores da Antiguidade, que frequentemente reivindicavam, em seus prefácios, a superioridade de sua obra.

com relação à de outros historiadores de Roma. Hartog indica que poderíamos então considerar o texto taciteano como outro gênero de história.⁴ Já Collingwood considera que a maneira como Tácito concebeu a história levou a uma deformação da ideia de história.⁵ Este autor valoriza o potencial retórico da obra taciteana (sobretudo dos *Anais*) e entende que Tácito concebe a história como um conflito de personalidades “exageradamente boas e exageradamente más”. Estas descrições de personalidades são muito reconhecidas pelo valor discursivo, pois Tácito adota mecanismos retóricos para a construção de seus personagens na narrativa. Estas construções visavam à verossimilhança e tinham um objetivo de passar uma determinada imagem do personagem para o leitor ou ouvinte. Seguindo a opinião de Collingwood as obras de Tácito têm muito mais valor na “literatura histórica” do que para a história propriamente dita. Isto porque sua proposta didática de instruir através dos exemplos “em vez de ser um enriquecimento do método histórico é realmente um empobrecimento revelando um padrão inferior da honestidade histórica” na medida em que Tácito, segundo Collingwood, “exagera” na descrição dos personagens.⁶

Entender a singularidade da noção de história em Tácito é uma questão que se torna central para estudos relacionados a este autor. Crescentemente tem sido construído um consenso em torno da ideia de que as obras de Tácito, principalmente os *Anais*, não são um retrato do passado, mas uma representação. Os historiadores contemporâneos utilizam desta representação para estudar um passado dado e concreto. Em nosso caso, esta concepção da história de Tácito como uma representação impõe que estudemos o problema do exercício do gênero historiográfico e sua relação com a retórica. Como os autores contemporâneos identificam a noção de história usada por Tácito? Qual noção de história predominou na Antiguidade? Ou, em outros termos, o que fazia a história distinguir-se dos outros gêneros literários? Em que pontos Tácito se afasta ou se aproxima da tradição nomeada *historia magistra vitae*? Longe de responder tais perguntas, veremos aqui algumas considerações a fim de orientar a discussão sobre a ideia de história em Tácito.

Assumir que o gênero historiográfico na Antiguidade era tratado no âmbito da retórica faz surgir algumas questões que estão relacionadas com o que entendemos por história atualmente. A discussão sobre o vínculo entre história e retórica é, muitas vezes, fundamentada na relação entre forma e conteúdo. A retórica aparece como a responsável por falsear a realidade, escondendo a verdade. Os historiadores clássicos davam forma ao conteúdo de sua narrativa se utilizando de recursos retóricos, que posteriormente foram tomados como obstáculos para a apreensão da verdade. Está implícita neste debate a comparação entre duas noções de história completamente distintas.⁷ E, principalmente, implica em concepções de história diferentes que se articulam com a verdade de maneira diversa. Estudos que enfatizam a retórica tendem a considerar a narrativa histórica exclusivamente como um discurso de caráter literário, depreciando a historicidade da narrativa. Produzem uma antinomia entre literatura e história que, se fez algum sentido modernamente, para a Antiguidade jamais se colocou. Autores como Haynes atentam para o fato de que estes estudos estão perdendo influência na medida em que os historiadores têm respondido às questões lançadas por Hayden White. O autor indica os estudos de Chartier, que não negam a importância da historiografia como narrativa e propõem que negociar uma conexão entre forma e conteúdo minimiza a redução da experiência histórica para discurso. Para Haynes: “Tacitean historio-

4 HARTOG, F., *op. cit.*, p. 215.

5 COLLINGWOOD, R. G. A *ideia de História*. Lisboa: Editorial Presença, 2001, p. 55.

6 *Idem*, p. 56.

7 Woodman lembra que apesar de ser comum assumir esta diferença das duas noções de história, pressupõe-se uma continuidade, a historiografia clássica como berço da historiografia moderna. Esta reivindicação de paternidade traz contradições, já que os historiadores contemporâneos tendem a comparar os historiadores antigos com os modernos. Woodman toma como exemplo Tucídides, em cuja obra são identificados elementos comuns da historiografia moderna, como se ele estivesse muito mais próximo do século XX do que do século V a.C. Cf. WOODMAN, A. J. Prologue. In: WOODMAN, A. J. *Rhetoric in Classical Historiography*. London: Routledge, 1988, p. 9.

graphy shapes experience through language. Separating the literary from the historical element of the texts therefore misses the point of his exercise”.⁸

Há uma preocupação em entender ou até mesmo medir realidade e ficção nas obras de história da Antiguidade. Segundo Ginzburg, esta preocupação se deve a uma possível substituição de paradigma, que se dá na idade moderna, possivelmente por volta do século XVII.⁹ Um paradigma antigo, baseado na relação história e retórica, é substituído por um paradigma que até hoje está em vigor, baseado na relação história e prova. Ambos os paradigmas tem como função produzir um “*effet de vérité*” na narrativa histórica. A análise de Ginzburg tem como chave o conceito de *enargeia* que ele traduz como “clareza, nitidez, vivacidade” e que representa um “conceito técnico” utilizado pelos historiadores antigos (principalmente os historiadores gregos) como recurso para transmitir um “*effet de vérité*” na narrativa histórica. O conceito de *enargeia* está relacionado com o conceito de autópsia, a experiência direta do historiador com o fato a ser narrado: o objetivo era transmitir vivacidade na narrativa. Para Ginzburg, “Supunha-se nos tempos clássicos que um historiador transmitia a verdade do que dizia fazendo uso da *enargeia* para sensibilizar e persuadir o leitor”.¹⁰ Os romanos traduzem o conceito para o latim, o equivalente seria *evidentia in narratione*, com o mesmo objetivo de transmitir “viveza na narrativa”. Na tradição retórica latina o termo *evidentia* está relacionado com o recurso retórico da *demonstratio*. É nesta relação entre *evidentia* e *demonstratio* na historiografia romana que percebemos a possibilidade de prescindir da autópsia, peculiaridade da historiografia grega.¹¹ O historiador romano transmite a história de forma indireta, através da *demonstratio*:

Podemos ver, no entanto, que *demonstratio* implicava o gesto do orador apontando para um certo objeto inexistente, tornado visível – *enarges* – ao seu auditório através do poder quase mágico das suas palavras. De modo semelhante, o historiador estava apto a transmitir a sua própria experiência – direta, como testemunha, ou indireta – pondo uma realidade invisível debaixo dos olhos dos seus leitores.¹²

A *historia magistra vitae* tem como objetivo instruir através de exemplos. *Demonstratio* é um recurso retórico muito utilizado por Tácito para descrever exemplos, modelos de virtude ou vício. Nos *Anais*, Tácito traça o perfil do personagem aliando-o às suas ações. Associa pessoas e acontecimentos de maneira a criar uma imagem positiva ou negativa de determinado personagem. Quando o personagem é o imperador, percebemos que na maioria das vezes estas associações se dão com o objetivo de criar, para o leitor, uma imagem de um mau governo. Em partes da narrativa, o relato tem como foco os acontecimentos que se passam na *domus Caesaris*, principal espaço do exercício do poder político na Roma Imperial, na medida em que neste espaço se tomavam importantes decisões políticas. No livro IV, capítulo 32 dos *Anais*, Tácito escreve sobre a especificidade de sua história. Explica as razões de escrever sobre “acontecimentos domésticos”. Este trecho da obra de Tácito (capítulos 32 e 33 do livro IV) é conhecido como o segundo próêmio dos *Anais*. Veremos o capítulo 32:

8 HAYNES, H. *The History of Make-Believe: Tacitus on Imperial Rome*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003, p. 29.

9 GINZBURG, C. Ekphrasis e citação. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 215-232.

10 *Idem*, p. 219.

11 Hartog chama atenção para a inexistência do par testemunha/historiador na historiografia romana, já que em Roma não se tem mais o historiador como testemunha ocular da história. Se na Grécia a investigação histórica é baseada no que o historiador viu (*autopsia*), em Roma a história “é concebida como narrativa literária, narratio, composta por autores (*scriptores*) que apelam, quando julgam necessário, a anais ou autoridades (*auctores*)”. Cf. HARTOG, F. A testemunha e o historiador. In: PESAVENTO, S. (org.). *Fronteiras do milênio*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 26.

12 GINZBURG, C., *op. cit.*, p. 220.

Não desconheço que muitas das coisas que referi e referirei talvez pareçam pequenas e fugazes para se lembrar; mas ninguém medirá nossos anais com o que foi escrito por aqueles que compuseram os antigos feitos do povo romano. Para aqueles, grandes guerras, reis abatidos e capturados, ou, se por ventura, às coisas internas se voltavam, discórdias entre cônsules e tribunos, leis agrárias e frumentárias, disputas entre a plebe e os principais cidadãos, lembravam em livre curso. Para nós o trabalho é restrito e sem glória. De fato uma paz imóvel e moderadamente estimulada, fatos tristes na cidade e um imperador que era indiferente quanto a alargar o império. Contudo não terá sido sem utilidade perscrutar aqueles feitos aparentemente insignificantes a partir dos quais muitas vezes o motivo de grandes feitos tem origem. (*Ann.*, IV, 32)¹³

Pleraque eorum quae rettuli quaeque referam parva forsitan et levia memoratu videri non nescius sum: sed nemo annalis nostros cum scriptura eorum contenderit qui veteres populi Romani res composuere. ingentia illi bella, expugnationes urbium, fusos captosque reges, aut si quando ad interna praevertent, discordias consulum adversum tribunos, agrarias frumentariasque leges, plebis et optimatium certamina libero egressu memorabant: nobis in arto et inglorius labor; immota quippe aut modice lacescita pax, maestae urbis res et princeps proferendi imperi incuriosus erat. non tamen sine usu fuerit introspicere illa primo aspectu levia ex quibus magnarum saepe rerum motus oriuntur.

102

Tácito indica que a matéria de sua história é diferente da dos historiadores republicanos. Devemos notar que Tácito inicia o capítulo indicando que o conteúdo de sua obra pode parecer insignificante, e conclui o capítulo declarando que nem por isso representa uma inutilidade para a história. Ou seja, Tácito justifica a utilidade de sua história, ainda que tratado de matéria que não é elevada. Narra assuntos que parecem ser inadequados ou impróprios ao gênero historiográfico, por parecerem baixos. O historiador espera que, relatando ações negativas no passado, estas sejam coibidas no presente.

Woodman analisa os dois prefácios dos *Anais* e o prefácio das *Histórias*, comparando-os com outros prefácios de obras de historiadores antecedente à Tácito. Deste modo, indica em que pontos Tácito se aproxima da tradição e em que pontos se afasta. Segundo este autor, Tácito se aproxima da tradição quando parece se inspirar em modelos de historiografia disponíveis em sua época, como Salústio. E se afasta quando inverte ideias que eram frequentes na historiografia clássica. Como Woodman aponta, a especificidade da ideia de história em Tácito também pode ser pensada a partir de elementos da narrativa em que Tácito deixa transparecer uma inversão da ideia de história. Esperava-se que o historiador se orientasse por certos preceitos, como por exemplo, escrever uma narrativa agradável, que desse prazer ao leitor, prendendo sua atenção. Na digressão do livro IV, Tácito se diz impossibilitado quanto a este aspecto em razão da matéria que tinha para tratar. Ele entendia que os exemplos e fatos que narrava com o propósito de instruir poderiam enfasiar o leitor por não ter o brilho que os grandes homens e feitos extraordinário emprestavam aos relatos de seus antecessores. Woodman identifica traços ciceronianos no prefácio das *Histórias* e também lembra que Tácito segue alguns preceitos de escrita da história propostos por Cícero, como, por exemplo, descrições geográficas e a busca da vivacidade nas descrições das batalhas. Já nos prefácios dos *Anais* Tácito inverte aspectos da ideia ciceroniana de história, como por exemplo, quando declara a aparente irrelevância do assunto que trata. Cícero afirma que a matéria da história deve ser elevada o bastante para ser lembrada ou, em outras palavras, deve ser digna de memória. Apesar destas inversões, que confirmam a

13 Tradução dos capítulos 32 e 33 do livro IV dos *Anais* são de autoria de Fábio Duarte Joly, trecho retirado do texto: JOLY, F. D. Teleologia e Metodologia Históricas em Tácito. *História Revista*, Goiânia, vol. 6, n. 2, 2001, p. 25-50.

particularidade da ideia de história presente na obra taciteana, o objetivo da história para Tácito não difere daqueles objetivos que se esperava deste gênero nos termos da tradição *historia magistra vitae*. Ainda que o objetivo não seja aquele da utilidade fundada na perpetuidade do que é dignificante, a história de Tácito mantém o propósito de instruir.

Para alcançar este fim, o historiador deveria respeitar algumas regras. Veremos, então, determinadas regras dispostas por Luciano de Samósata,¹⁴ um escritor posterior a Tácito. Luciano não era historiador, mas escreveu um livro intitulado *Como se deve escrever a história*, e nos fornece indícios interessantes sobre o que se esperava do historiador que escrevia a *historia magistra vitae* sob o Império. Que o historiador se preocupasse com a verdade, a posteridade e a imparcialidade eram questões centrais. Luciano elogia Tucídides, um historiador que seguiu estes preceitos:

Diz ele [Tucídides] que o que escreve é uma aquisição para sempre, mais que uma peça de concurso, voltada para o presente; diz ainda que não acolhe o fabuloso, mas deixa para a posteridade a verdade dos acontecimentos. Acrescenta também que a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo, acontecem coisas semelhantes, se poderá, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós.¹⁵

Percebemos nas obras de Tácito uma clara preocupação com a verdade, a posteridade e a imparcialidade. Ele busca convencer que narra a verdade, demonstrando os fatos, utilizando-se dos recursos retóricos necessários. Tácito escreve para o presente e para a posteridade, para instruir aqueles que precisam do auxílio da história para distinguir “as coisas honestas das más, as úteis das prejudiciais” (*Ann.*, IV, 33,2). Preocupa-se com a imparcialidade. Ele não estava envolvido diretamente com a história que escreveu, não tinha interesses de imputar qualidades em demasia (bajulação) e nem motivos para exagerar os vícios. Resume esta condição à proverbial fórmula “*sine ira et studio*”. Ele entende que sua história não era um produto corrompido pelo medo ou pela bajulação. Ele justifica ainda que, se escreve sobre governantes tiranos, cheios de vícios, é porque sua matéria o obriga.

Quando anuncia sua imparcialidade, compara sua obra com as obras de outros historiadores. Contrapor seus *Anais* com as obras de história dos historiadores antecedentes é também uma forma de Tácito contrapor presente e passado. Quando Tácito declara, no primeiro capítulo dos *Anais*, que em sua narrativa ele irá ocupar-se somente dos últimos acontecimentos do governo de Augusto, dando início ao relato do governo de Tibério, afirma que, para narrar este período, não faltaram “talentos ilustres” (*decora ingenia*), assim como “famosos escritores” (*clari scriptores*) publicaram os sucessos do período republicano. Tácito rompe com os historiadores da Roma imperial, imediatamente antecedentes a ele e indica uma associação, no que diz respeito à sua ideia de história, aos historiadores do período republicano.

Esta contraposição está estritamente ligada à concepção de verdade na historiografia taciteana. Os historiadores que escreveram durante o período Júlio-Cláudio, escreveram sobre o presente e não conseguiram atingir a verdade.¹⁶ O historiador enquanto agente histórico pode viciar o seu relato. Inserido na dinâmica

14 Evidentemente, Tácito não tinha conhecimento de Luciano de Samósata, que é um escritor posterior. Mas sua obra *Como se deve escrever a história* é baseada nos trabalhos de História de sua época e antecedentes, por isso consideramos pertinente identificar, no relato de Tácito, preceitos apontados por Luciano.

15 LUCIANO DE SAMÓSATA. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, p. 71.

16 JOLY, F. D., *op. cit.*

política e social que narra, direciona sua narrativa de acordo com interesses próprios. Joly aponta que para Tácito o presente se configura como a temporalidade de mais difícil apreensão da verdade. Esperava-se do historiador, além de ter conhecimento do assunto que estava tratando, que tivesse uma experiência direta com o assunto. Se o historiador tratava de assuntos políticos em sua narrativa, era adequado ter um envolvimento na política, ser um senador ou ter tido uma carreira política destacada. Desta maneira, poderia narrar sobre este assunto com autoridade. A experiência legitimava a atividade historiográfica, mais do que simplesmente ter testemunhado os eventos.

Syme¹⁷ e Sailor¹⁸ indicam caminhos para compreender a proposta de Tácito, associando a condição política e social do historiador com sua concepção de história. Tácito era o que poderia se chamar de *novus homo*. Seu *cursus honorum* não esteve vinculado à nobreza de sua família, e sua metodologia histórica está relacionada com a concepção de principado presente em suas obras. Ou seja, suas obras representaram uma maneira de intervenção na política do Principado, não só no sentido da utilidade de seus trabalhos enquanto obras de História, inseridas na tradição da *historia magistra vitae* quanto como forma de promoção social.

Tácito, narrando ano por ano do governo dos imperadores da primeira dinastia do Império Romano, demonstra, com originalidade, as modificações ocorridas na estrutura e nas relações de poder decorrentes da mudança do regime político, da República para o Império. O próprio historiador, enquanto um aristocrata, evidencia tais mudanças. Isto porque na república, a competição por honras entre a aristocracia tinha lugar no Fórum, espaço onde as habilidades oratórias eram demonstradas. Enquanto que no império, com a decadência da oratória forense frente à centralização do poder nas mãos do *princeps*, as habilidades retóricas passam a ser demonstradas nas obras destes aristocratas, ou seja, o texto escrito ganha preponderância. As obras de história, neste contexto, adquirem caráter de intervenção na política do principado, por pelo menos dois motivos: primeiro, por apresentarem exempla, modelos de conduta pautados por códigos éticos e morais que, no caso de Tácito, visa levar os homens à moderação, demonstrando a consequência do excesso dos vícios; segundo, por ser a própria obra de história um *exemplum*, pois, se escrita de acordo com os preceitos da *historia magistra vitae*, visando a posteridade, a obra se colocará disponível para a emulação por aqueles que a julgarem válida, proporcionando fama ao historiador.

Podemos concluir que Tácito foi um historiador que buscou se ajustar ao seu tempo tanto como escritor quanto como um aristocrata. Vimos que a historiografia romana é caracterizada pela ausência da autópsia, ou seja, não há mais testemunho direto, como na historiografia grega. Deste modo, o historiador ocupava um lugar de clarividência com relação ao passado, de acordo com as condições de seu tempo. Tácito deixa claro que vivia em um momento correto para a escrita da história do período Júlio-Cláudio, pois, como o próprio historiador explicita no primeiro prefácio dos *Anais*, aqueles que escreveram durante ou logo após este período, não conseguiram atingir a verdade, enquanto ele, vivendo num tempo em que foi “lícito sentir o que se quer e dizer o que se pensa”,¹⁹ julgou possuir condições para uma livre busca da verdade. Junta-se a isso a sua idade e experiência política, fatores favoráveis a quem propunha se dedicar à escrita da história. Esta busca pela verdade, em Tácito, é caracterizada pela evidência, na narrativa, daquilo que não é visível por todos, nem por aqueles que viveram durante o período narrado, e nem por aqueles do tempo do historiador. Para Tácito, esta verdade esteve oculta devido à dissimulação, comportamento comum da

17 SYME, R. *Tacitus*. London: Oxford University Press, 1967, p. 520-65.

18 SAILOR, D. Autonomy, authority, and representing the past under the Principate. In: SAILOR, D. *Writing and empire in Tacitus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 6-50.

19 Tácito, *Histórias*, I, 1, 4.

aristocracia durante o período Júlio-cláudio. Tal comportamento era consequência da falta de liberdade e era tido como estratégia de sobrevivência.

Classen considera que Tácito atendeu muito bem aos preceitos da *historia magistra vitae*.²⁰ Este autor traça os modelos de escrita da história na época de Tácito, baseados nas obras de Heródoto, Tucídides, Políbio e Tito Lívio e pergunta: com quem devemos comparar Tácito? O autor indica que Tito Lívio talvez fosse o que fornecesse o melhor modelo de historiografia para compararmos com Tácito, mas, em sua opinião, é melhor não o compararmos com ninguém. Para Classen, Tácito tinha ciência de todos os modelos de historiografia, mas não escolheu um deles para seguir. Ele atende os preceitos da *historia magistra vitae* na medida em que seu trabalho nos faz compreender a estrutura de poder estabelecida no Principado, e além de relatar eventos ocorridos no passado, ele fornece exemplos de conduta para os cidadãos de seu próprio tempo e para a posteridade. Este autor, com o qual concordamos, conclui que mesmo não seguindo todas as regras do jogo, mesmo não seguindo os modelos disponíveis, Tácito não falhou em escrever *historia magistra vitae*.

20 CLASSEN, C. J. Tacitus: Historian between Republic and Principate. *Mnemosyne*, 4th series, vol. 41, fasc.1-2, 1988, p. 93-116.

SOBRE OS AUTORES

ALEX DEGAN é Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo, e professor de História Antiga na Universidade Federal do Triângulo Mineiro. É autor de vários artigos sobre Flávio Josefo e historiografia antiga em periódicos especializados.

ALEXANDRE AGNOLON é Mestre e Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, e professor de Estudos Clássicos na Universidade Federal de Ouro Preto. É autor de *O Catálogo das Mulheres: os epigramas misóginos de Marcial* (São Paulo: Humanitas, 2010), além de artigos sobre literatura grega e latina em periódicos especializados.

FÁBIO DUARTE JOLY é Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo, e professor de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. É autor de *Tácito e a Metáfora da Escravidão: Um Estudo de Cultura Política Romana* (São Paulo: Edusp, 2004) e *A escravidão na Roma antiga: política, economia e cultura* (São Paulo: Alameda, 2005).

FÁBIO FAVERSANI é Mestre e Doutor em História pela Universidade de São Paulo, e professor de História Antiga na Universidade Federal de Ouro Preto. Fez Pós-Doutorado na Universidade de Oxford, Inglaterra. É autor de *A Pobreza no Satyricon de Petrônio* (Ouro Preto: Editora da Ufop, 1999) e *Estado e Sociedade no Alto Império Romano: Um estudo das obras de Sêneca* (Ouro Preto: Editora UFOP/PPGHIS, 2012).

JACYNTHO LINS BRANDÃO é Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, e professor de Língua e Literatura Grega na Universidade Federal de Minas Gerais. Foi professor visitante em diversas Universidades do exterior. É autor de *A poética do hipocentauro: literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata* (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001), e traduziu, com um estudo crítico, a obra de Luciano, *Como se deve escrever a história* (Belo Horizonte: Tessitura, 2009).

MARIANA ALVES DE AGUIAR é Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto.

PAULO MARTINS é Mestre e Doutor em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo, e professor de Letras Clássicas na Universidade de São Paulo. Fez pós-doutorado no King's College, de Londres, e na Universidade de Yale, e Livre Docência pela Universidade de São Paulo. É autor de *Imagem e Poder: considerações sobre a representação de Otávio Augusto* (São Paulo: Edusp, 2011), *Elegia Romana: Construção e Efeito* (São Paulo: Humanitas, 2009), *Literatura Latina* (Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009), dentre outros.

ROSÂNGELA SANTORO DE SOUZA AMATO é doutoranda em Letras Clássicas pela Universidade de São Paulo. É autora de *Filóstrato: Amores e outras Imagens* (Coleção Bional. São Paulo: Hedra, 2012).

SARAH FERNANDES LINO DE AZEVEDO é Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto e doutoranda em História na Universidade de São Paulo. É autora de *História, Retórica e Mulheres no Império Romano* (Ouro Preto: Editora UFOP/PPGHIS, 2012).

Este livro é composto por nove contribuições, selecionadas entre as que foram apresentadas e discutidas no III Colóquio do Laboratório de Estudos do Império Romano-UFOP em 2010. O título do Colóquio foi “As formas do Império Romano” e reuniu pesquisadores nos mais diversos estágios de formação para debater, a partir de diferentes abordagens e fontes documentais, o que se pode delimitar como sendo o Império Romano. O problema proposto para discussão é basicamente este: que impérios designamos sob o rótulo Império Romano? Ao longo dos capítulos, nota-se um consenso: os autores antigos não se preocuparam em qualificar ou delimitar o que era o Império Romano. Os autores contemporâneos têm se esforçado por definir este conceito multiforme e, como a leitura deste livro deixa bastante claro, cada autor antigo estudado tem seu próprio Império Romano (ou mesmo vários deles), que não é definido estritamente, mas é simplesmente uma realidade presente e inevitável, “universalizante”, e, ao mesmo tempo, também é algo que se amolda aos mais diferentes contextos específicos, sendo que só ganha sentido no uso particular que os autores dão a ele.

ISBN 978-85-288-0320-4



9 788528 803204